

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

RELATÓRIO DE IMIGRAÇÃO
FRONTEIRAS E ASILO

2008



CO-FINANCIADO PELA
COMISSÃO EUROPEIA

SEF

**RELATÓRIO DE IMIGRAÇÃO
FRONTEIRAS E ASILO
2008**

ÍNDICE

ÍNDICE	2
INTRODUÇÃO	5
PARTE I	9
Estrangeiros residentes em Portugal	9
Capítulo 1 – Enquadramento	9
Secção 1. Considerações Gerais.....	9
Secção 2. Enquadramento histórico	10
Secção 3. Enquadramento técnico-estatístico.....	11
Capítulo 2 – População estrangeira em Portugal (1980-2008).....	14
Secção 1. Evolução da população	14
Secção 2. Distribuição geográfica da população estrangeira - 2008	20
Secção 3. Nacionalidades mais representativas - 2008.....	23
Secção 4. População estrangeira desagregada por nacionalidade e sexo.....	26
Secção 5. População estrangeira desagregada por nacionalidade e grupo etário	28
Capítulo 3 – Fluxo imigratório em 2008	31
PARTE II	34
Controlo de fronteiras, imigração e asilo	34
Capítulo 1 – Controlo de fronteira	34
Secção 1. Controlo das fronteiras aéreas	34
Secção 2. Controlo das fronteiras marítimas	37
Secção 3. Vistos concedidos nos postos de fronteira e passaportes de última hora.....	41
Secção 4. Medidas cautelares detectadas.....	42
Secção 5. Recusas de entrada	44
Capítulo 2 – Actuação em território nacional	48
Secção 1. Fiscalização.....	48
Secção 2. Investigação criminal	50
Secção 3. Fraude documental	55
Secção 4. Afastamentos.....	60

Secção 5. Regresso voluntário (OIM)	66
Secção 6. Processos de contra-ordenação	68
Secção 7. Sistema de Informação Schengen (SIS)	71
Capítulo 3 – Asilo, protecção internacional e nacionalidade.....	72
Secção 1. Asilo e protecção internacional	72
Secção 2. Aquisição de nacionalidade.....	73
Capítulo 4 – Actuação internacional	75
Secção 1. União Europeia	75
Secção 2. FRONTEX	79
Secção 3. Outras participações internacionais	81
Secção 4. Cooperação internacional	85
Secção 5. Oficiais de ligação.....	88
Secção 6. Outros eventos	88
PARTE III.....	92
Medidas legislativas, administrativas e técnicas no âmbito da imigração, asilo e controlo de fronteiras	92
Capítulo 1 – Medidas legislativas e jurisprudência	92
Secção 1. Admissão e controlo de fronteira	92
Secção 2. Gestão de imigração	93
Secção 3. Asilo	96
Secção 4. Integração	97
Secção 5. Segurança Interna/Fiscalização e Investigação Criminal	98
Secção 6. Planos Nacionais.....	98
Secção 7. Acordos e Cooperação Internacionais	99
Secção 7. Fundos Comunitários	101
Secção 8. Regiões Autónomas	102
Secção 9. Jurisprudência.....	103
Secção 10. Transposição de legislação comunitária no domínio da imigração e asilo	106
Secção 11. Instrumentos legais comunitários adoptados na área da imigração e asilo	107
Capítulo 2 – Medidas técnicas e administrativas	113
Secção 1. Medidas técnicas	113

Secção 2. Medidas administrativas	116
PARTE IV.....	119
Estrutura e caracterização organizacional do SEF	119
Capítulo 1 – Enquadramento e estrutura orgânica	119
Capítulo 2 – Competências	120
Capítulo 3 – Formação e recursos humanos	122
Secção 1. Formação	122
Secção 2. Recursos humanos.....	124
PARTE V.....	126
Objectivos do Serviço	126
CONCLUSÕES.....	131
ANEXOS	
Anexo I – População estrangeira em Território Nacional	
Anexo II – Lista de contactos do SEF	

INTRODUÇÃO

1. Mais uma vez o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) dá continuidade ao presente modelo de relatório, dedicado às actividades empreendidas no ano de 2008 no domínio da **imigração, fronteiras e asilo**.

Indo ao encontro de necessidades de informação evidenciadas por um conjunto alargado de agentes públicos e privados, este relatório pretende proporcionar uma **visão abrangente**, mais **acessível**, no domínio da imigração, fronteiras e asilo, evitando, tanto quanto possível, uma abordagem excessivamente técnica e burocrática.

Adoptado há dois anos, este relatório afirmou-se como um **documento de referência** para o conhecimento e análise da realidade nacional nas áreas da imigração, fronteiras e asilo, tornando-se numa importante ferramenta de consulta e informação para todos aqueles que trabalham ou intervêm nestes domínios. Tal constatação não pode deixar de constituir um estímulo para a continuidade e consolidação deste trabalho.

Incidindo naturalmente sobre as áreas de actividade do SEF, este documento aborda outros desenvolvimentos transversais ocorridos em Portugal no domínio da imigração, fronteiras e asilo no período em referência, como é o caso da produção legislativa, a nível interno e no domínio da legislação comunitária. Outro aspecto de grande interesse é a **abordagem estatística** da comunidade estrangeira residente em território nacional, acompanhada de uma breve análise sobre as suas características, composição e tendências.

2. Na vertente legislativa, o ano de 2008 foi marcado pela entrada em vigor do novo regime jurídico do **asilo**, aprovado pela Lei da Assembleia da República n.º 27/2008, de 30 de Junho, bem como por um acervo de portarias concretizadoras dos regimes legais consagrados pela nova Lei de Estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho).

Por outro lado, numa vertente operacional, para além dos **resultados globais** conseguidos, deve destacar-se o arranque do processo de criação dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA)¹ e, em termos de renovação tecnológica, releva o arranque da emissão dos títulos de residência electrónicos (**eTR**) e a consolidação do **RAPID** (Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Documentalmente) no controlo de pessoas nas fronteiras externas. Ainda no âmbito do esforço tecnológico, é de realçar o facto de, pela primeira vez, a extracção de **dados estatísticos** sobre população estrangeira residente ser feita a partir de uma única fonte; o SISEF, Sistema Integrado de Informação do SEF.

No decurso do ano de 2008, o SEF prosseguiu a **execução** de uma **estratégia** cujos principais vectores foram a intensificação da sua actuação operacional, o robustecimento e renovação da plataforma tecnológica, o reforço das relações internacionais, a qualificação dos recursos humanos e a desburocratização. Esta estratégia teve como pressupostos os objectivos operacionais vertidos nas Grandes Opções do Plano para 2008 e o Sistema de Avaliação da Administração Pública, em especial o SIADAP 1 (Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR).

3. É inquestionável a complexidade dos processos migratórios actuais, envolvendo aspectos tão diversos como a globalização, o envelhecimento populacional, a segurança e o terrorismo, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra o tráfico de pessoas ou a ajuda ao desenvolvimento e à democracia nos países de origem. Este contexto exige, pois, uma **abordagem global, equilibrada** e atenta aos sinais de uma realidade em constante mutação. Nesse sentido, a actual **política nacional de imigração** estrutura-se em torno de quatro grandes eixos: regulação dos fluxos migratórios,

¹ No final de 2008 encontravam-se em funcionamento os CCPA de Vilar Formoso e de Vila Real de Santo António, decorrendo obras de adaptação nos CCPA de Quintanilha, Tui e Caia, nestes dois casos da responsabilidade de Espanha.

promoção da imigração legal, luta contra a imigração clandestina e integração dos imigrantes.

Na concretização da sua missão legal de execução da política de imigração e asilo, o SEF intervém directamente na concretização de boa parte dos três primeiros supra mencionados eixos. Tão-pouco pode ignorar-se o decisivo contributo da actuação do Serviço no contexto da integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, em particular no que se prende com a gestão da imigração legal e na área documental, com a tutela dos seus direitos fundamentais, com o combate à criminalidade direccionada aos imigrantes, assim como no diálogo e interacção com todos os restantes intervenientes no processo migratório.

4. O presente relatório está estruturado em 5 partes. **Na primeira parte**, dividida em três capítulos, é apresentada uma síntese da evolução da população estrangeira em Portugal, procedendo-se à sua caracterização quantitativa, qualitativa e técnica, com recurso ao Sistema Integrado de Informação do SEF (SIISEF).

Na **segunda parte**, composta por quatro capítulos, são analisados, respectivamente, os resultados obtidos pelo SEF no domínio do controlo de fronteiras; as actividades do Serviço em território nacional nas suas diversas vertentes; o asilo, protecção internacional e nacionalidade e a intervenção a nível internacional, com destaque para o trabalho desenvolvido no quadro da União Europeia.

A **terceira parte** enuncia a evolução legislativa e as medidas administrativas e técnicas ocorridas em 2008 no âmbito da imigração, fronteiras e asilo. O seu primeiro capítulo é dedicado às alterações legislativas, por áreas temáticas, incluindo a integração de imigrantes, a jurisprudência e as directivas comunitárias que neste domínio foram transpostas e ainda a jurisprudência publicada. O segundo capítulo elenca os principais projectos e medidas do SEF durante o período em referência.

A caracterização do SEF é efectuada na **quarta parte**, repartindo-se por três capítulos, respectivamente, a estrutura orgânica, as competências e os aspectos que marcaram 2008 em termos de formação e recursos humanos.

Por último, na **quinta parte** estão enunciados os objectivos estabelecidos para o Serviço no ano em referência, no âmbito do QUAR, acompanhados de uma breve nota sobre a sua concretização.

Como **anexo**, são incluídos os mapas estatísticos integrais sobre população estrangeira, em complemento à primeira parte do relatório, bem como a lista dos principais contactos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.



PARTE I

ESTRANGEIROS RESIDENTES EM PORTUGAL

PARTE I

Estrangeiros residentes em Portugal

Capítulo 1 – Enquadramento

Secção 1. Considerações Gerais

1. Como corolário do investimento do SEF na melhoria da qualidade da informação estatística, é este ano possível, pela primeira vez, recorrer a dados **extraídos exclusivamente do Sistema Integrado de Informação do SEF (SIISEF)**². Desta forma, o SIISEF passa a constituir a fonte única de informação estatística sobre a população estrangeira residente em Portugal.

Recorda-se que até ao ano transacto a fonte privilegiada para recolha desta informação era uma aplicação informática da qual resultava uma base de dados (**INE/SEF**)³ que continha a informação estatística sobre a população estrangeira com estatuto legal de residente, a qual servia de base à produção de *stocks* anuais. Estes *stocks* eram actualizados de forma dinâmica, em sede de pedidos de novos títulos de residência e de cessações, mas não ao nível de renovações de títulos. Considerando que se tratavam de valores estimados, estes *stocks* não espelhavam necessariamente os dados administrativos sobre a população estrangeira⁴ constantes no antigo sistema de informação do SEF.

Doravante a aplicação **INE/SEF** irá manter-se somente como suporte de apuramento de dados estatísticos de população residente **até ao ano de 2007**, inclusive.

2 Base de dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras onde é registada toda a informação relativa à entrada, permanência e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional.

3 Base de dados INE/SEF, ao abrigo de Protocolo celebrado com o Instituto Nacional de Estatística, em 1999.

4 Cf. Parte I, ponto 3, pág. 8 e seguintes, do Relatório de Actividades Imigração, Fronteiras e Asilo 2007.

A passagem para o SIIEF representa pois uma melhoria de grande significado em termos de **qualidade** e **fiabilidade** da informação estatística sobre estrangeiros residentes em Portugal, que virá a produzir efeitos, não apenas a curto, mas também a médio prazo.

2. Para efeitos estritamente estatísticos continua a recorrer-se a um **conceito abrangente de estrangeiro residente** em Portugal. Neste universo foram englobados os estrangeiros detentores de título de residência⁵ e os estrangeiros portadores de prorrogação de permanência de longa duração⁶.

Secção 2. Enquadramento histórico

1. Até à década de 60 do século passado, Portugal foi um país de índole predominantemente **emigratória**. Devido à saída de cidadãos nacionais, nomeadamente com destino à Europa e às então províncias ultramarinas, os fluxos migratórios em Portugal registavam um saldo claramente negativo. Este fenómeno altera-se profundamente com a revolução de **25 de Abril de 1974** e a subsequente independência dos actuais países africanos de língua portuguesa. Assiste-se, então, ao regresso massivo de cidadãos provenientes daqueles territórios, quer originários da então metrópole, quer ali nascidos.

No início da década de 80 aquele processo gera um **aumento exponencial** e atípico do número de estrangeiros residentes em Portugal, devendo assinalar-se que muitos dos cidadãos agora com estatuto de “estrangeiro”, tinham sido, anteriormente, cidadãos portugueses⁷. O caso mais significativo ocorreu com a comunidade cabo-verdiana residente, a qual, aliás, continua a ocupar uma posição de destaque entre as comunidades estrangeiras em Portugal. Os

⁵ Nos termos do conceito legal da Lei 23/2007, de 4 de Julho.

⁶ Prorrogação de vistos de estada temporária. Este universo não inclui os estrangeiros a quem nesse ano foi concedido um visto consular, cuja prorrogação (pelo SEF), em princípio, apenas ocorrerá no ano seguinte.

⁷ Com o surgimento da nova Lei da Nacionalidade em 1981 definem-se as condições de acesso à nacionalidade portuguesa, onde são incluídos os cidadãos oriundos daqueles territórios.

anos 90 caracterizam-se pela **consolidação** e crescimento da população estrangeira residente, com destaque para as comunidades oriundas dos países africanos de expressão portuguesa e do Brasil. No limiar do novo século surgem os novos fluxos do leste europeu, designadamente da Ucrânia, os quais rapidamente assumem relevância entre as comunidades estrangeiras mais representativas em Portugal. Ao longo da primeira década do presente século assiste-se ao **crescimento sustentado** da comunidade estrangeira residente no país, com realce para os nacionais do Brasil.

Secção 3. Enquadramento técnico-estatístico

1. Até 1991 a informação estatística sobre estrangeiros com residência legal em Portugal reportava-se exclusivamente ao *stock* de efectivos estrangeiros, a 31 de Dezembro de cada ano. Tratavam-se de dados não informatizados, resultantes de contagens e caracterização manual dos processos em suporte papel.

No início dos anos 90 foram criados, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, dois questionários – primeiros pedidos de autorização de residência e cessação de residência – que facilitaram a actualização das estatísticas de *stock* de estrangeiros.

2. Em 1997, o SEF e o INE desenvolveram um projecto informático para supressão do suporte papel na recolha de informação e para a actualização automática do *stock* de estrangeiros, a partir dos pedidos e das cessações de Títulos de Residência. Nesta conformidade, em **1999** entrou em funcionamento uma aplicação informática específica, denominada **INE/SEF**, cujos *outputs* haviam sido protocolados por ambas as instituições no ano anterior. Esta aplicação manteve-se em funcionamento até 2007/2008, reportando-se os últimos dados publicados ao ano de **2007**.

Desde a primeira hora que tanto o SEF como o INE sentiram necessidade de criar condições para que toda a informação resultasse, única e exclusivamente, como *output* do Sistema de Informação do SEF, de forma a garantir que a actualização dos dados administrativos nele inseridos se repercutiria na informação estatística produzida anualmente. Constrangimentos de ordem técnica e informática foram sucessivamente adiando essa solução.

Sem prejuízo dos esforços empreendidos, sempre foi admitida a possibilidade de uma eventual sobreavaliação dos valores estimados a cada final de ano. Neste sentido apontava o facto das cessações originadas pelas saídas definitivas de residentes estrangeiros do país serem de registo inviável⁸. De igual forma, tão-pouco eram incluídas nas estimativas extraídas da aplicação INE/SEF as cessações decorrentes da caducidade de títulos.

Neste contexto, deve realçar-se o **carácter provisório e de estimativa** que caracterizam os dados até agora recolhidos e publicados.

3. Sendo agora viável extrair integralmente do SIISEF a informação estatística em apreço, atenta a consequente descontinuação da referida aplicação INE/SEF, estamos pois perante uma **quebra de série das estatísticas da população estrangeira** residente em Portugal. Esta ruptura prende-se essencialmente com as novas funcionalidades que o SIISEF adopta, passando a constituir a única fonte de dados para fins estatísticos.

Consequentemente, os dados agora provenientes de um Sistema Integrado de Informação, como o SIISEF, poderão em alguns efectivos populacionais registar divergências face ao *stock* de população estrangeira anteriormente disponibilizado, nomeadamente no que respeita às populações que integravam os fluxos “históricos” de imigração e àquelas provenientes de países recentes em termos imigratórios.

⁸ Ao contrário do que sucedia com as cessações de residência por óbito ou por aquisição da nacionalidade portuguesa, contabilizadas com uma cobertura de 100%.

Esta alteração permitirá ainda responder aos imperativos do **Regulamento Comunitário sobre Estatísticas de Imigração e Asilo** (Regulamento n.º 862/2007) no que se refere aos dados nacionais sobre população estrangeira residente.

Resta acrescentar que este complexo processo de alteração metodológica foi desenhado, validado e executado pelo **SEF**, em estreita colaboração com o **Instituto Nacional de Estatística**.

Capítulo 2 – População estrangeira em Portugal (1980-2008)

A análise da evolução da população estrangeira em Portugal não pode ser dissociada das **alterações legislativas** ocorridas nos períodos em referência. Na verdade, verifica-se que os picos positivos estão directamente associados às alterações legislativas que, em igual período, permitiram a regularização de cidadãos estrangeiros. Este facto é claramente visível nos números absolutos e respectivas percentagens apresentadas na secção 1.

Secção 1. Evolução da população⁹

Concretizando a observação acima enunciada, à luz das alterações legislativas registadas, é possível constatar que:

- A Regularização Extraordinária de **1992**¹⁰ veio a traduzir-se na emissão de títulos de residência, nos termos da lei geral, nos anos de 93 e 94, dando origem a um crescimento da população estrangeira, que passa de uma média anual de cerca de 5%, para 8 e 10%, respectivamente.
- A Regularização Extraordinária de **1996**¹¹ produziu os seus efeitos nos anos de 1999 e 2000, com um aumento da população estrangeira residente entre os 7 e 8%, por via da emissão de títulos de residência.
- Em **2001**, a alteração da lei de estrangeiros¹² permitiu a regularização de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem, através da figura da autorização de permanência (AP), a qual, decorridos cinco anos

⁹ Fontes utilizadas: INESEF e SIIEF.

¹⁰ Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de Outubro, que permitiu a concessão de um título provisório pelo período de um ano.

¹¹ Lei n.º 17/96, de 24 de Maio, que permitiu a emissão de um título provisório anual, renovado pelo período de três anos.

¹² Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro.

facultava o acesso à autorização de residência¹³. Neste processo, evidenciam-se, pela primeira vez, os imigrantes provenientes da Europa Central e Oriental (cerca de 101 000 de entre as 183 000 APs concedidas - 2001-2003), com destaque para os cidadãos ucranianos, com um total de 65 000 concessões.

- Relativamente aos anos de **2002 a 2004**, os dados reportam-se aos valores cumulativos de autorizações de residência e autorizações de permanência concedidas e não a prorrogações dos mesmos títulos.
- A partir de **2005** até **2007**, o quantitativo de autorizações de permanência prorrogadas decresce substancialmente face ao número das que foram inicialmente concedidas. Para além da conversão das autorizações de permanência em autorizações de residência pelo mero decurso do tempo, para aquele decréscimo haverá ainda a considerar que alguns dos seus titulares terão beneficiado de outros regimes previstos na lei¹⁴ ou, eventualmente, regressado aos países de origem.
- Quanto às **prorrogações de permanência**, maioritariamente associadas a portadores de vistos de trabalho, em 2007 também se verificou uma notória descida, ao invés do sucedido nos dois anos anteriores. Na verdade, em 2005 e 2006 os valores alcançados ficaram a dever-se a enquadramentos legais específicos; a saber o “pré-registo” de cidadãos estrangeiros, nos termos do artº. 71º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004 de 26 de Abril, e o regime excepcional, aplicável a cidadãos brasileiros, decorrente do “Acordo Luso-Brasileiro sobre contratação recíproca de nacionais” (Acordo Lula). Em 2007 esta regista-se uma **descida significativa**, face aos anos anteriores, em

13 Emissão de títulos de residência ao abrigo do art. 87º, al. m), do Decreto-Lei 34/2003 de 4 de Julho - iniciada em Janeiro de 2006.

14 Designadamente a solicitação de um título de residência com dispensa de visto, por motivo de casamento com cidadão nacional ou da União Europeia, pelo facto de ser progenitor de cidadão nacional e pela aquisição de nacionalidade portuguesa.

razão, nomeadamente da entrada em vigor da nova lei de estrangeiros (Lei 23/2007, de 4 de Julho).

- Tal como referido no Relatório Imigração, Fronteiras e Asilo de 2007, este ano “deve qualificar-se como um ano de transição”. Na verdade, tanto a alteração da metodologia estatística como a plena aplicação da nova lei de estrangeiros, operaram alterações de forma e de substância, respectivamente, que não podem ser ignoradas na análise dos dados da população estrangeira neste ano de 2008. Neste sentido, o ano de 2008, apresenta-se como um **“ano zero”** de uma nova etapa nos ciclos imigratórios para Portugal.
- Quanto à alteração da metodologia estatística, esta foi já objecto de análise no capítulo 1º da Parte I deste relatório. Relativamente à Lei 23/2007, neste contexto, assume especial significado o efeito das suas disposições transitórias (cf. art. 217º), sobre a conversão de todos os tipos de vistos de longa duração e autorizações de permanência em autorizações de residência, e ainda a emissão de autorizações de residência ao abrigo do regime excepcional previsto, nomeadamente no seu artº. 88º, nº 2.

ILUSTRAÇÃO 1
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL (1980-2008)

ANO	RESIDENTES	AUTORIZAÇÕES DE PERMANÊNCIA E PRORROGAÇÕES DE AUTORIZAÇÕES DE PERMANÊNCIA (2005 -2008)	PRORROGAÇÕES DE VISTOS DE LONGA DURAÇÃO (2005 / 2008)	TOTAL POPULAÇÃO ESTRANGEIRA	CRESCIMENTO (%)
1980	50.750				
1981	54.414			54.414	
1982	58.674			58.674	7,82
1983	67.484			67.484	15,01
1984	73.365			73.365	8,71
1985	79.594			79.594	8,49
1986	86.982			86.982	9,28
1987	89.778			89.778	3,21
1988	94.694			94.694	5,47
1989	101.011			101.011	6,67
1990	107.767			107.767	6,68
1991	113.978			113.978	5,76
1992	123.612			123.612	8,45
1993	136.932			136.932	10,77
1994	157.073			157.073	14,70
1995	168.316			168.316	7,15
1996	172.912			172.912	2,73
1997	175.263			175.263	1,35
1998	178.137			178.137	1,63
1999	191.143			191.143	7,30
2000	207.587			207.607	8,61
2001	223.997	126.901		350.898	69,02
2002	238.929	174.558		413.487	17,84
2003	249.995	183.655		433.650	4,87
2004	263.322	183.833		447.155	3,11
2005	274.631	93.391	46.637	414.659	-7,27
2006	332.137	32.661	55.391	420.189	1,33
2007	401.612	5.741	28.383	435.736	3,70
2008 *	436.020		4.257	440.277	1,04

* Dados provisórios

Atentos os valores constantes no quadro supra, constata-se que, de 2007 para **2008**, se registou um **crescimento de cerca de 1%** da população estrangeira residente em Portugal, expressão do *stock* (provisório) de 2008, que contabiliza um universo de **440 277 estrangeiros residentes**.

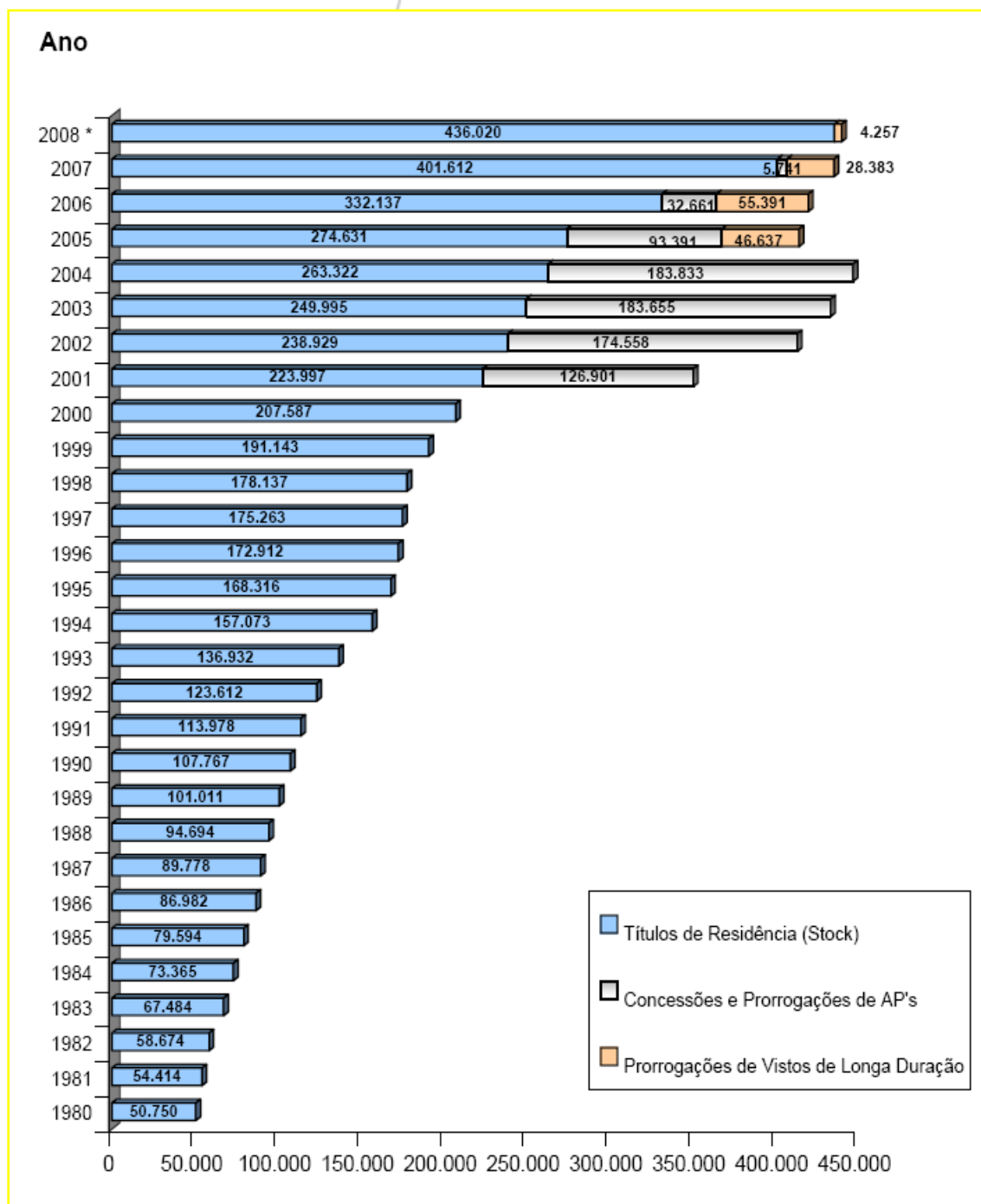
Sem prejuízo da quebra de série das estatísticas da população estrangeira, nos termos já explicitados, verifica-se que os valores do *stock* de 2008 dão alguma continuidade à **evolução positiva e sustentada** que vem caracterizando este universo populacional nos últimos anos (ilustração 2).

Por outro lado, uma análise comparada do *stock* de residentes (2007-2008) permite constatar que, no ano em análise, os **títulos de residência** registaram um incremento de 8,6%. Este valor traduz o processo de transferência das prorrogações de autorização de permanência e de vistos de longa duração para títulos de residência, consolidando a tendência já assinalada no relatório do ano anterior.

Nota-se ainda que, no âmbito do processo de alteração da metodologia estatística sobre a população residente, os dados estatísticos do biénio **2006-2007** se apresentam agora como **definitivos**.

ILUSTRAÇÃO 2

CIDADÃOS ESTRANGEIROS COM PERMANÊNCIA REGULAR EM TERRITÓRIO NACIONAL

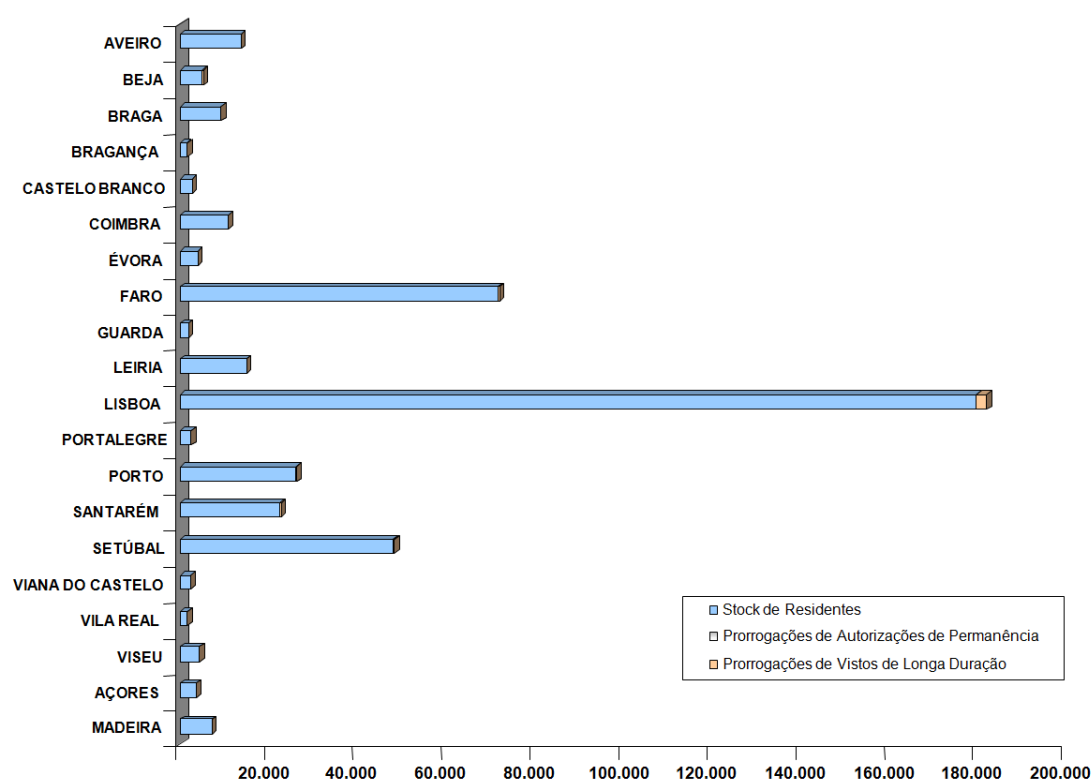


Secção 2. Distribuição geográfica da população estrangeira - 2008

Quanto à **distribuição territorial** da população estrangeira, verifica-se que esta se concentra predominantemente na **zona litoral** do país, com destaque para os distritos de **Lisboa, Faro e Setúbal** (ilustração 3), coincidindo com as áreas onde se concentra parte significativa da actividade económica nacional. A soma da população residente nestes três distritos (Lisboa, Faro e Setúbal), representa cerca de 68,8% do valor total do país (303 013 cidadãos, face ao universo de 440 277), expressando a assimetria na distribuição da população estrangeira pelo território nacional, já assinalada em anteriores relatórios.

ILUSTRAÇÃO 3

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL



Para além daqueles distritos, destacam-se ainda, por esta ordem, os distritos do Porto, Santarém, Leiria e Aveiro. A actual dispersão territorial dos

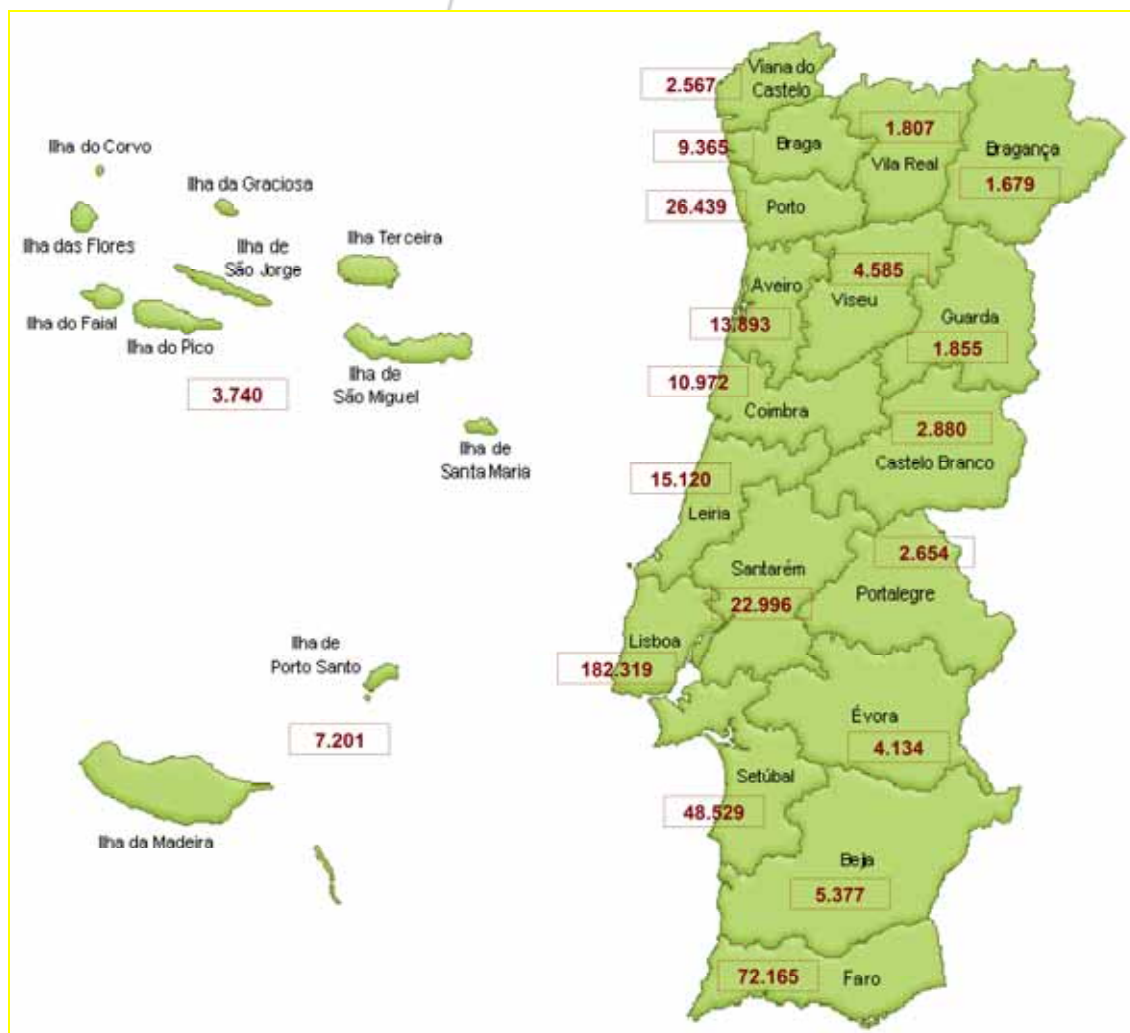
estrangeiros por todo o território nacional não prejudica a supremacia dos distritos do litoral, nos quais se concentra a grande maioria da população estrangeira.

ILUSTRAÇÃO 4

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL POR DISTRITOS

DISTRITOS	STOCK DE RESIDENTES	PRORROGAÇÕES DE VISTOS DE LONGA DURAÇÃO	TOTAL
AVEIRO	13.811	82	13.893
BEJA	4.992	385	5.377
BRAGA	9.308	57	9.365
BRAGANÇA	1.640	39	1.679
CASTELO BRANCO	2.845	35	2.880
COIMBRA	10.940	32	10.972
ÉVORA	4.107	27	4.134
FARO	71.879	286	72.165
GUARDA	1.854	1	1.855
LEIRIA	15.031	89	15.120
LISBOA	180.082	2.237	182.319
PORTALEGRE	2.649	5	2.654
PORTO	26.298	141	26.439
SANTARÉM	22.575	421	22.996
SETÚBAL	48.188	341	48.529
VIANA DO CASTELO	2.545	22	2.567
VILA REAL	1.802	5	1.807
VISEU	4.566	19	4.585
AÇORES	3.730	10	3.740
MADEIRA	7.178	23	7.201
TOTAL NACIONAL	436.020	4.257	440.277

ILUSTRAÇÃO 5

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL POR DISTRITOS
(DISPERSÃO)

Na ilustração 5 transparece claramente a dispersão dos estrangeiros por todo o território nacional com uma nítida predominância da **ocupação dos distritos do litoral**, no sentido Sul-Norte, em detrimento dos distritos do interior do país. Esta ocupação territorial, reproduz a realidade existente em termos de distribuição geográfica da população portuguesa.

De qualquer modo, julga-se que a alteração metodológica ocorrida para o ano em referência é, de ordem a remeter para o ano de 2009 uma análise mais circunstanciada da distribuição geográfica da população estrangeira.

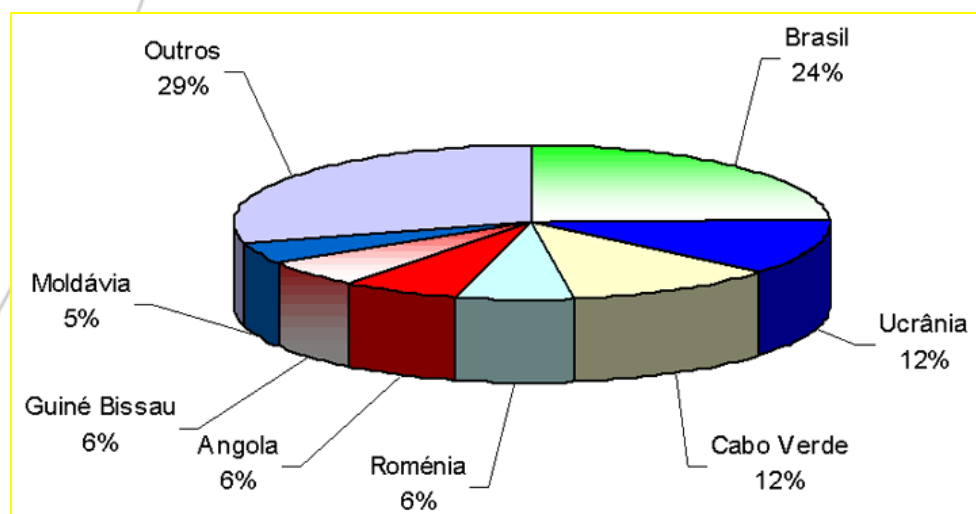
Secção 3. Nacionalidades mais representativas - 2008

As nacionalidades estrangeiras mais representativas em Portugal são o **Brasil**, **Ucrânia**, **Cabo Verde**, **Angola**, **Roménia**, **Guiné-Bissau** e **Moldávia**, as quais, no seu conjunto, representam cerca de **71%** da população estrangeira com permanência regular em território nacional.

Face ao ano de 2007 registam-se mudanças significativas quanto aos **valores absolutos por nacionalidade** e respectivos **posicionamentos**, às quais não será totalmente estranha a já referida alteração de metodologia¹⁵. Não obstante, não se assinalam alterações relevantes em termos das nacionalidades mais representativas.

ILUSTRAÇÃO 6

PRINCIPAIS NACIONALIDADES



¹⁵ Ver "Enquadramento técnico-estatístico", Secção 3, Capítulo 1, Parte I.

A alteração mais expressiva ocorreu com o **Brasil**. Embora em 2007 esta comunidade fosse já a mais representativa (66 354 cidadãos residentes, nos termos da aplicação INESEF), o seu quantitativo atinge em 2008 o expressivo valor de 106 961 indivíduos (extracção do SIIEF), representando actualmente **24%** da comunidade estrangeira residente em Portugal. Independentemente da questão metodológica, este fenómeno vinha a desenhar-se desde o início do presente século, através de um crescimento forte e contínuo desta comunidade, tal como referido no Relatório do ano transacto.

Pela primeira vez, a **Ucrânia** surge como a segunda comunidade estrangeira mais representativa em Portugal. Com um quantitativo de 52 494 cidadãos (39 480 em 2007), a Ucrânia representa **12%** do universo de residentes.

Cabo Verde passa a ocupar o terceiro lugar, com 51 353 residentes, o que lhe confere uma representatividade de **12%**. Este valor expressa uma descida face aos 63 925 assinalados em 2007, ano em que constituía a segunda nacionalidade mais representativa.

Outra subida expressiva foi a da **Roménia** que, de 19 155 em 2007, passa a 27 769 no ano em análise. Por esta via a Roménia surge como o Estado-Membro da União Europeia com maior número de residentes em Portugal (lugar tradicionalmente ocupado pelo Reino Unido), constituindo **6%** dos residentes estrangeiros.

Angola ocupa a posição subsequente, com 27 619 residentes, seguida da **Guiné-Bissau**, com 24 390 residentes, representando, em ambos os casos, um valor percentual de **6%** do universo dos residentes. No entanto, face a 2007, Angola regista uma descida (32 728 em 2007) e a Guiné-Bissau uma pequena subida (23 733 em 2007).

Em sétimo lugar entre as comunidades mais representativas encontra-se a **Moldávia**, com um total de 21 147 residentes (14 053 no ano de 2007), o que expressa uma subida assinalável, representado **5%** dos estrangeiros em Portugal.

ILUSTRAÇÃO 7

PRINCIPAIS NACIONALIDADES

PAÍS	SEXO	TOTAL	TÍTULOS DE RESIDÊNCIA	PRORROGAÇÕES DE VISTOS DE LONGA DURAÇÃO
BRASIL	HM	106.961	106.704	257
	H	49.467	49.345	122
	M	57.494	57.359	135
UCRÂNIA	HM	52.494	52.472	22
	H	30.070	30.055	15
	M	22.424	22.417	7
CABO VERDE	HM	51.353	50.887	466
	H	24.618	24.428	190
	M	26.735	26.459	276
ROMÉLIA	HM	27.769	26.425	1.344
	H	16.028	15.202	826
	M	11.741	11.223	518
ANGOLA	HM	27.619	27.307	312
	H	13.703	13.565	138
	M	13.916	13.742	174
GUINÉ-BISSAU	HM	24.390	23.842	548
	H	14.928	14.662	266
	M	9.462	9.180	282
MOLDÁVIA	HM	21.147	21.067	80
	H	12.166	12.124	42
	M	8.981	8.943	38

Em termos gerais, a nova metodologia utilizada para extracção de dados sobre população estrangeira (2008), sugere algumas considerações adicionais.

Até ao ano de 2007, inclusive, ocorreu uma subavaliação reiterada das nacionalidades que compõem os fluxos migratórios mais recentes, nomeadamente o Brasil, Ucrânia, Roménia e Moldávia. Em contraponto, embora de forma menos expressiva, as comunidades estrangeiras historicamente consolidadas em Portugal, encontravam-se genericamente sobrestimadas, designadamente nos casos de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, bem como o Reino Unido e a Espanha¹⁶. Embora os casos supra referidos sejam os mais expressivos, esta situação ocorreu com outras nacionalidades, em escala mais reduzida.

No caso concreto dos países que integram a União Europeia, coexistem ambas as situações, notando-se uma sobreavaliação relativamente aos Estados-Membros mais antigos e uma subavaliação dos Estados-Membros posteriores ao alargamento (2004), inclusive.

Outro aspecto a registar prende-se com a diminuição dos valores de países de destino da emigração portuguesa, nomeadamente **Estados Unidos, Canadá, África do Sul** ou **Venezuela**. Previsivelmente, tratam-se de nacionais destes países, de origem lusa, que acederam à nacionalidade portuguesa em momento posterior a sua chegada a território nacional.

Secção 4. População estrangeira desagregada por nacionalidade e sexo

Numa análise da população estrangeira desagregada por **género**, à semelhança do que vem sucedendo nos anos anteriores, verifica-se que o

¹⁶ Nestas situações há que considerar factores exógenos, tais como a impossibilidade de registo de saídas definitivas e não comunicadas de residentes e as cessações decorrentes da caducidade de títulos.

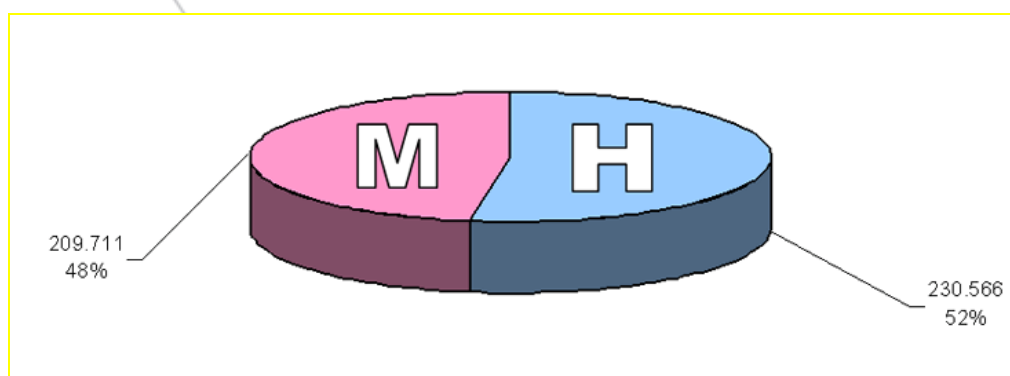
sexo masculino continua a apresentar os valores mais elevados, mantendo-se uma diferença percentual em cerca de **4%** relativamente ao sexo feminino.

Ao longo da história da imigração em Portugal, a imigração masculina tem invariavelmente assinalado índices superiores à feminina, pese embora, nos anos mais recentes, esta tendência tenha sido atenuada por via do reagrupamento familiar.

Em 2008 a população feminina aumenta 3 pontos percentuais face ao peso que detinha no ano anterior.

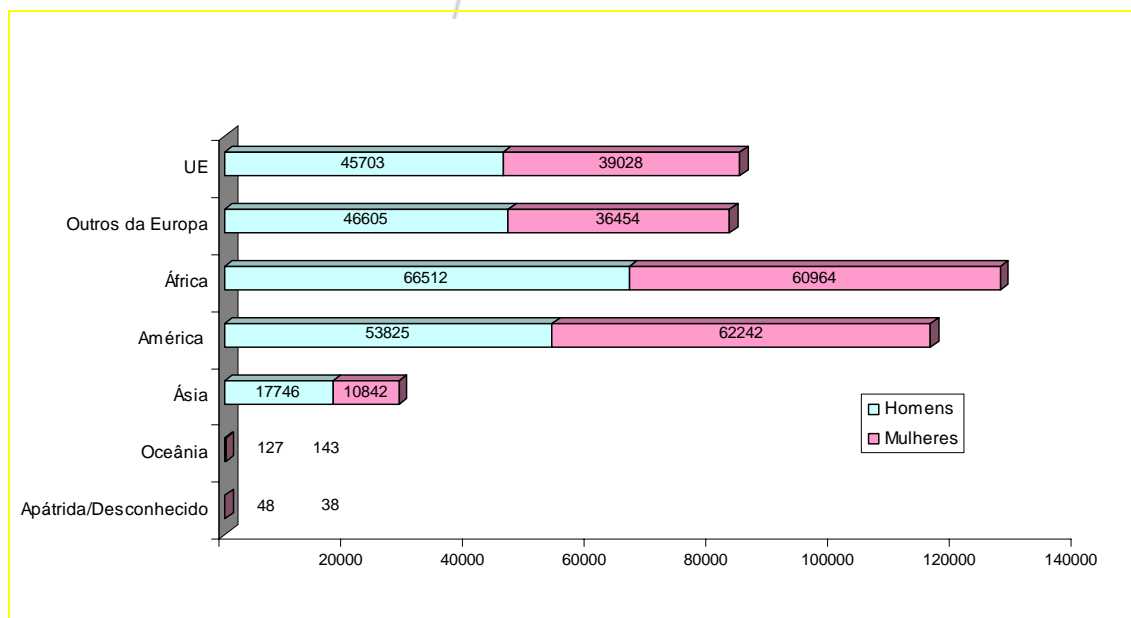
ILUSTRAÇÃO 8

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL SEGUNDO O SEXO



Por outro lado, se associarmos a desagregação por género à sua distribuição por grandes zonas geográficas de origem (ilustração 9), verifica-se que os valores relativos ao sexo masculino se mantêm para todos os continentes, com excepção do **continente americano**, onde se assinala uma supremacia do sexo feminino, oriundo da América do Sul.

ILUSTRAÇÃO 9

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL
(ZONAS GEOGRÁFICAS E SEXO)

Embora sem reflexo nos valores por continente, constata-se que nas comunidades residentes dos Estados-Membros do alargamento da União Europeia (2004), bem como da Bielorrússia, Bósnia, Croácia e Rússia se regista a predominância do género feminino (cf. Anexo I). De igual forma, os PALOP, com excepção da Guiné-Bissau, registam alguma predominância do género feminino. Tal situação deverá justificar-se pelo facto de parte da população masculina, que integrou os primeiros fluxos imigratórios, ter já acedido à nacionalidade portuguesa.

Secção 5. População estrangeira desagregada por nacionalidade e grupo etário

No contexto do presente relatório, optou-se por agregar dados em grandes grupos etários, em detrimento de grupos etários quinquenais; a saber 0-19 anos, 20-39 anos, 40-64 anos e mais de 65 anos.

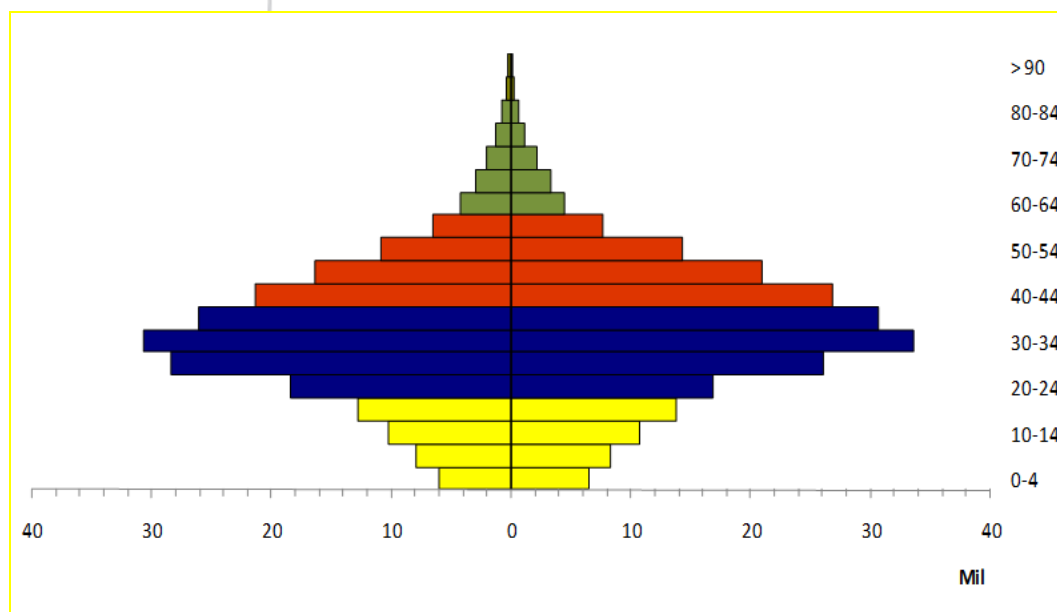
Através desta desagregação é possível extrair alguns indicadores quanto a:

- População activa (20-39 anos, 40-64 anos) e inactiva (0-19 anos, mais de 65 anos);
- População estrangeira activa jovem ou envelhecida;
- População estrangeira inactiva jovem ou envelhecida;
- Desagregação por grandes grupos etários e principais nacionalidades.

Constata-se que a população estrangeira possui um **índice de envelhecimento** relativamente **baixo**, tal como se pode verificar na pirâmide etária infra. Esta realidade é parcialmente justificada pelo facto de a imigração constituir um fenómeno relativamente recente em Portugal.

ILUSTRAÇÃO 10

PIRÂMIDE ETÁRIA



De facto, verifica-se que o grupo etário **20 - 39** anos é largamente maioritário (48,5% deste universo). Segue-se o grupo **40 - 64** (30,56%). Já o grupo etário

até aos 20 anos tem expressão mais reduzida (17,45%), possuindo o dos mais de 65 anos um valor residual (3,44%).

ILUSTRAÇÃO 11

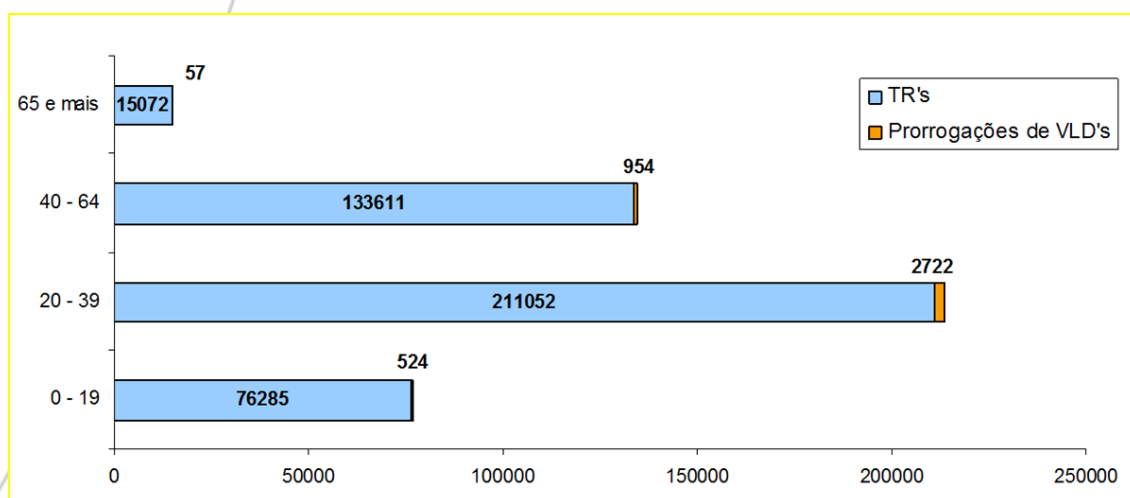
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS	SEXO	TOTAL	GRUPO ETÁRIO			
			0 - 19	20 - 39	40 - 64	65 e mais
TOTAL	HM	440.277	76.809	213.774	134.565	15.129
	H	230.566	39.545	108.873	74.689	7.459
	M	209.711	37.264	104.901	59.876	7.670

Não obstante, em confronto com os valores do ano anterior, regista-se uma ligeira subida no grupo etário 40-64 (cerca de + 5%) e uma descida no grupo etário até aos 20 anos (cerca de - 3%).

ILUSTRAÇÃO 12

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS (GRÁFICO)



Capítulo 3 – Fluxo migratório em 2008¹⁷

No decurso do ano de 2008 foram registados **76 639 pedidos de títulos de residência¹⁸**. Por comparação com o ano de 2007, no período em referência verifica-se um **aumento** de cerca de **27,5%** face ao número de pedidos registados naquele ano (**60 117**).

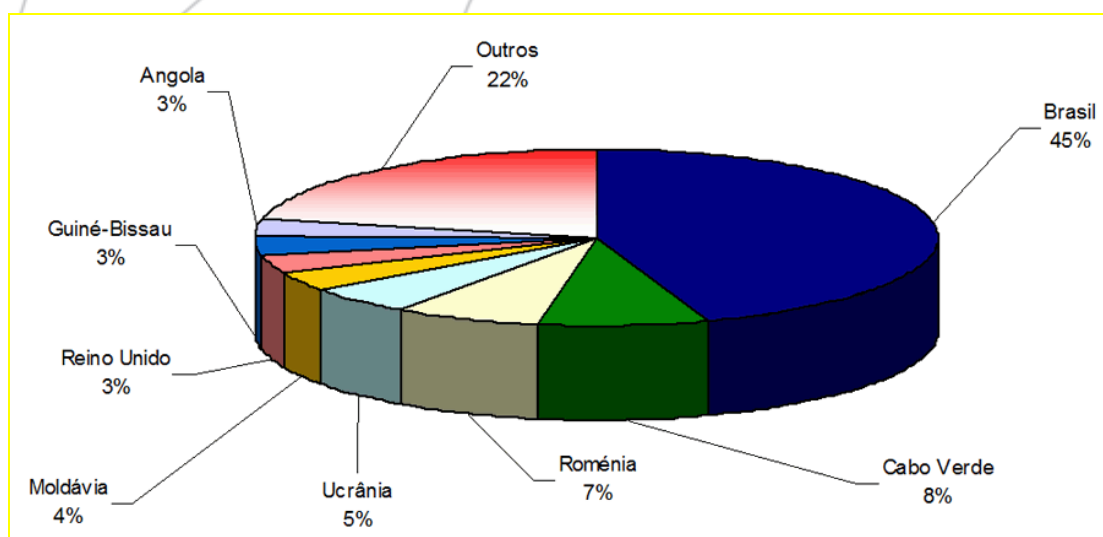
No ano em análise boa parte dos pedidos de títulos de residência têm origem em processos de conversão de vistos de longa duração e de autorizações de permanência em autorizações de residência (cf. Artº. 217º da Lei 23/2007) e na concessão de autorizações de residência ao abrigo do regime excepcional previsto, nomeadamente no seu artº. 88º, nº 2. da lei de imigração.

As nacionalidades com maior número de pedidos foram as do **Brasil** (34 177), seguindo-se, por esta ordem, **Cabo Verde** (6 353), **Roménia** (5 136), **Ucrânia** (4 058), **Moldávia** (2 688), **Reino Unido** (2 672), **Guiné-Bissau** (2 636) e **Angola** (2 240), as quais coincidem com as que foram identificadas no *stock* de residentes do ano em análise. Ao nível de fluxos, também o Brasil surge destacado e Cabo Verde mantém o segundo lugar, perdendo no *stock* a favor da Ucrânia.

¹⁷ Títulos de residência.

¹⁸ Dados provisórios.

ILUSTRAÇÃO 13

PRINCIPAIS NACIONALIDADES
PEDIDOS DE TR's 2008

Quanto à desagregação por **género**, verifica-se o predomínio dos pedidos do sexo feminino, designadamente no caso do Brasil, Cabo Verde, Ucrânia, Moldávia e Angola. Roménia e Guiné-Bissau registam o predomínio do sexo masculino e no caso britânico assinala-se um equilíbrio entre os géneros.

No decurso do ano em análise registou-se a caducidade de 40 584 títulos de residência, relativamente aos quais não há informação disponível desagregada por nacionalidade.

Não obstante, o quantitativo de títulos caducados permite abordar, ainda que de forma genérica, o fluxo imigratório em Portugal no decurso do ano de 2008. Para este efeito, a diferença entre aquele valor e o número de pedidos de títulos de residência em 2008 (76 639) facultará uma visão indicativa do **saldo imigratório** nacional no mesmo ano¹⁹.

Assim, em termos brutos, em 2008 assiste-se a um aumento de 34 408 títulos de residência, o que corresponde a um aumento bruto de 8.6%. Considerando

¹⁹ Cf. nota de rodapé 19.

que boa parte dos novos títulos tem origem numa “transferência” de estatutos (de autorização de permanência/visto de longa duração para título de residência), o saldo migratório líquido em 2008, apresenta um aumento de cerca de 1%.

Em síntese, no que concerne aos estrangeiros residentes em Portugal, no ano de 2008 apurou-se um *stock* provisório de **440 277 estrangeiros residentes**, valor que representa um saldo positivo de 1%, face aos valores do ano anterior. Poderá assim dizer-se que, no ano em análise, a população estrangeira residente em Portugal registou algum crescimento, dando continuidade à tendência de crescimento sustentado que se regista desde o ano de 2003²⁰.

Em termos da composição da comunidade estrangeira, sublinha-se o facto de 48% deste universo populacional se reportar a países de língua portuguesa: Brasil (24%), Cabo Verde (12%), Angola (6%) e Guiné-Bissau (6%). Por outro lado, a Ucrânia ascende a segunda comunidade mais representativa (12%), em detrimento de Cabo Verde. Em termos de Estados-Membros da União Europeia, o Reino Unido é substituído pela Roménia como comunidade mais representativa, situação historicamente inédita, em termos de estatísticas de residentes em Portugal.

Na vertente técnica, deve realçar-se a adopção de uma nova metodologia estatística, cujo potencial apenas será maximizado no decurso dos próximos anos.

²⁰ Com excepção do ano de 2005.



PARTE II

CONTROLO DE FRONTEIRAS, IMIGRAÇÃO E ASILO

PARTE II

Controlo de fronteiras, imigração e asilo

Capítulo 1 – Controlo de fronteira

O controlo das fronteiras nacionais realiza-se em harmonia com o princípio da livre circulação de pessoas no território da União Europeia e, mais concretamente, de acordo com as regras definidas pela Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (CAAS). Por outro lado, este controlo incide sobre as designadas **“fronteiras externas”**, entendidas como as fronteiras com Estados Terceiros à União, nomeadamente os aeroportos (fronteira aérea externa), no que diz respeito aos voos que tenham como proveniência ou destino os territórios dos Estados não vinculados àquela Convenção, e os portos marítimos (fronteira marítima externa), salvo no que se refere às ligações no território português e às ligações regulares de transbordo entre estados partes na Convenção de Aplicação. Atenta a situação geográfica de Portugal, o nosso país não possui, portanto, fronteiras externas terrestres, na acepção da supra referida Convenção. O SEF é a entidade nacional responsável pelo controlo de todos os postos de fronteira externa nacionais.

Secção 1. Controlo das fronteiras aéreas

O SEF exerce o controlo integral das fronteiras externas aéreas nacionais, ocupando os oito aeroportos internacionais existentes em território português: Lisboa, Porto, Faro, Funchal, Lajes (Terceira), Santa Maria e S. Miguel.

1.1. Voos controlados

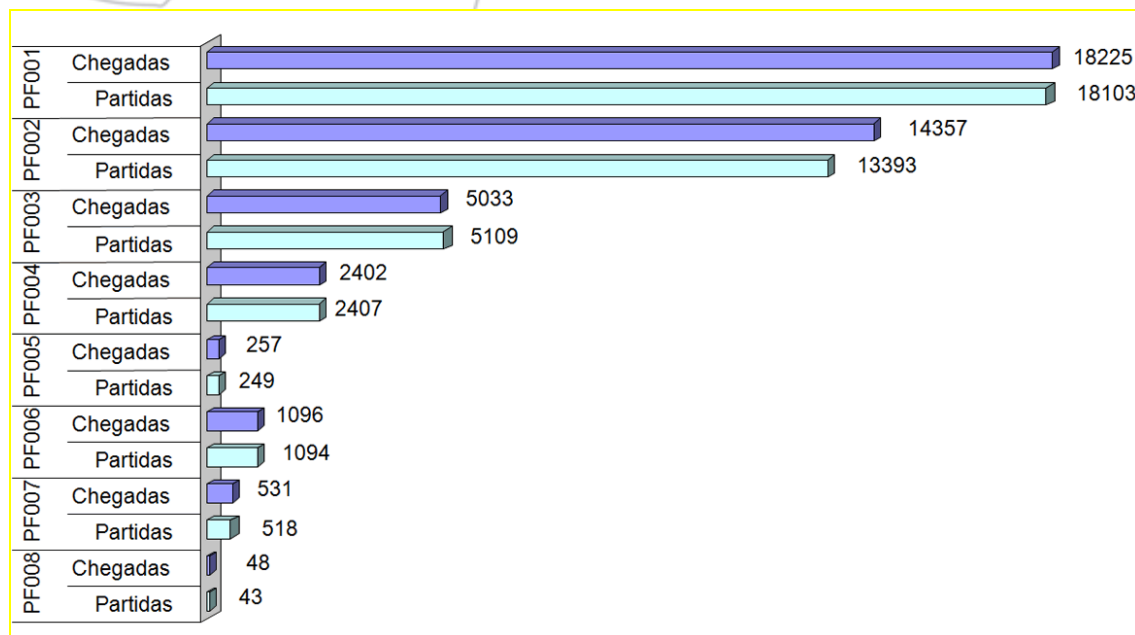
Durante o ano de 2008 procedeu-se ao controlo de **82.865** voos, representando um **aumento** de cerca de **10%** relativamente a 2007 (75 274). Tanto os dados sobre movimentos de partidas como de chegadas apresentam cifras muito aproximadas, pese embora uma ligeira preponderância nos movimentos de chegadas, tal como já sucedia em 2007.

Em número de voos controlados por posto de fronteira, destacam-se o aeroporto de Lisboa, com **36.328** voos, e o aeroporto de **Faro**, com **27.750** voos. Seguem-se os aeroportos do **Porto**, com **10.142**, e **Funchal**, com **4.809** voos controlados. Não obstante a proximidade dos valores registados nos dois primeiros aeroportos, as realidades são diversas. Em Lisboa o controlo distribui-se, de forma equilibrada, entre grandes áreas de proveniência e de destino, nomeadamente União Europeia extra Schengen (10.363), outros destinos europeus (8.763), África (6.983), América do Sul (6.975) e América do Norte (2.984). Já em Faro, cerca de 98,5% dos controlos se reportam a voos de e para a Europa não Schengen (27.325).

O aeroporto de Lisboa caracteriza-se ainda por concentrar 31,8% dos voos Europeus não Schengen, 94% dos voos africanos, 80,7% dos voos da América do Sul e Central e 57,8% voos da América do Norte do total de voos internacionais que partem, chegam ou transitam pelo território português.

ILUSTRAÇÃO 14²¹

MOVIMENTOS DE VOOS NOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS



1.2. Passageiros controlados

Durante o ano de 2008 o SEF controlou um total de **10.599.570** passageiros na passagem das fronteiras aéreas externas, o que representa uma **diminuição de 4,66%** face ao ano de 2007 (11.117.362), facto que decorre, essencialmente, de circunstâncias exógenas ao Serviço.

Por posto de fronteira, sobressai o aeroporto de **Lisboa**, com **4.891.860** passageiros, seguido pelo aeroporto de **Faro**, com **3.730.768**. Mais distanciados, surgem o aeroporto do **Porto** com **1.129.396** passageiros e o da **Madeira** com **685.361**.

21 PF 001 – Aeroporto de Lisboa; PF 002 – Aeroporto de Faro; PF 003 – Aeroporto do Porto; PF 004 – Aeroporto do Funchal; PF005 – Aeroporto das Lajes; PF 006 – Aeroporto de Santa Maria; PF 007 – Aeroporto de Ponta Delgada; PF 008 – Aeroporto de P. Santo.

Em termos de fluxos de passageiros nos aeroportos de Lisboa e de Faro, regista-se uma composição mais diversificada no primeiro caso, em razão das origens e destinos dos voos controlados em ambos os postos de fronteira, valendo aqui as considerações formuladas a este propósito no ponto anterior.

ILUSTRAÇÃO 15²²

PASSAGEIROS CONTROLADOS

TOTAL	AEROPORTOS					
	LISBOA	FARO	PORTO	MADEIRA ²³	LAJES	P. DELGADA
	PF001	PF002	PF003	PF004	PF005	PF007
10 599 570	4 891 860	3 730 768	1 129 396	685 361	28 580	133 605

Secção 2. Controlo das fronteiras marítimas

2.1. Embarcações/navios controlados

Em 2008 foram controladas **33 290 embarcações** nas fronteiras marítimas nacionais, o que representa um **aumento de 11,9%** relativamente ao ano de 2007 (29 750).

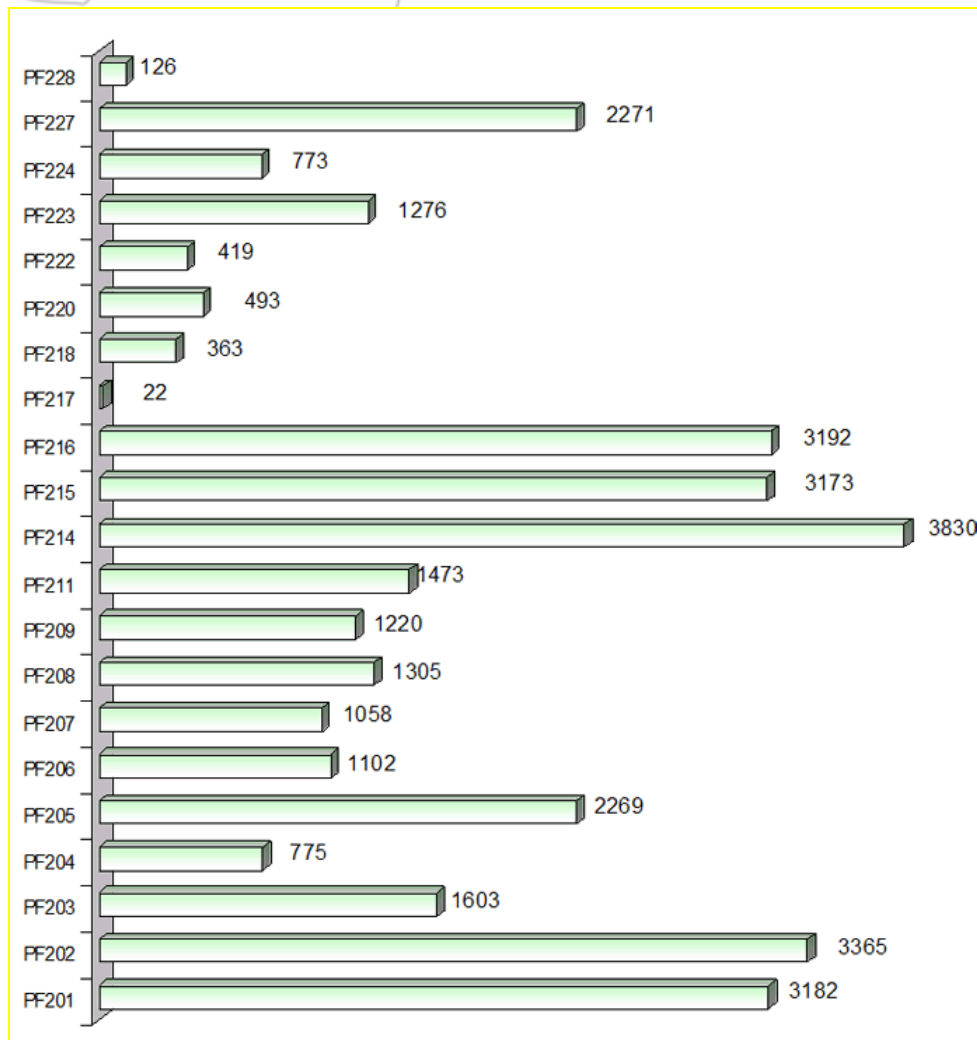
Por posto de fronteira, sobressai a Marina de **Vilamoura (3 830)**, seguida pelo Porto de **Leixões (3 365)**, a Marina de **Lagos (3 192)**, o Porto de **Lisboa (3 182)** e a Marina de **Portimão (3 173)**. Ligeiramente afastados surgem os Portos de **Cascais (2 271)** e de **Sines (2 269)**.

²² Fonte ANA e ANAM – Dados estimados.

²³ Inclui 105 passageiros controlados em Porto Santo.

ILUSTRAÇÃO 16²⁴

EMBARCAÇÕES / NAVIOS CONTROLADOS



Quanto ao **tipo de embarcações** controladas, as Marinas de Vilamoura, Lagos e Portimão controlam essencialmente as de recreio (3830, 3192 e 3103, respectivamente), na sua maioria de e para a União Europeia, incluindo o Espaço Schengen²⁵. Já o controlo exercido no Porto de Lisboa incide

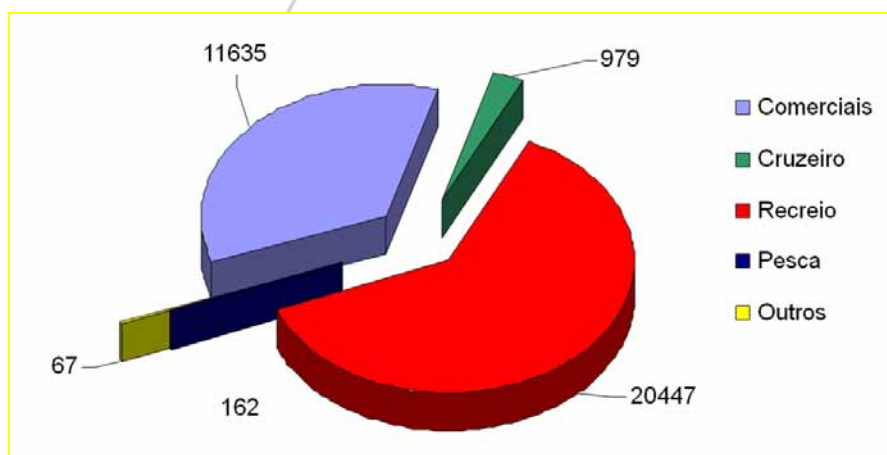
24 PF 201 - Porto de Lisboa; PF 202 - Porto de Leixões; PF 203 - Porto de Setúbal; PF 204 - Porto de Viana do Castelo; PF 205 - Porto de Sines; PF 206 - Porto da Figueira da Foz; PF 207 - Porto de Aveiro; PF 208 - Porto do Funchal; PF 209 - Porto de Ponta Delgada; PF 211 - Porto da Horta; PF 214 - Marina de Vilamoura; PF 215 - Marina de Portimão; PF 216 - Marina de Lagos; PF 218 - Porto de Peniche; PF 220 - Porto da Nazaré; PF 222 - Porto de Póvoa do Varzim; PF 223 - Porto de Porto Santo; PF 224 - Porto de Angra do Heroísmo; PF 227 - Marina de Cascais; PF 228 - Porto de Sesimbra;

25 Nos termos do Código de Fronteiras Schengen, o controlo de embarcações de recreio é realizado de forma sistemática e presencial.

essencialmente sobre navios comerciais (2888), maioritariamente da e para a União Europeia e Américas. Quanto a navios de cruzeiro, o seu maior número é controlado também em Lisboa e no Funchal (293 e 262 respectivamente).

ILUSTRAÇÃO 17

TIPOS DE EMBARCAÇÕES / NAVIOS CONTROLADOS



No total e por tipo de embarcação controlada, verifica-se que 61,4% eram embarcações de recreio (20 447), 35% navios comerciais (11 635), seguindo-se os navios de cruzeiro (979) e as embarcações de pesca (162).

2.2. Passageiros e Tripulantes Controlados

Nas fronteiras marítimas, em 2008 foram controladas **1 439 702** pessoas, correspondendo a **911 785** passageiros (+17,9%) e **527 917** tripulantes (+14,2%), traduzindo **um aumento de 16,5%** face ao ano de 2007 (1 235 907).

ILUSTRAÇÃO 18

ORIGEM CONTROLADOS

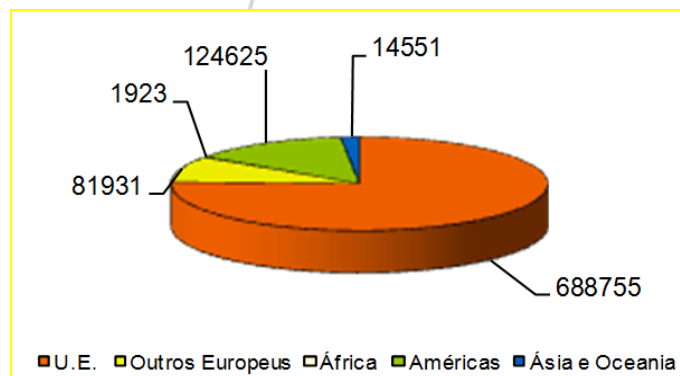
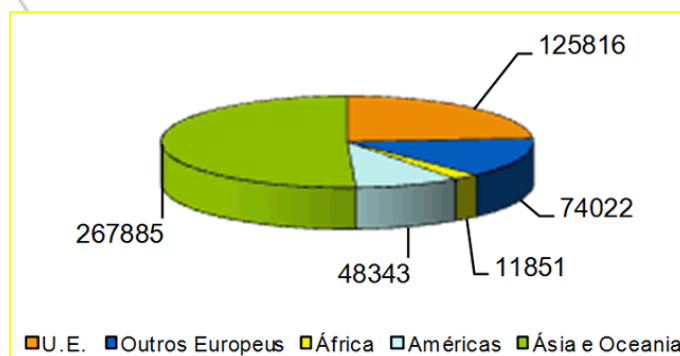


ILUSTRAÇÃO 19

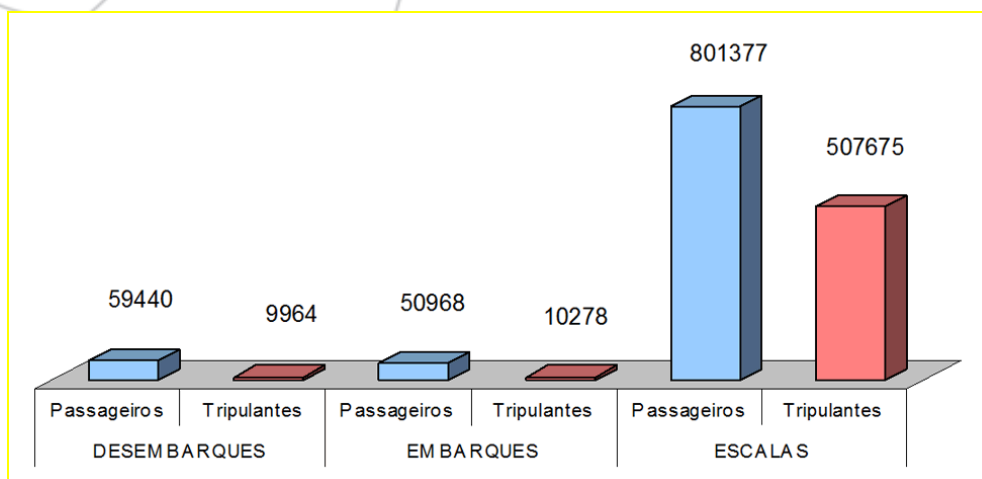
ORIGEM TRIPULANTES CONTROLADOS



Em termos de grandes grupos de nacionalidades, a maioria dos passageiros era nacional de países da União Europeia (688 755) e das Américas (124 625). Quanto a tripulantes, destaca-se o continente asiático, área tradicional de recrutamento destes profissionais, seguido da União Europeia. Por outro lado, verifica-se que a esmagadora maioria do movimento registado nas fronteiras marítimas se reporta a passageiros e tripulantes em escala.

ILUSTRAÇÃO 20

PASSAGEIROS / TRIPULANTES CONTROLADOS



Secção 3. Vistos concedidos nos postos de fronteira e passaportes de última hora

O SEF, nos termos definidos na lei, tem competência para conceder nos postos de fronteira, a título excepcional, vistos de curta duração, de trânsito e vistos especiais.

Em 2008 foi concedido um total de **8 187 vistos** na fronteira, expressando um **acréscimo de 53%** relativamente a 2007 (5 350). Por **tipologia**, surge, de forma destacada, o **visto de trânsito** (6 824), seguido do **visto de curta duração** (1 189) e do **visto especial**²⁶ (104).

Por **local de emissão**, destaca-se o aeroporto de Lisboa (2 205) e o porto de Lisboa (1 979).

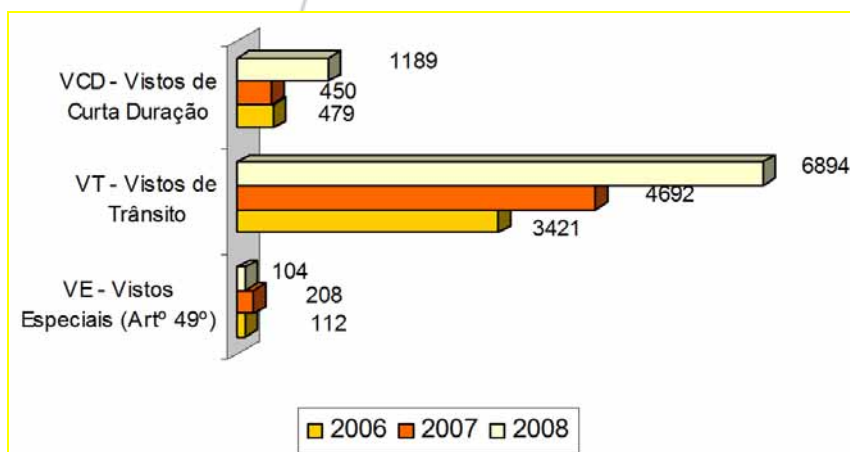
Deve assinalar-se ainda que boa parte dos vistos concedidos nas fronteiras têm os Marítimos por destinatários, sendo emitidos ao abrigo das facilidades

²⁶ Emitido nos termos do art. 68.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

consagradas pelos instrumentos internacionais aplicáveis a estes profissionais.

ILUSTRAÇÃO 21

VISTOS CONCEDIDOS EM POSTOS DE FRONTEIRA



Secção 4. Medidas cautelares detectadas

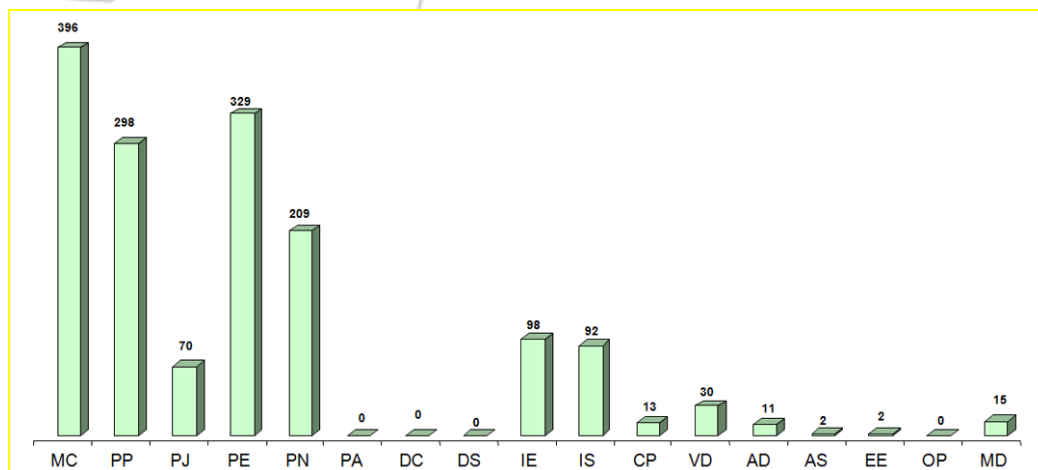
Em 2008 foram detectadas **1 565 medidas cautelares**, representando um **aumento de 12,4%** relativamente ao ano de 2007 (1 392).

Por tipo de medida, sobressai o **mandado de captura** (396 detecções; +4,8% face a 2007), **pedido de paradeiro** no âmbito de **processo administrativo de expulsão**²⁷ (329; -15,2% face a 2007) e **pedido de paradeiro de autoridade policial** (298; +9,6% face a 2007).

²⁷ Paradeiro para Efeito de Expulsão – Art. 141.º n.º 1, 148 e 161 da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho;

ILUSTRAÇÃO 22²⁸

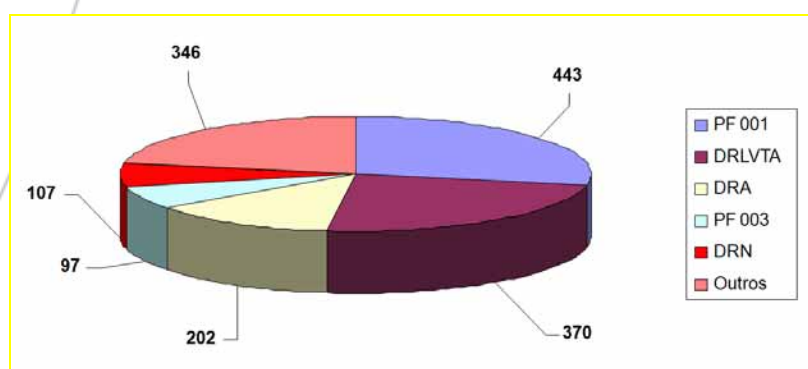
MEDIDAS CAUTELARES DETECTADAS



Por **local de detecção**, à semelhança dos anos anteriores, destaca-se o Aeroporto de Lisboa (443), Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo (370), Direcção Regional do Algarve (202) e a Direcção Regional do Norte (107).

ILUSTRAÇÃO 23

MEDIDAS CAUTELARES DETECTADAS



28 Legenda: MC – Mandado de Captura; PP – Paradeiro Autoridade Policial; PJ – Paradeiro Autoridade Judicial; PA – Paradeiro p/ Asilo; PE – Paradeiro para Efeito de Expulsão – Art. 141.º n.º 1, 148.º e 161.º da Lei n.º 23/2007; PN – Paradeiro p/ Notificação – Art. 85.º, n.º 5 e 149.º da Lei n.º 23/2007; DC – Declaração de Contumácia; DS - Detecção Simples; IE – Interdição de Entrada; IS – Interdição de Saída; CP – Cumprimento de Pena; VD – Vigilância Discreta; AD – Adulto Desaparecido; MD – Menor Desaparecido; OP – Oposição ao Progenitor; EE – Encargos ao Estado.

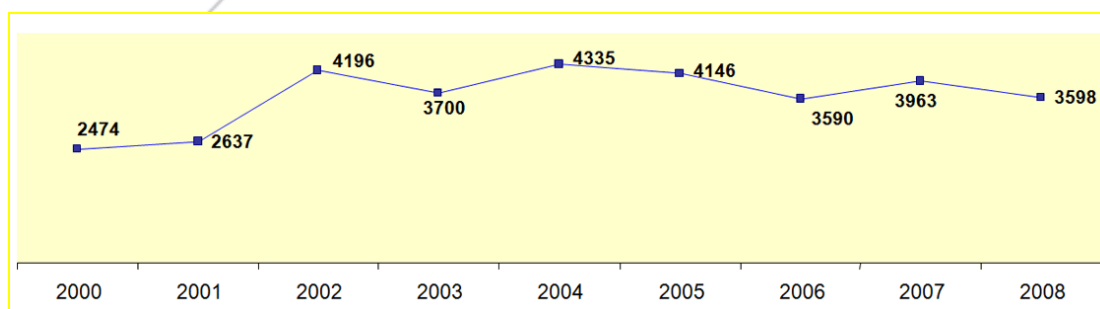
Secção 5. Recusas de entrada

A recusa de entrada consiste numa decisão de não admissão de um estrangeiro em Portugal, fundamentada no facto de aquele não reunir as condições legalmente definidas para a entrada no território nacional.

Na ilustração 24 estão registados os valores das recusas de entrada em Território Nacional no período compreendido entre 2000 e 2008.

ILUSTRAÇÃO 24

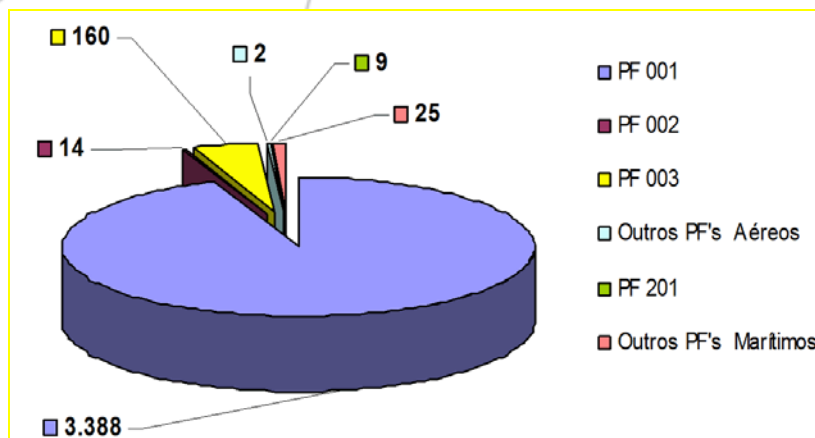
RECUSAS DE ENTRADA POR ANO



Em 2008 foram efectuadas **3 598 recusas de entrada** em Portugal, valor que traduz um **decréscimo de 9,2%** face a 2007 (3 963), coincidindo, praticamente, com os valores registados em 2006. Este decréscimo poderá, de alguma forma, estar associado ao decréscimo de 4,66% de passageiros controlados nos aeroportos nacionais. A predominância do aeroporto de Lisboa em termos de movimento de passageiros nas fronteiras aéreas justifica que 94,2% das situações de não admissão no país se reporte a este posto de fronteira.

ILUSTRAÇÃO 25

RECUSAS DE ENTRADA POR POSTO DE FRONTEIRA



Por nacionalidade, o **Brasil** ocupa o primeiro lugar (2 333 recusas), seguido do **Senegal** (431), **Venezuela** (157), **Angola** (103) e **Guiné-Bissau** (87). De destacar que houve 85 casos de recusa de entrada em que não foi possível confirmar a nacionalidade dos respectivos indivíduos, o que representa o sexto maior grupo de pessoas não admitidas em Portugal. Face a 2007, assinala-se o aumento das recusas de entradas de nacionais do Brasil (12,8%) e Senegal (5,9%). Por outro lado, decresceram as recusas de nacionais da Venezuela (74,8%); Angola (8,8%) e Guiné-Bissau (10,3%).

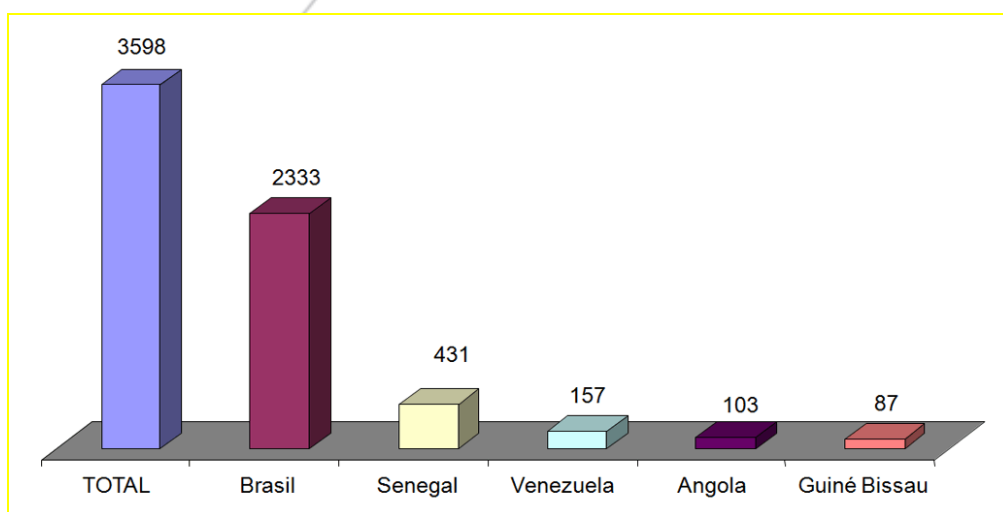
Em termos absolutos, 2008 mantém a preponderância, registada nos últimos anos, dos fluxos migratórios latino-americanos, em detrimento dos africanos. Concretizando, o **Brasil** continua a destacar-se das demais nacionalidades no que se refere a situações de não admissão. Alterando a tendência de subida registada desde 2004, a **Venezuela** passa a ocupar o terceiro lugar, por troca com o Senegal. Relativamente à Bolívia, em 2008 esta nacionalidade deixou de ter expressividade em matéria de recusa de entrada, confirmando a tendência assinalada em 2007, em resultado da reintrodução da

obrigatoriedade de visto para a entrada na União Europeia de cidadãos bolivianos²⁹.

No continente africano, destaque para o aumento de recusas a cidadãos do Senegal e o decréscimo relativamente à Guiné-Bissau e a Angola.

ILUSTRAÇÃO 26

RECUSAS DE ENTRADA POR NACIONALIDADE



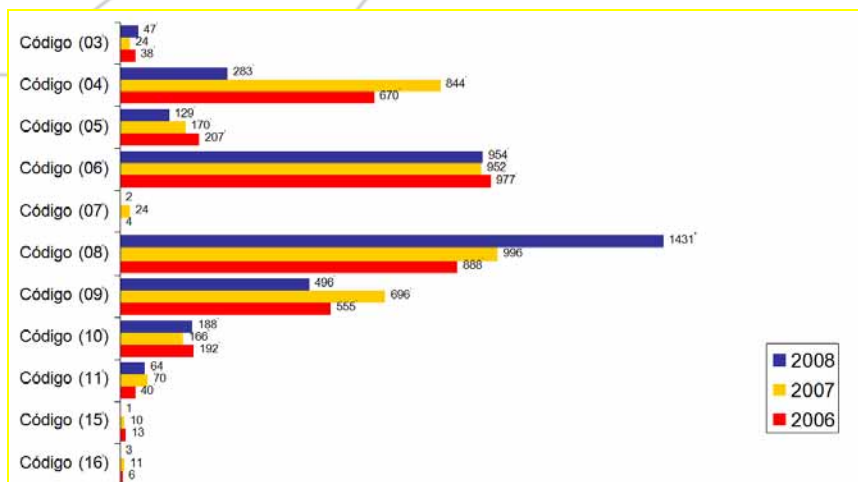
Em termos dos principais motivos de recusa de entrada em Portugal, assinala-se o aumento da **ausência de motivos que justifiquem a entrada** (1 431, representando um aumento de 43,7% face a 2007) e de **ausência de visto/visto caducado** (954 casos, traduzindo um aumento de 0,2%) e a diminuição da **ausência de meios de subsistência** (496 casos, -28,7% face a 2007) e do **uso de documento falso/falsificado** (283 casos, -66,5%).

O principal aspecto a reter quanto aos fundamentos de não admissão face a 2007 é o aumento expressivo da ausência de motivos que justificam a entrada e a redução do uso de documento falso/falsificado (este aspecto será abordado no capítulo da fraude documental, cf. 3.3).

²⁹ Regulamento (CEE) n.º 1932/2006, que altera o regulamento (CEE) 539/2001, transferindo a Bolívia para o Anexo I com a consequente introdução da obrigação de visto para os seus nacionais a partir de Abril de 2007.

ILUSTRAÇÃO 27³⁰

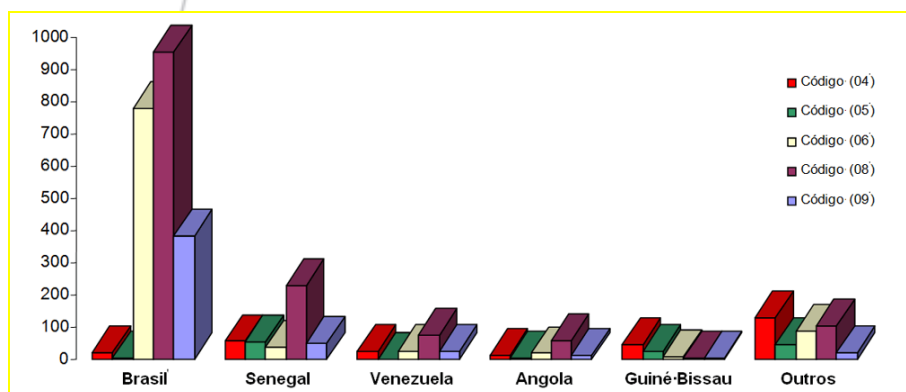
FUNDAMENTOS DAS RECUSAS DE ENTRADA (2006-2008)



Cruzando as nacionalidades com os fundamentos da recusa de entrada, verifica-se que nos casos do Brasil, Senegal, Venezuela e Angola a **ausência de motivos que justifiquem a entrada** foi o motivo largamente predominante.

ILUSTRAÇÃO 28³¹

RECUSAS DE ENTRADA POR NACIONALIDADE



30 Código (03) – Ausência de Documento de Viagem ou Documento Caducado

Código (04) – Documento falso ou falsificado; Código (05) – Utilização de documento Alheio; Código (06) – Ausência visto ou visto caducado; Código (07) – Visto falso ou falsificado; Código (08) – Ausência motivos que justifiquem entrada; Código (09) – Ausência de meios de subsistência; Código (10) – Indicações para efeitos de Não-Admissão no espaço Schengen; Código (11) – Estrangeiros menores desacompanhados; Código (15) – Cumprimento de Medida Cautelar; Código (16) – Outros.

31 Código (04) – Documento falso ou falsificado; Código (05) – Utilização de documento Alheio; Código (06) – Ausência visto ou visto caducado; Código (08) – Ausência motivos que justifiquem entrada; Código (09) – Ausência de meios de subsistência.

Capítulo 2 – Actuação em território nacional

Secção 1. Fiscalização

No domínio do controlo e fiscalização da permanência e actividades de estrangeiros em território nacional, o SEF concretiza as atribuições que lhe estão legalmente confiadas, centrando a sua actuação na repressão das redes de recrutamento de mão-de-obra ilegal e de tráfico de seres humanos. Como pressuposto desta actuação, o reforço da fiscalização e da investigação criminal constituem um factor de equilíbrio tendo em vista uma imigração mais regulada e tutelada dos direitos fundamentais dos imigrantes.

Em 2008, no âmbito da actividade de fiscalização desenvolvida pelas Direcções Regionais, foram realizadas **9 734 acções**, das quais **5 670** foram empreendidas pelo SEF **de forma autónoma** e **4 064** em **actuação conjunta** com outras entidades, nomeadamente GNR, PSP, PJ, ACT, Segurança Social e o *Cuerpo Nacional de Policia* de Espanha, este no âmbito da cooperação luso espanhola.

Em confronto com os dados de 2007 (6 727), constata-se um substancial **aumento de 44,7%**, dando-se assim continuidade à estratégia de combate ao emprego clandestino, à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos, uma das prioridades do SEF nos anos mais recentes, particularmente intensificada no decurso do ano em análise.

A Direcção Regional do Centro foi a unidade orgânica que maior número de acções de fiscalização empreendeu, com um total de 3 006 operações, explicado em parte pelo CCPA de Vilar Formoso ser o principal ponto de entrada terrestre no país.

ILUSTRAÇÃO 29

ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

ACÇÕES FISCALIZAÇÃO	DR NORTE	DR CENTRO	DRLVTA	DR ALGARVE	DR MADEIRA	DR AÇORES	TOTAL
TOTAL GERAL	2.525	3.006	1.959	1.521	434	289	9.734
AUTÓNOMAS	2.137	981	1.078	777	433	264	5.670
CONJUNTAS	388	2.025	881	744	1	25	4.064

Do total das acções, destacam-se os **controles móveis (2 995)**, a **fiscalização a estabelecimentos de restauração (1 105)** e a **terminais de transportes (1 064)**.

No âmbito das acções de fiscalização executadas, foram **identificados 271 087 cidadãos**, dos quais **122 149** eram portugueses e **96 568** eram **nacionais de outros países da União Europeia**. Daquele universo, **52 370** eram **nacionais de países terceiros**, dos quais **3 736** se encontravam em **situação ilegal**. Face aos valores de 2007, o número total de cidadãos identificados registou um aumento de 12,8% em 2008. De igual forma, o número de nacionais de países terceiros identificados registou um aumento face a 2007, pese embora uma ligeira diminuição do número daqueles que permaneciam em situação ilegal (9,59% em 2007 face a 7,13% em 2008).

Por nacionalidade dos estrangeiros identificados (nacionais de países terceiros), sobressai o **Brasil** com 13 253 cidadãos, dos quais 2 469 estavam em situação ilegal (18,63% destes nacionais). Nas detecções em situação ilegal relevam ainda as nacionalidades **indiana (9,52%)**, a **guineense (6,5%)**, a **angolana (4,29%)**, a **ucraniana (4,04%)** e a **cabo-verdiana (3,54%)**.

ILUSTRAÇÃO 30

ESTRANGEIROS IDENTIFICADOS / SITUAÇÃO ILEGAL

		IDENTIFICADOS	EM SITUAÇÃO ILEGAL	PERCENTAGEM DE ILEGAIS
TOTAL		52370	3736	7,13%
PRINCIPAIS NACIONALIDADES	BRASIL	13253	2469	18,63%
	CABO VERDE	4609	163	3,54%
	GUINÉ-BISSAU	2277	148	6,50%
	UCRÂNIA	3318	134	4,04%
	ANGOLA	3010	129	4,29%
	ÍNDIA	1008	96	9,52%

Secção 2. Investigação criminal

O SEF possui competência para proceder à averiguação e investigação criminal de crimes de auxílio à imigração ilegal e outros com ele conexos, nomeadamente do crime de tráfico de pessoas, sem prejuízo das atribuições de outras entidades neste domínio. Não deverá descurar-se que o combate às redes de imigração e de mão-de-obra ilegais constituem um objectivo estratégico da actuação do Serviço.

No âmbito da investigação criminal, durante o ano de 2008, foram **registados** no SEF sob **NUIPC 1015** processos, representando uma **subida de 91,1%** face a 2007 (531). De entre as áreas regionais, destacam-se Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo e o Algarve.

ILUSTRAÇÃO 31

INQUÉRITOS REGISTRADOS SOB NUIPC

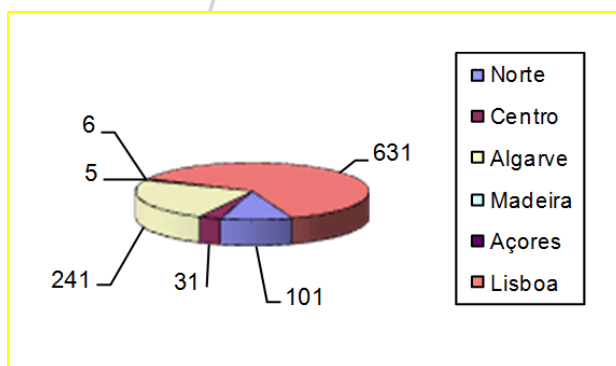
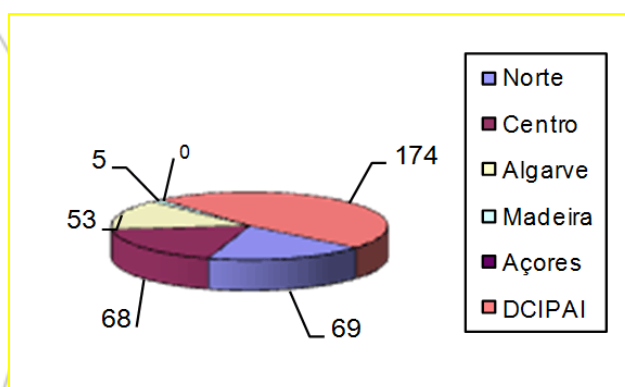


ILUSTRAÇÃO 32

INQUÉRITOS DISTRIBUÍDOS PARA INVESTIGAÇÃO



Regista-se, igualmente, um **aumento** na ordem dos **6,6%**, dos **processos distribuídos para investigação**, com 369 processos, valor superior ao quantitativo registado em 2007 (346), com clara predominância de Lisboa³².

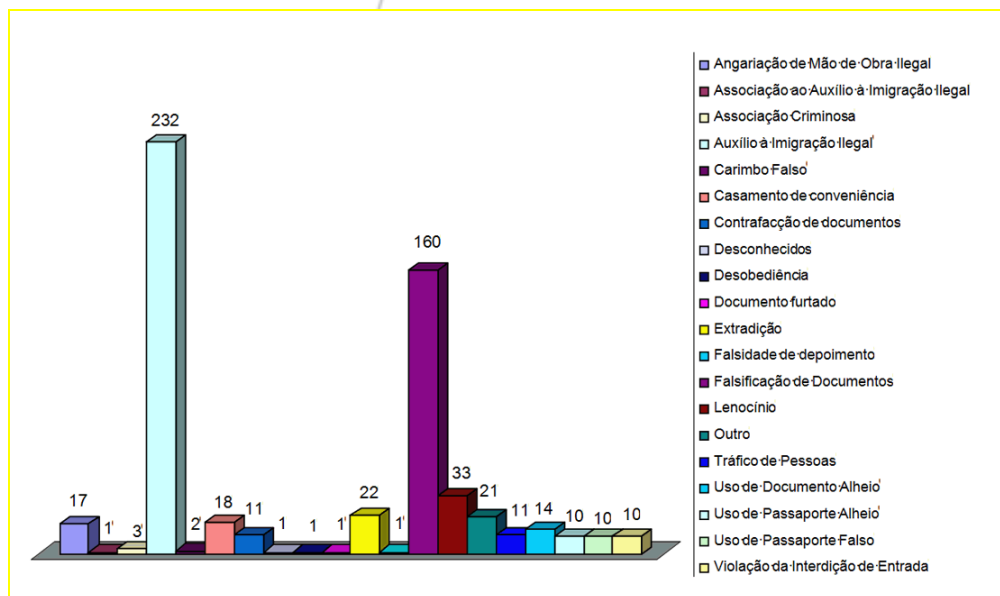
Por tipo de **crime predominante**, evidenciam-se os inquéritos relativos ao crime de auxílio à imigração ilegal, com 232 inquéritos (+19,6% face a 2007), falsificação de documentos, com 160 inquéritos (-8%), e lenocínio, com 33

32 DCIPAI – Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise da Informação

inquéritos (-26%), casamento de conveniência e angariação de mão-de-obra ilegal, que registaram 18 e 17 casos respectivamente.

ILUSTRAÇÃO 33

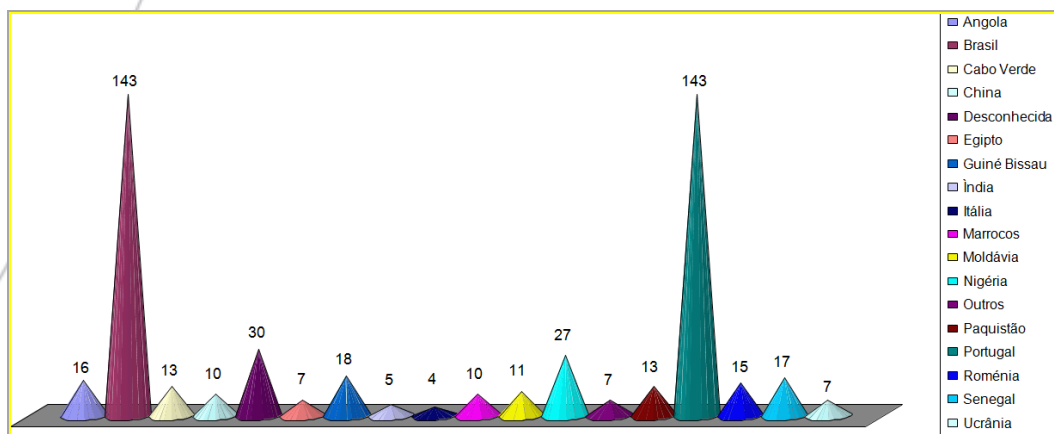
TIPO DE CRIME PREDOMINANTE EM INQUÉRITOS



Relativamente à **nacionalidade dos arguidos**, continuam a destacar-se a portuguesa e a brasileira, com 143 indivíduos. Seguem-se a nigeriana (27), guineense (Bissau) (18) e a senegalesa (17).

ILUSTRAÇÃO 34

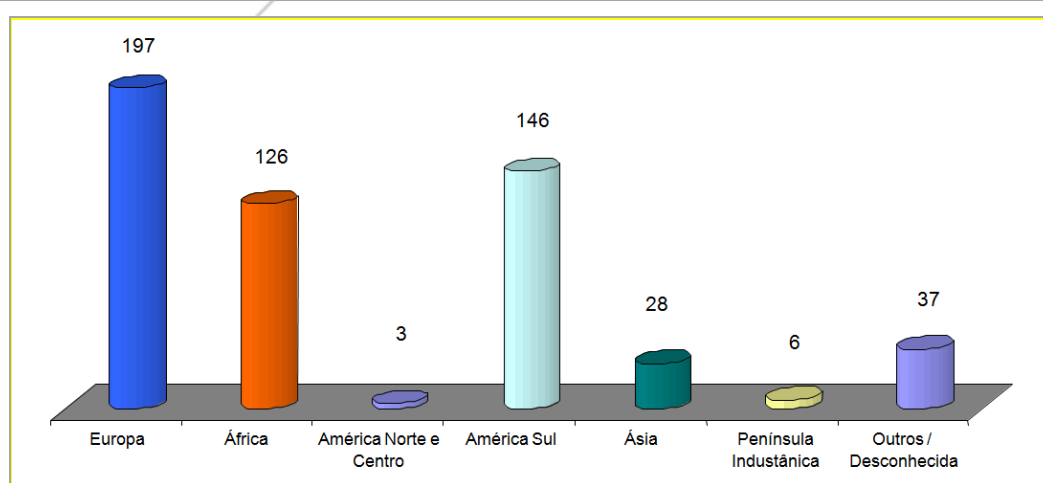
NACIONALIDADE DOS ARGUIDOS



No que se refere à ligação dos processos distribuídos para investigação a áreas geográficas de origem de fluxos migratórios ilegais, foram claramente identificadas as seguintes áreas: Europa (197), América do Sul (146) e África (126).

ILUSTRAÇÃO 35

FLUXOS MIGRATÓRIOS

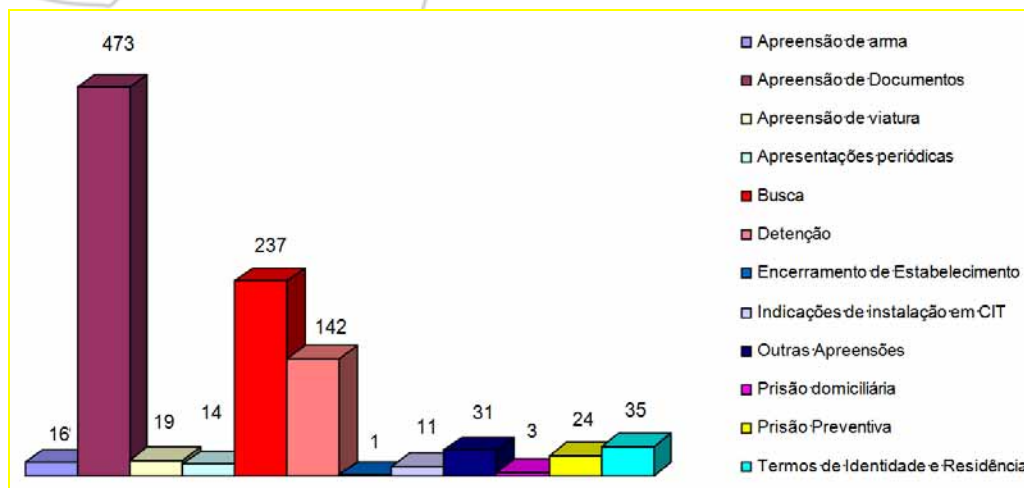


Ao nível operacional, em termos de medidas de coação e de polícia, regista-se a execução de 142 detenções, 27 prisões (24 preventivas e 3 domiciliárias), 11 indicações para instalação em CIT³³ e ainda o encerramento de 1 estabelecimento. Foram ainda realizadas 237 buscas no decurso das quais se procedeu à apreensão de 19 viaturas, 473 documentos e 16 armas.

³³ CIT – Centro de Instalação Temporária

ILUSTRAÇÃO 36

MEDIDAS EXECUTADAS



Em **síntese**, assinala-se o predomínio da criminalidade relacionada com o auxílio à imigração ilegal, falsificação de documentos, lenocínio e os casamentos por conveniência. O crime de auxílio à imigração ilegal merece particular atenção por lhe estarem acessoriamente ligados fenómenos criminais de maior complexidade, como é o caso do tráfico de pessoas. A este propósito e a título de exemplo, sublinham-se as condenações de que foi alvo uma rede composta por cidadãos do leste e também nacionais, no Algarve. Uma nota ainda para o casamento de conveniência, conduta recentemente criminalizada por via do art. 186.º da Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho, que esteve na origem de 18 inquéritos, como crime predominante.

No ano de 2008 foi ainda concedido um total de 26 autorizações de residência a cidadãos estrangeiros vítimas de infracções penais ligadas ao tráfico de pessoas ou ao auxílio à imigração ilegal, das quais 11 foram emitidas a **vítimas do tráfico de seres humanos**, nos termos do art. 109.º da Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho.

Secção 3. Fraude documental

Na concretização das suas atribuições no âmbito do controlo de fronteiras e fiscalização de estrangeiros, o SEF desenvolve actividades de identificação e peritagem documental, em especial no que se prende com documentos de viagem e de identidade.

No actual contexto internacional, a segurança dos documentos assume uma importância reforçada, para a qual o contributo da biometria constitui factor decisivo.

Neste quadro, a consolidação dos projectos do passaporte electrónico português (PEP) e do RAPID, constituíram um significativo passo no reforço da segurança nacional, comunitária e internacional. Por outro lado, o combate à fraude documental pressupõe o reforço da formação na área da documentação de segurança, a qual o SEF vem desenvolvendo a nível interno, no quadro da União Europeia e ainda no âmbito internacional, com destaque para os PALOP. Em simultâneo, no domínio da documentação de segurança, o SEF continua a afirmar-se como uma entidade de referência a nível europeu e internacional.

Em síntese, no ano em análise verificou-se um decréscimo acentuado da detecção de fraude documental, maioritariamente ligado à **redução notável** da fraude relacionada com documentos **venezuelanos**, a qual, de um total de 464 documentos, em 2007, passou a 42 detecções em 2008. Estes valores reflectem as medidas de controlo a montante, designadamente, junto das transportadoras e os esforços envidados por Portugal junto das autoridades venezuelanas.

O reforço da segurança documental e a introdução de dados biométricos em documentos de viagem europeus concorrem decisivamente para a redução da falsificação deste tipo de documentos. Por outro lado, o alargamento da

União e da sua fronteira externa, constituiu um factor de deslocação da utilização de documentos fraudulentos, tendência já assinalada noutros Estados Membros.

3.1. Locais de detecção

Quanto aos locais de detecção, durante o ano de 2008 registaram-se **636 intercepções** no **Aeroporto de Lisboa** (PF001), cerca de 87% do total (por oposição a 82% em 2007), 37 no **CCPA de Vilar Formoso**, 31 no Aeroporto do Porto (PF003), e 5 no **Aeroporto de Faro** (PF002). Registou-se ainda a detecção de 18 documentos fraudulentos pelas Direcções e Delegações Regionais do SEF e 4 no CCPA do Caia.

De assinalar ainda o facto de Guarda Nacional Republicana e Cartório Notarial de Sacavém terem reportado ao SEF documentos fraudulentos (1 documento cada entidade).

3.2. Nacionalidade dos documentos

De um universo de 332 documentos da **União Europeia** interceptados destacam-se 157 autorizações de residência³⁴ (48 das quais portuguesas), 84 passaportes (15 dos quais portugueses) e 51 bilhetes de identidade (21 dos quais também portugueses).

Os **documentos europeus** mais interceptados foram os **portugueses** (89); **franceses** (81); **italianos** (62); **espanhóis** (44) e **belgas** (21), nacionalidades que em 2007 também detiveram maior expressividade.

Relativamente ao **continente africano**, destacam-se os documentos do **Senegal** com 111 documentos (106 passaportes e 5 bilhetes de identidade), colocando esta nacionalidade no topo das detecções efectuadas no decurso do ano de 2008.

³⁴ Esmagadoramente de modelos antigos, desprovidos de dados biométricos.

No que respeita aos **Países Africanos de Língua Portuguesa**, foram detectados 90 documentos objecto de fraude (85 dos quais eram passaportes), repartidos da seguinte forma: 60 da **Guiné-Bissau**, 15 de **Angola**, 8 de **Cabo Verde** e 2 de **Moçambique**.

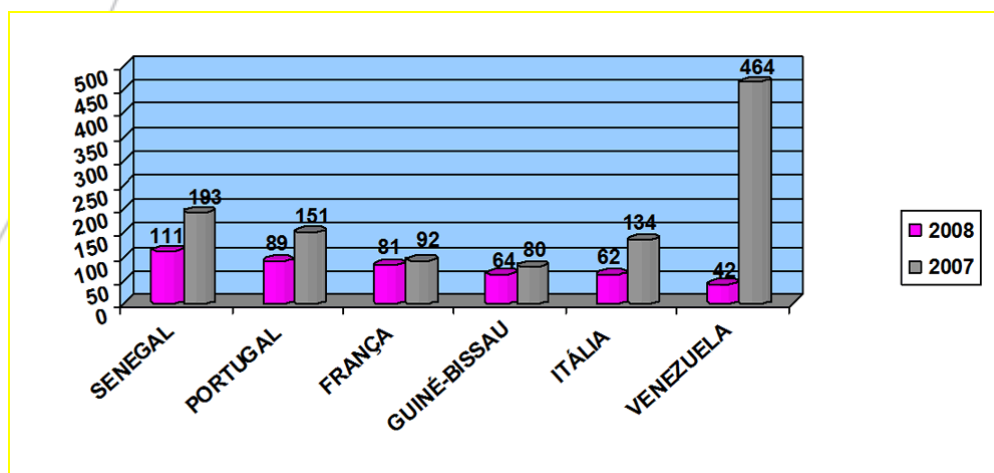
Relativamente aos países da **América Latina**, foram detectados 94 documentos fraudulentos, dos quais 42 **venezuelanos** (31 passaportes, 10 bilhetes de identidade e 1 certidão de nascimento). Contrariando um fenómeno assinalado ao longo dos últimos quatro anos, a incidência da fraude documental envolvendo documentos venezuelanos manifestou um decréscimo de 91% face a 2007.

Relativamente aos 39 **documentos asiáticos** detectados, verifica-se que a nacionalidade mais representativa é a **República da Coreia**, com 16 documentos, entre os quais 9 passaportes, 6 bilhetes de identidade e 1 carta de condução.

Foram ainda detectados: 4 passaportes da **Malásia**; 3 passaportes do **Brunei**; 2 documentos de **Hong Kong**; 2 passaportes de **Israel**; 2 passaportes do **Paquistão**; 2 documentos de **Singapura**; 1 (Bangladesh, China, Índia, Cazaquistão, Líbano, Sri Lanka, Nepal e Tailândia)

ILUSTRAÇÃO 37

NACIONALIDADES DOS DOCUMENTOS



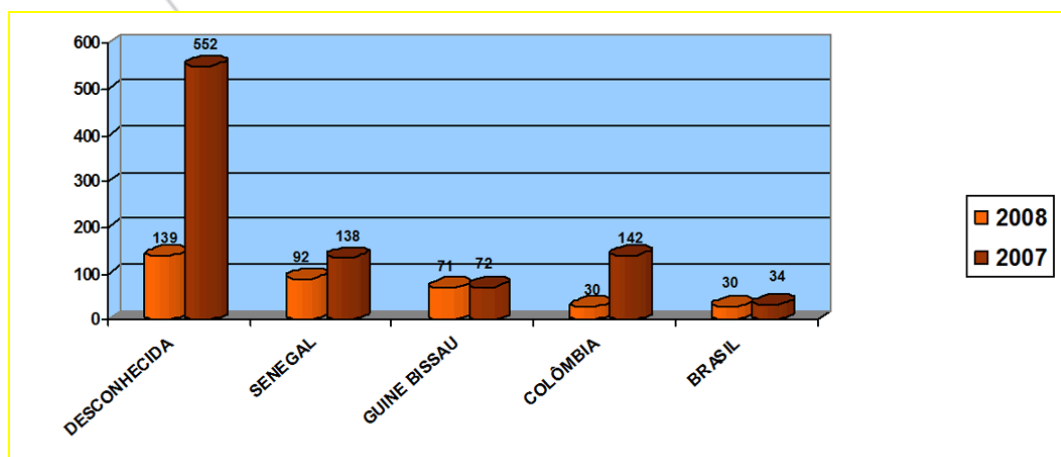
3.3. Nacionalidade dos portadores

Durante o ano de 2008, não foi possível identificar a nacionalidade de 139 indivíduos, entre os portadores de documentos fraudulentos. Dos restantes titulares, foram confirmados 269 cidadãos africanos, a saber: 92 **senegaleses**; 71 **guineenses** (Bissau); 19 **angolanos**; 17 **caboverdianos** e 16 **nigerianos**.

Relativamente aos cidadãos da **América Latina**, foram identificados 84 cidadãos, designadamente 30 **brasileiros**, 30 **colombianos**, 10 **venezuelanos** e 5 **peruanos**.

ILUSTRAÇÃO 38

NACIONALIDADE DO PORTADOR



3.4. Proveniência/destino dos documentos

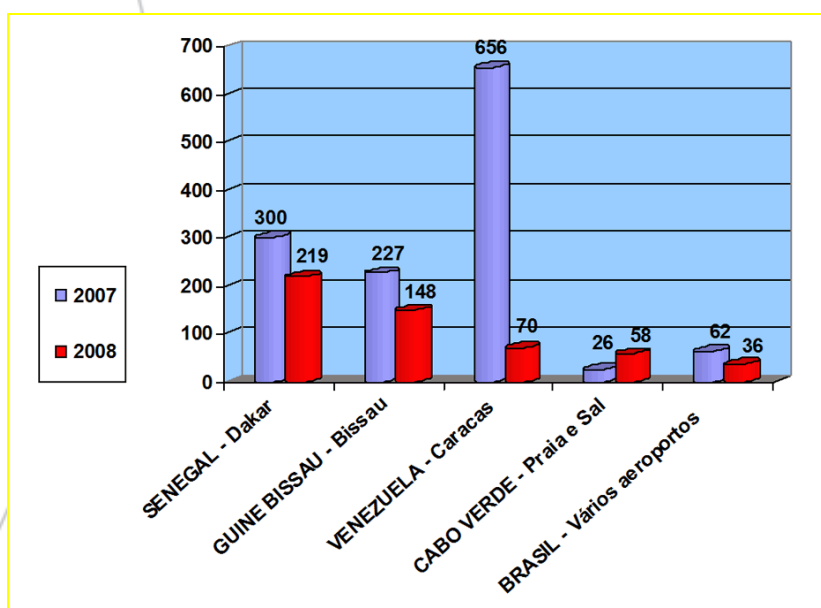
Considerando os voos de proveniência dos portadores de documentos fraudulentos detectados, durante o ano de 2008, destaca-se o **continente africano**, com um total de 478 documentos apreendidos, sobressaindo claramente **Dakar (Senegal)**, com 219 ocorrências. Destes documentos, 98 (45%) eram senegaleses, destacando-se também a apreensão de 36 documentos franceses, 32 italianos e 15 espanhóis. Foram também interceptados 148 documentos em voos provenientes de **Bissau (Guiné-Bissau)**, o que equivale a uma diminuição de 35%, relativamente a 2007. A

maioria dos documentos fraudulentos detectados, oriundos de Bissau era guineense, num total de 41. De salientar ainda a apreensão de 58 documentos de passageiros de voos provenientes de **Praia e Sal (Cabo Verde)**, exprimindo um acréscimo de 123% face ao ano anterior (26).

No **continente americano**, nos voos oriundos de **Caracas (Venezuela)**, foram apreendidos 70 documentos fraudulentos, o que expressa um extraordinário decréscimo face aos 656 documentos apreendidos em 2007 nos voos com a mesma proveniência (menos 89%). Originários de voos do **Brasil**, registam-se 36 apreensões de documentos, representando um decréscimo de cerca de 41,9% face ao ano de 2007 (62).

ILUSTRAÇÃO 39

PROVENIÊNCIA DOS DOCUMENTOS



Dos destinos com maior número de documentos interceptados à saída de território nacional, de um total de 57 ocorrências, evidenciam-se o **Canadá** (9), o **Brasil** (8) e o **Reino Unido** (7). O posto de fronteira do Aeroporto de Lisboa é o local com maior número de detecções de documentos à saída de território nacional, num total de 50, ou seja, 88% do total.

Secção 4. Afastamentos

Por regra, o afastamento coercivo de estrangeiros do território português reveste a forma de expulsão administrativa, por entrada ou permanência irregular. No âmbito deste processo administrativo, o estrangeiro que assim o declare pode ser conduzido à fronteira para abandono do país, obstando a continuação do processo de expulsão, ou ser notificado para abandonar voluntariamente o país.

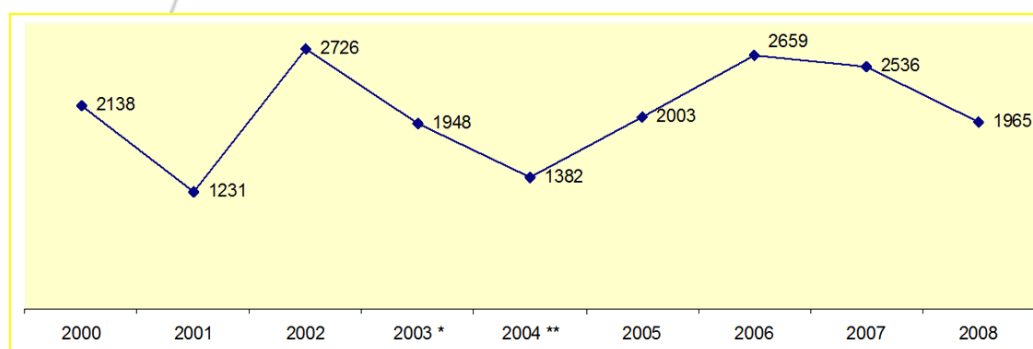
A expulsão pode ainda constituir uma pena acessória pela prática de um crime, detendo, neste caso, natureza judicial. Neste contexto releva ainda a figura da readmissão, quando, nos termos das convenções internacionais pertinentes, um estrangeiro seja encontrado irregularmente num Estado, vindo directamente de outro.

4.1. Expulsões

Na ilustração 40 encontram-se os valores totais dos processos de expulsão instaurados desde o ano 2000 até ao ano em análise.

ILUSTRAÇÃO 40

PROCESSOS DE EXPULSÃO ADMINISTRATIVA INSTAURADOS



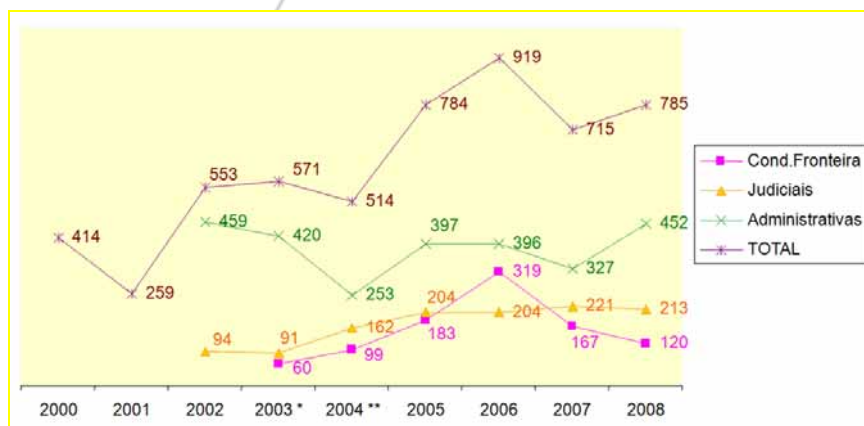
* ** - Dados incompletos

O gráfico seguinte (Ilustração 41) engloba a totalidade dos afastamentos executados, bem como, a sua desagregação por tipologia (expulsão

administrativa, judicial e condução à fronteira – esta última, surgida apenas na legislação de 2003). Faz-se notar que os valores globais estão disponíveis desde 2000 e os parciais apenas desde 2002.

ILUSTRAÇÃO 41

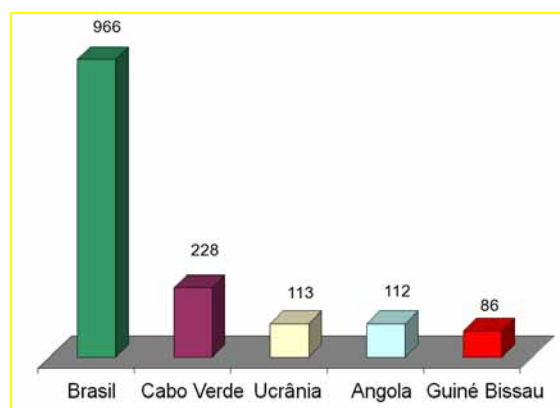
AFASTAMENTOS EXECUTADOS



Durante o ano de 2008 foram instaurados **1 965 processos administrativos de expulsão**, o que representa uma **diminuição** relativamente ao ano anterior (2 536 casos). Por nacionalidades, destacam-se o **Brasil** (966), **Cabo Verde** (228), **Ucrânia** (113), **Angola** (112) e **Guiné-Bissau** (86), mantendo inalteráveis as principais nacionalidades assinaladas no ano anterior.

ILUSTRAÇÃO 42

PROCESSOS DE EXPULSÃO ADMINISTRATIVA INSTAURADOS



Durante 2008 foram **afastados 785** estrangeiros, representado um **aumento de 10,9%** face ao ano de 2007 (715). Deste valor, **213** afastamentos ocorreram no âmbito do processo de **expulsão judicial** (221 em 2007).

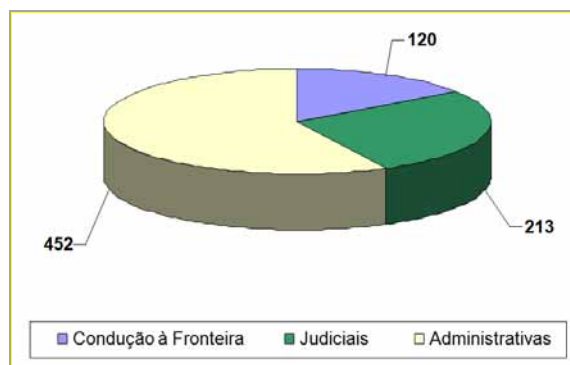
No âmbito de processo de **expulsão administrativa**, foram afastados **452** estrangeiros (327 em 2007) e foram **conduzidas à fronteira**³⁵ **120** pessoas (167 em 2007).

Considerando que as formas de afastamento expulsão judicial e condução à fronteira pressupõem uma decisão judicial, cabendo ao SEF somente a sua execução, o seu volume não depende da actuação do serviço.

As nacionalidades mais representativas, no âmbito do afastamento foram as do Brasil (336), Ucrânia (81), Marrocos (56), Cabo Verde (50) e Venezuela (46). Também no caso dos afastamentos executados se mantêm as nacionalidades mais representativas identificadas em 2007, mas regista-se um aumento muito significativo no caso dos cidadãos de Marrocos.

ILUSTRAÇÃO 43

AFASTAMENTOS EXECUTADOS



³⁵ Artigo 147.º da Lei n.º 23/2007, 4 de Julho.

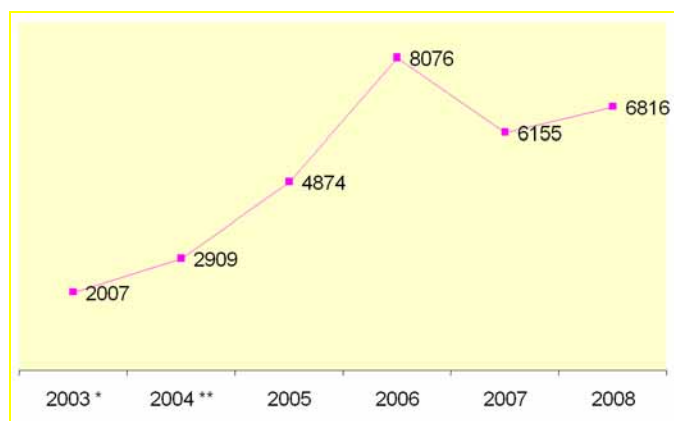
Pese embora a redução do número de processos de expulsão administrativos instaurados, regista-se um **aumento dos valores relativos à sua execução**, o que traduz o esforço empreendido em termos de instrução processual e execução das expulsões de cidadãos que não tinham condições para beneficiar de eventual regularização. Por outro lado, a redução dos processos instaurados poderá reflectir quer o acesso de cidadãos estrangeiros ao regime excepcional de residência dos artigos 88.º, n.º 2 e 89.º n.º 2, da Lei de Estrangeiros, uma vez reunidos os respectivos requisitos legais, quer o aumento das notificações para abandono voluntário.

4.2. Notificações para abandono voluntário³⁶

A figura da notificação para abandono voluntário foi introduzida no regime legal de estrangeiros por via das alterações legislativas de 2003³⁷. A sua utilização registou o maior valor no ano de 2006, com decréscimo no ano de 2007, retomando o crescimento em 2008, conforme se observa no gráfico infra.

ILUSTRAÇÃO 44

NOTIFICAÇÕES PARA ABANDONO VOLUNTÁRIO



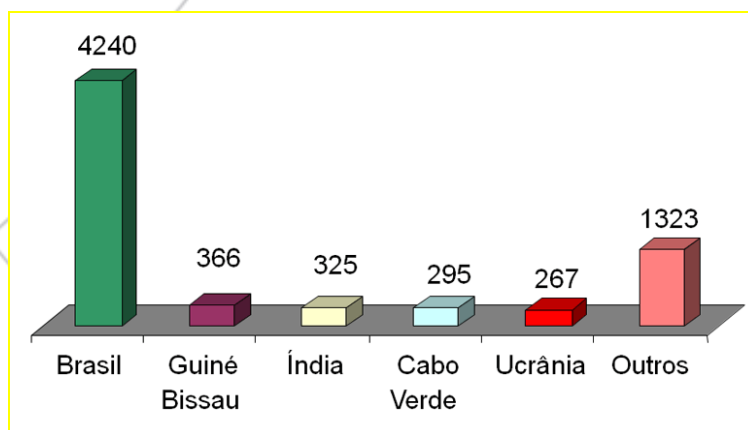
36 Artigo 138.º, n.º 1, da Lei 23/2007, de 4 de Julho.

37 Artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro

Em 2008 registaram-se **6 816** notificações para abandono voluntário de território nacional, o que representa um **aumento de 10,7%** relativamente ao ano anterior (6 155 notificações).

ILUSTRAÇÃO 45

NOTIFICAÇÕES PARA ABANDONO VOLUNTÁRIO



Por **nacionalidades**, surge destacado o **Brasil** (4 240), seguido da **Guiné-Bissau** (366), **Índia** (325), **Cabo Verde** (295) e **Ucrânia** (267). Face ao ano de 2007 regista-se o aumento dos cidadãos da Guiné-Bissau (158) e da Índia (135), e a exclusão de Angola das nacionalidades mais representativas. Ainda quanto à Índia, pela primeira vez, esta surge como a segunda nacionalidade mais representativa em termos de ilegais detectados, a seguir ao Brasil (cf. 3.1). Acresce ainda que tanto a Índia como a Guiné-Bissau surgem pela primeira vez como nacionalidades representativas no âmbito do processo de readmissão activa (cf.4.3).

4.3. Readmissões

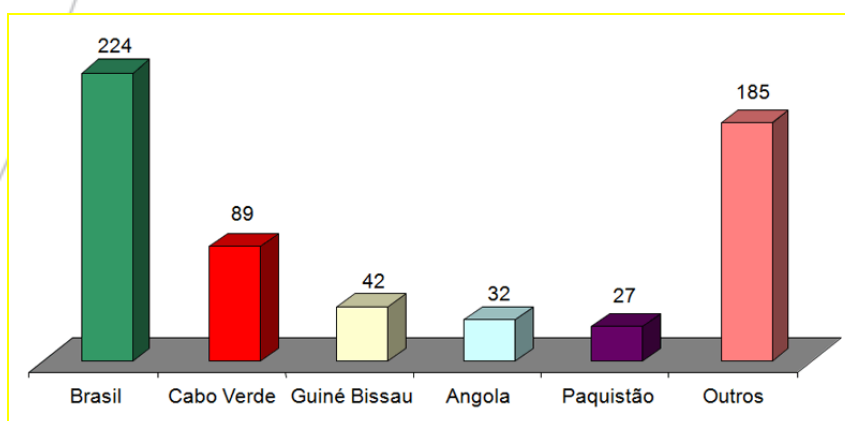
A readmissão³⁸ consiste no afastamento e devolução ao Estado de onde provém directamente um cidadão estrangeiro em situação irregular, no âmbito de acordos celebrados para esse efeito.

Em 2008 ocorreram **599 readmissões passivas**, das quais 377 foram solicitadas por **Espanha** e 224 por **França**. As readmissões **activas** totalizaram **427**, das quais 425 foram solicitadas a Espanha e 2 a França. Relativamente ao ano de 2007, denota-se um **aumento de 7%** nas readmissões **passivas** (560) e um **decrécimo de 5,5%** no caso das readmissões **activas** (452).

Relativamente às **nacionalidades**, na **readmissão passiva**, destaca-se o **Brasil** (224), seguido de **Cabo Verde** (89), **Guiné-Bissau** (42), **Angola** (32) e **Paquistão** (27), sem que tais nacionalidades representem alterações face a 2007.

ILUSTRAÇÃO 46

READMISSÕES PASSIVAS

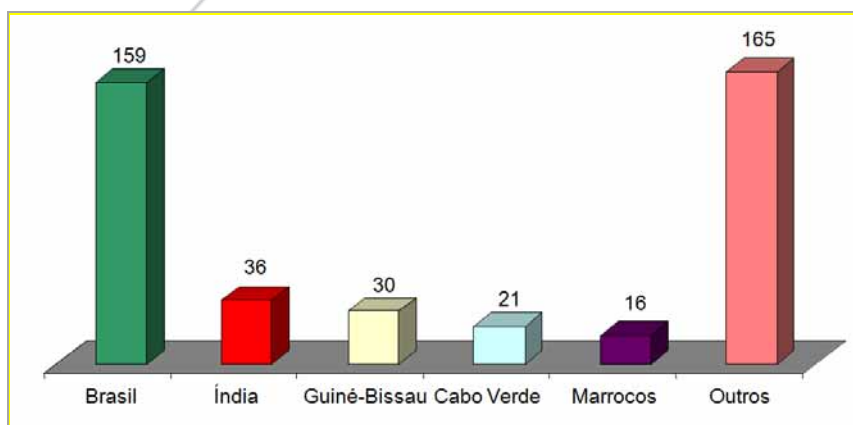


³⁸ Artigo 163.º e seguintes da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

No caso das **readmissões activas**, para além de o **Brasil** continuar a constituir a principal nacionalidade (159), surgiram em 2008 países sem representatividade nos anos anteriores, designadamente a **Índia** (36), **Guiné-Bissau** (30), **Cabo Verde** (21), **Marrocos** e **Nigéria** (16 em ambos os casos), ocupando os lugares anteriormente detidos pelo Paquistão e Egipto.

ILUSTRAÇÃO 47

READMISSÕES ACTIVAS



Em **síntese**, os dados relativos às readmissões constituirão um indicador sobre a composição dos fluxos migratórios irregulares com origem ou trânsito em Portugal (no caso das activas) e com origem noutros Estados da UE, designadamente Espanha e França (no caso das readmissões passivas).

Secção 5. Regresso voluntário (OIM)

A figura do regresso voluntário³⁹ concretiza-se através do apoio do Estado português, no âmbito de programas de cooperação estabelecidos com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), para suportar o retorno voluntário ao país de origem de cidadãos estrangeiros.

³⁹ Artigo 139.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho

Portugal vem apostando neste mecanismo como um instrumento de atenuação da imigração ilegal e de incentivo ao desenvolvimento dos países de origem.

No período em referência foi concluído um projecto específico neste domínio – Projecto SuRRIA (Sustentação do Retorno – Rede de Informação e Aconselhamento), desenvolvido pelo SEF, em parceria com a OIM, visando a criação de uma rede de informação e apoio aos imigrantes que pretendam retornar, por sua iniciativa, aos países de origem. Este projecto, co-financiado pela Comissão Europeia, altera a gestão do Programa de Retorno Voluntário através da criação de uma Rede Descentralizada espalhada por todo o território nacional, envolvendo diversas entidades parceiras, a qual procede à divulgação do projecto, dá apoio, aconselhamento e entrevista os imigrantes interessados, encaminhando os processos para a OIM.

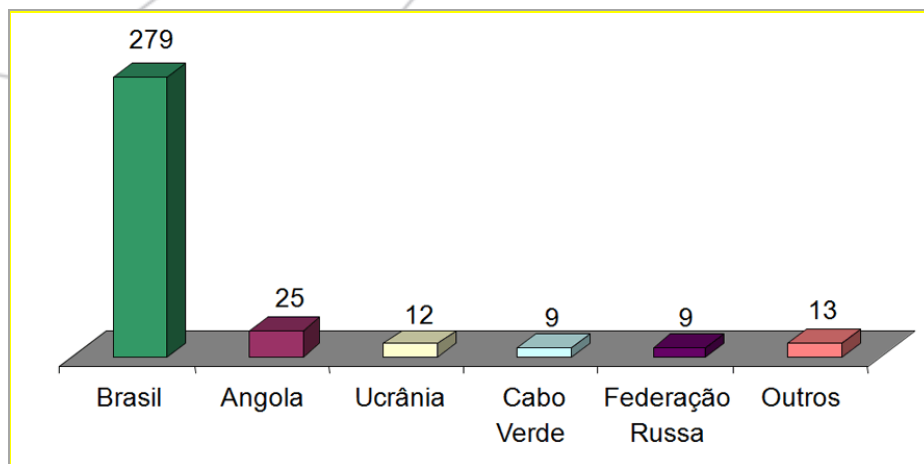
Em 2008 beneficiaram do **programa de apoio ao regresso voluntário**, um total de 347 estrangeiros⁴⁰, destacando-se os nacionais do **Brasil** (279), **Angola** (25), **Ucrânia** (12), **Cabo Verde** (9) e **Federação Russa** (9).

O significativo **aumento de 24,8%** verificado face a 2007 (278 regressos voluntários), sem que este acréscimo tenha gerado variações dignas de nota ao nível das nacionalidades, estará associado à eficácia dos procedimentos e estruturas criadas no âmbito do Projecto SuRRIA.

⁴⁰ Fonte: OIM – Organização Internacional das Migrações

ILUSTRAÇÃO 48

REGRESSO VOLUNTÁRIO



Ainda no âmbito deste projecto, o SEF promoveu um seminário europeu⁴¹, em parceria com a OIM, dedicado ao Retorno Voluntário de imigrantes em situação irregular em Portugal, no qual foram divulgadas as melhores práticas adoptadas e se procedeu à apresentação do respectivo manual.

De salientar que, neste domínio, decorre um outro projecto da OIM destinado à comunidade brasileira – Assessment of Brazilian Migration Patterns and Assisted Voluntary Return Programme from selected European Member States to Brazil – o qual integra as dimensões de investigação e de apoio ao retorno voluntário. Este projecto, dirigido às comunidades brasileiras que se encontram na Bélgica, Irlanda e Portugal, foi iniciado em Setembro de 2007 mantendo-se em vigor até Fevereiro de 2009.

Secção 6. Processos de contra-ordenação

A violação das regras relativas aos deveres definidos pela Lei de Estrangeiros é sancionada por um acervo de contra-ordenações específicas, sendo a

⁴¹ O Seminário realizou-se em Lisboa, a 30 de Maio de 2008.

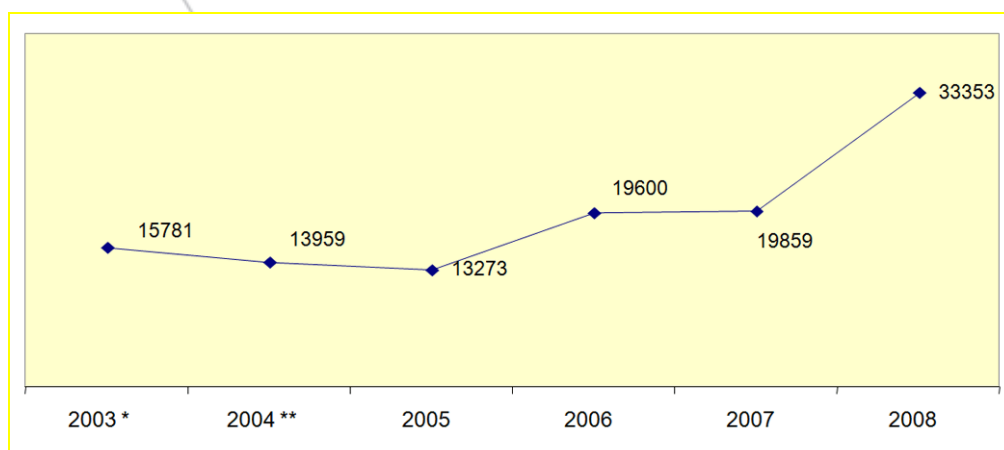
aplicação das respectivas coimas da responsabilidade do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Neste contexto merece destaque o regime contra-ordenacional que sanciona o emprego ilegal de estrangeiros, enquanto instrumento de combate a este fenómeno.

A ilustração 49 retrata a evolução da instauração dos procedimentos contra-ordenacionais de 2003 a 2008, caracterizada por alguma constância até ao ano de 2007.

ILUSTRAÇÃO 49

PROCESSOS DE CONTRA-ORDENAÇÃO



Em 2008 foram **instaurados 33 353 processos** de contra-ordenação no âmbito do regime legal de estrangeiros⁴², expressando um acentuado **aumento de 67,9%** face aos valores de 2007 (19 859 processos instaurados). Este aumento traduz o efectivo esforço do Serviço no domínio da fiscalização dos estrangeiros em território nacional e representa o crescimento mais acentuado dos últimos anos.

⁴² Artigos 192.º a 203.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

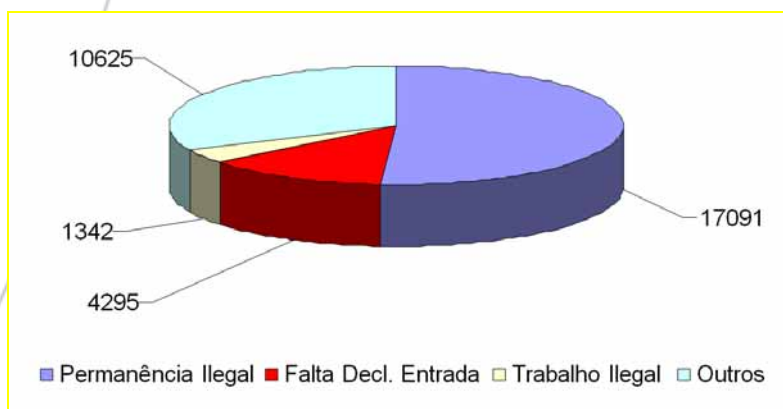
Em termos de **excesso de permanência**⁴³, de um total de 17 091 processos instaurados, sobressaem os nacionais do **Brasil** (12 612), **Ucrânia** (886), **Cabo Verde** (710), **Angola** (470) e **República Moldava** (317).

Relativamente à **falta de declaração da entrada** por fronteira não sujeita a controlo⁴⁴, de um total de **4 295** processos instaurados, realçam-se os nacionais do **Brasil** (3 158), **Ucrânia** (240), **China** (214), **República Moldava** (98) e **Uzbequistão** (58).

O total de processos de contra-ordenação instaurados **por emprego de estrangeiros não habilitados** para o efeito⁴⁵, ascendeu a **1 113** processos. Saliente-se que a esmagadora maioria das **entidades patronais** eram de nacionalidade **portuguesa** (848), seguindo-se as entidades de nacionalidade **brasileira** (124), **chinesa** (32) e **romena** (26).

ILUSTRAÇÃO 50

CONTRA ORDENAÇÕES



43 Artigo 192.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

44 Artigo 197.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

45 Artigo 198.º, n.º 2, da Lei de Estrangeiros.

Secção 7. Sistema de Informação Schengen (SIS)

Em 2008, no quadro das actividades desenvolvidas pelo grupo operativo do SEF presente no Gabinete Nacional SIRENE⁴⁶, destacam-se os seguintes resultados:

- Descobertas de indicações (hits) em Portugal - 597 contra 524 em 2007.
- Indicações portuguesas descobertas noutros EM - 59 contra 81 em 2007.
- Validação de indicações do art. 96.º⁴⁷ - 596 contra 828 em 2007.
- Eliminação de indicações do art. 96.º - 46 contra 53 em 2007.
- Revalidação de indicações do art. 96.º - 971 contra 695 em 2007.
- Consultas solicitadas referentes a cartas de condução – 3898 contra 3845 em 2007.
- Pedidos nacionais de cooperação policial⁴⁸ - 89 contra 84 em 2007.
- Pedidos externos de cooperação policial⁴⁹ - 194 contra 213 em 2007.

⁴⁶ Responsável pelo tratamento das indicações inseridas no SIS nos termos dos art.s 96.º e 100.º (documentos) da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen e pela cooperação policial, nos termos do art. 39.º da CAAS, no que se refere a pessoas (identidade) e documentos.

⁴⁷ Inseridas pelo Departamento de Identificação, Registo e Difusão (DIRD).

⁴⁸ Pessoas e documentos – artigo 39.º CAAS.

⁴⁹ Idem.

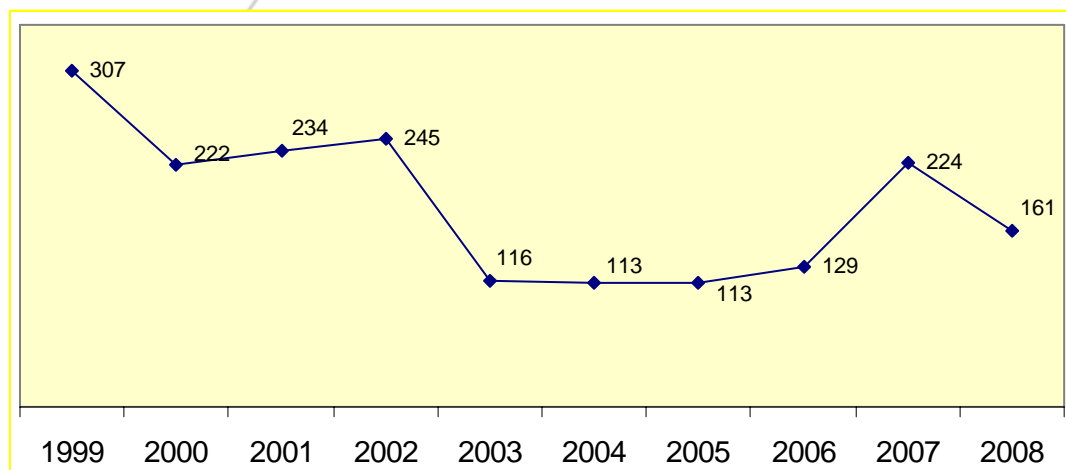
Capítulo 3 – Asilo, protecção internacional e nacionalidade

Secção 1. Asilo e protecção internacional

Como se constata pelo gráfico infra, as solicitações de asilo e protecção internacional, têm registado oscilações ao longo do período em análise (1999-2008), sendo difícil definir uma tendência.

ILUSTRAÇÃO 51

REQUERENTES DE ASILO



(Dados relativos a requerentes e seus familiares – Setº 2009)

Em 2008 registaram-se **161 pedidos de asilo**, 78 formulados em território nacional e 83 no posto de fronteira do aeroporto de Lisboa. Este valor traduz uma diminuição de cerca de 71% face a 2007 (224). Por origem, os requerentes de asilo eram provenientes de **África** (71 pedidos), nomeadamente República Democrática do Congo, Guiné-Conacri e Nigéria. Segue-se a **Ásia** (44 pedidos), donde se destaca o Sri Lanka, a **América** (30 pedidos), onde sobressai a Colômbia e por fim, a **Europa Central** e de Leste (16 pedidos), designadamente a Bósnia-Herzegovina. Em 2007, a Colômbia, Bósnia Herzegovina, Guiné-Conacri e República Democrática do Congo tinham sido, por esta ordem as nacionalidades mais representativas.

No ano em apreço foram concedidos **12 estatutos de refugiado** (1 em 2007), maioritariamente a nacionais de países africanos e **70 autorizações de residência por razões humanitárias** (28 em 2007), maioritariamente a cidadãos de países africanos, mas também sul-americanos, asiáticos e residualmente do leste europeu.

Em termos de **reinstalação**, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2007, de 12 de Julho⁵⁰, Portugal acolheu um total de 23 cidadãos; 6 nacionais da Eritreia (que se encontravam em Angola) e 5 nacionais do Iraque (localizados anteriormente na Síria), tendo a todos sido reconhecido o estatuto de refugiado. Integrado na quota nacional de reinstalação incluem-se ainda 12 cidadãos da República Democrática do Congo.

No âmbito da aplicação do **Regulamento de Dublin**⁵¹, Portugal realizou 32 pedidos a outros Estados Membros, efectuou 24 transferências e recebeu 65 pedidos de outros Estados-Membros.

Secção 2. Aquisição de nacionalidade

No âmbito das competências conferidas ao SEF pela Quarta Alteração à Lei da Nacionalidade, durante o ano de 2008, o Serviço pronunciou-se em **45 466** processos de **aquisição de nacionalidade**. Destes, 6 317 reportavam-se à atribuição originária da nacionalidade a filhos de estrangeiros nascidos em Portugal; 4 823 de aquisição da nacionalidade por efeito da vontade ou por adopção e 34 326 por naturalização, dos quais 2 485 são referentes a

⁵⁰ Que fixa o objectivo de promover a criação de condições para conceder anualmente, no mínimo, asilo a 30 pessoas, designadamente para fazer face aos pedidos de reinstalação de refugiados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 15/98, de 26 de Março.

⁵¹ Regulamento 343/2003, de 18 de Fevereiro.

menores nascidos em Portugal. De referir ainda que dos 39 736 pareceres emitidos⁵², **84** desaconselhavam a aquisição da nacionalidade, em virtude da existência de antecedentes de Medidas Cautelares, Indicações no Sistema de Informação Schengen ou por razões de segurança do Estado.

Como nacionalidades mais representativas destacam-se Cabo Verde (9 926), Brasil (8 391), Guiné-Bissau (4 589), Angola (4 463), República Moldava (4 449), São Tomé e Príncipe (2 193), Ucrânia (1 567), Guiné Conacri (838), Índia (1 412), Federação Russa (836), Bangladesh (562), Moçambique (483), Roménia (480), Marrocos (374), China (351), Paquistão (288) e Senegal (180).

Como se constata noutras vertentes do presente relatório, os países da CPLP, que compunham as primeiras vagas migratórias para Portugal, ocupam, compreensivelmente, lugar de destaque. Por outro lado, assiste-se igualmente a um crescimento notório de atribuição da nacionalidade portuguesa a nacionais das Repúblicas da Moldávia e da Ucrânia, cujo grande afluxo ocorreu na transição do século XX para o XXI.

52 No caso de indivíduos nascidos em território nacional apenas é emitida certidão sobre o tempo de residência no país, não havendo emissão de parecer.

Capítulo 4 – Actuação internacional

Na concretização das suas competências a nível internacional, no decurso do período em referência, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras participou num conjunto muito alargado de reuniões e eventos sobre imigração, asilo e outras temáticas associadas, com natural destaque para a participação no quadro da construção da política comum de imigração e asilo da União Europeia. Porém, não deve menosprezar-se o esforço empreendido ao nível das relações internacionais e da cooperação, nomeadamente com os Serviços congéneres dos países africanos de língua portuguesa e no âmbito de diferentes fora e organizações internacionais.

Secção 1. União Europeia

1.1. União Europeia

No âmbito da União Europeia, o SEF participou num total de **288 reuniões**, valor sensivelmente idêntico ao do ano anterior. Daquele número de reuniões, 123 realizaram-se no âmbito dos Grupos de Trabalho do **Conselho da União Europeia** e 80 no âmbito da **Comissão Europeia**. Há ainda a aditar a participação em 85 reuniões na vertente **informática** das matérias da área Justiça e Assuntos Internos do Conselho, incluindo os Comité SIS II, Grupo *Task Force*, *National Project Managers* (NPM), *Change Management Board* (CMB), *Project Management Board* (PMB), *Friends of SIS II* (FoSIS II) e Grupo de Estocolmo.

De sublinhar o papel do SEF na concepção e implementação das componentes nacionais do Sistema de Informação Schengen (**Projecto *SISone4All***), para 9 Estados-Membros da União Europeia, o qual, após ter permitido o **alargamento do Espaço Europeu de Livre Circulação** (Espaço Schengen) aos territórios da Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria,

República Checa, Letónia, Lituânia, Polónia e Malta, acto que encerrou a Presidência Portuguesa da UE, em 2007, no decurso de 2008 permitiu novo alargamento do Espaço Schengen à **Suíça**.

1.2. Principais grupos da UE e actividades

- **Comité Estratégico Imigração, Fronteira e Asilo (CEIFA)** – Grupo de natureza transversal ao qual cabe formular orientações estratégicas no domínio da imigração, fronteiras e asilo, no âmbito dos artigos 62º, 63º, e 64º do TCE, e contribuir de forma substancial, para os debates do COREPER sobre as mesmas questões. Antes de serem remetidas ao COREPER, as matérias acordadas ao nível dos grupos técnicos do Conselho, designadamente nos grupos Migração (Admissão e Afastamento), Vistos, Asilo, CIREFI e Fronteiras (incluindo o Grupo Documentos Falsos), são submetidas à apreciação do CEIFA. Relativamente às matérias que se prendem com o Acervo Schengen, o CEIFA reúne ainda sob a forma de Comité Misto (COMIX).
- **Grupo Alto Nível Asilo e Migração (GANAM)** – Este grupo tem como objectivo preparar planos de acção transversais, destinados a países de origem e trânsito de imigrantes e requerentes de asilo, procurando criar sinergias entre os vários intervenientes envolvidos, de modo a reduzir os fluxos de imigração ilegal. Os trabalhos do Grupo centraram-se no diálogo sobre migrações com países terceiros, tendo como pano de fundo a estratégia da U.E., nomeadamente a Abordagem Global das Migrações (AGM). O SEF contribuiu decisivamente para a consolidação das posições nacionais nos trabalhos de seguimento da abordagem global das migrações, com destaque para a implementação dos compromissos assumidos por Portugal no quadro das **Parcerias para a Mobilidade com Cabo Verde e Moldávia**.

- **Grupo Migração/Admissão** – A prioridade deste grupo é a definição do estatuto jurídico dos imigrantes legais e as regras comuns de admissão de nacionais de Países Terceiros.
- **Grupo Migração/Afastamento** – Tem como principal objectivo o estabelecimento de uma política coerente da União em matéria de readmissão e retorno.
- **Grupo Asilo** – Grupo de trabalho essencialmente legislativo, ao qual compete a discussão e análise das iniciativas legislativas em matéria de asilo e refugiados.
- **Centro de Informação, Reflexão e Intercâmbio em Matérias de Passagem das Fronteiras e Imigração (CIREFI)** – O CIREFI dedica-se, de forma interdisciplinar, à troca de informações, recolha, tratamento e análise de dados estatísticos sobre imigração ilegal e ao aprofundamento, numa perspectiva operacional, do debate em matéria de afastamento. Destaque ainda para a abordagem do papel dos Oficiais de Ligação de Imigração na gestão dos fluxos migratórios e desenvolvimento das políticas comuns de migração.
- **Grupo Fronteiras** – Este Grupo dedica-se à elaboração e análise técnica no domínio do controlo das fronteiras externas da União e à promoção do intercâmbio de informações entre Estados-Membros em vários aspectos do controlo fronteiriço, funcionando em estreita articulação com os programas de trabalho da Agência FRONTEX.
- **Grupo Documentos Falsos** – Grupo de carácter predominantemente técnico na área da documentação de segurança e detecção de fraude documental.
- **Grupo Avaliação Schengen** – Tem por mandato verificar as condições de implementação do acervo Schengen nos Estados-Membros no domínio do controlo de fronteiras, vistos, cooperação policial, SIS,

Gabinete Sirene e protecção de dados, e analisar os relatórios das missões técnicas de avaliação.

- **Grupo Acervo Schengen** – Grupo legislativo que reúne em função da necessidade de alterar ou modificar a Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen.
- **Grupo SIS/SIRENE** – Gere e supervisiona o correcto funcionamento do SIS, cabendo-lhe abordar as questões jurídicas, organizacionais, financeiras e técnicas neste domínio, devendo formular soluções para eventuais problemas que afectem o SIS, bem como apresentar propostas para o seu desenvolvimento. O Grupo SIS coordena o Grupo SIS Técnico.
- **Grupo SIS Técnico** – Aborda os aspectos técnicos do Sistema de Informação Schengen, nomeadamente a execução e desenvolvimento técnicos do SIS, a análise do seu funcionamento e o controlo do seu alargamento, bem como a avaliação dos aspectos técnicos da base de dados do SIS e a supervisão e desenvolvimento das redes de comunicações.

Para além dos grupos de trabalho supra enunciados, o SEF participa e intervém, ainda, nos grupos de trabalho do Conselho Vistos, Avaliação Colectiva, Livre Circulação de Pessoas, Grupo Multidisciplinar sobre Criminalidade Organizada e Grupo Cooperação Policial.

- **Rede Europeia das Migrações** – Em síntese esta rede tem como objectivo a recolha e tratamento de informação objectiva, fiável e comparável para apoio aos decisores políticos da União Europeia no domínio da migração e do asilo. A REM é coordenada pela Comissão Europeia, sendo o SEF o ponto de contacto nacional português. Para além da execução do Programa anual, designadamente a elaboração de **relatórios político e estatístico nacionais e de estudos temáticos**, em 2008 o SEF promoveu a primeira Reunião *Twinning* dos Pontos de Contacto Nacionais (PCN) da Eslovénia, Espanha e Portugal da REM,

visando desenvolver parcerias de cooperação e troca de experiências entre Pontos de Contacto recém-chegados à REM e os seus membros de longa data, como é o caso de Portugal.

Secção 2. FRONTEX

A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX) é uma entidade especializada e independente que tem por função coordenar a actividade operacional entre os Estados-Membros no domínio da segurança das fronteiras externas da União. Neste sentido, o seu papel vem assumindo um crescente relevo na consolidação da actuação comum e articulada em benefício da segurança comum da União Europeia.

No decurso de 2008, no âmbito da partilha de responsabilidades relativas ao controlo das fronteiras externas, o SEF destacou-se pelo **elevado nível de participação em todas as actividades desenvolvidas** pela Agência Europeia de Fronteiras (FRONTEX). Por outro lado, cabe salientar a nomeação do Director Nacional do SEF enquanto **Vice-Presidente do Conselho de Administração**.

Das actividades desenvolvidas no âmbito desta Agência, há a destacar o acolhimento em Lisboa da reunião de avaliação da **Rede Europeia de Patrulhas Marítimas**, cujo objectivo principal é o de combater a imigração ilegal por via marítima (9 e 10 de Janeiro), e da apresentação do Projecto ICONET (Março 2008).

Em termos **operacionais**, a participação nas acções da FRONTEX foi intensa, contando com a intervenção de 78 elementos, integrados em 18 operações (contra 13 operações no ano anterior) para participação em diversas acções e

actividades, sendo de realçar, para além de um exercício das Equipas de Intervenção Rápida nas Fronteiras (RABIT)⁵³, a colaboração nas seguintes operações conjuntas:

- No domínio das **fronteiras aéreas**, operações ZORBA, ZARATRUSTA, EUROCUP 2008, LONG STOP II, SILENCE, HAMMER, visando o fortalecimento das fronteiras da UE, sobretudo a nível dos aeroportos dos Estados-Membros e dos Estados Schengen Associados;
- No domínio das fronteiras terrestres as operações GORDIUS II, LYNX, ARIADNE, DRIVE IN, ATLAS III e HERACLES;
- No domínio das **fronteiras marítimas** as operações NAUTILUS 2008, EUXINE, HERA 2008, HERMES, POSEIDON 2008, MINERVA, focadas no controlo dos fluxos provenientes de Marrocos com destino à UE, utilizando as fronteiras marítimas do Sul de Espanha (com 1 perito português em funções de coordenação na área dos documentos fraudulentos) e, EPN – INDALO 2008, igualmente no Sul de Espanha, incidindo na vigilância marítima, na qual Portugal participou com meios aéreos (um helicóptero Kamov ao serviço do SEF), meios marítimos (lanchas da GNR) e meios humanos (peritos do SEF).

Destaque ainda para a participação no projecto FISO (*FRONTEX Intelligence Support Officer*), o qual contou com um perito do SEF acompanhando as operações conjuntas realizadas em Espanha, por um período de seis meses.

Ao nível da **formação** da FRONTEX, o SEF participou nos cursos de formação RABIT (19 elementos do Serviço e 8 da GNR, para constituição da equipa nacional) e 1 formador. Neste momento o SEF dispõe de 30 peritos no âmbito dos RABIT. Participou ainda em 4 seminários RABIT (4 elementos). Destaque

⁵³ O Regulamento 863/2007 do PE e Conselho da UE de 11 de Julho, criou um mecanismo de prestação de assistência operacional rápida, com equipas de intervenção rápida nas fronteiras (RABIT - Rapid Action Borders Intervention Teams), para resposta as situações de pressão urgente e excepcional, ao nível da imigração ilegal migratório nas fronteiras externas da UE.

também para os “Mid Level Courses”, (2 elementos) e a formação sobre voos de Retorno (1 elemento).

Sob patrocínio da FRONTEX, o SEF desenvolveu e promoveu em Lisboa um **curso para especialistas** sobre documentação de segurança em **substratos poliméricos**, que contou com a participação de formandos de todos os Estados Membros (17 a 21 de Novembro de 2008).

Secção 3. Outras participações internacionais

Para além da União Europeia, a actividade internacional do SEF desenvolve-se também num contexto internacional alargado, designadamente ao nível de outras Organizações e grupos Internacionais, Intergovernamentais e Não Governamentais. Assim, no desenvolvimento das suas competências a nível internacional, extra União Europeia, ao longo de 2008 o SEF participou e representou Portugal em inúmeras iniciativas, organizações e fora internacionais dedicados à imigração, asilo e temáticas associadas, nas suas diversas abordagens e perspectivas.

Em 2008 o SEF participou em 149 acções a nível internacional (reuniões, seminários, conferências, cursos de formação), o que traduz um acréscimo de 40 % face ao ano de 2007 (96 participações) relativos às temáticas de Asilo, Fronteiras, Migrações, Documentação de Segurança, Tráfico de Seres Humanos e Cooperação Policial.

Sem prejuízo dos supra referidos eventos, merecem destaque as seguintes intervenções do SEF a nível internacional:

- Fórum de Diálogo sobre o Mediterrâneo Ocidental (Diálogo 5 + 5) – Portugal deteve em 2008 a presidência do **Diálogo 5 + 5 – Migrações**, cujos trabalhos culminaram na realização da VI Conferencia Ministerial, realizada em Évora, a 27 de Maio de 2008. Ao SEF coube a

responsabilidade pela organização e preparação desta Conferência, bem como das respectivas reuniões preparatórias de altos funcionários, ambas presididas pelo Director Nacional do SEF. Neste contexto o SEF apresentou e desenvolveu um *website* do diálogo 5+5 Migrações que visa reforçar as redes de contactos bilaterais e multilaterais, a recolha de informação atinente aos projectos implementados no Mediterrâneo Ocidental, designadamente através da criação e implementação gradual de uma rede intranet.

Ainda no quadro do Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental é de destacar a intervenção numa reunião internacional do Diálogo 5 + 5 Migrações – **Grupo Suivi** (Abril 2008), com a participação de delegações de Argélia, Espanha, França, ICMPD, Itália, Líbia, Malta, Marrocos, Mauritânia, Portugal e Tunísia.

- Participação na **VII Conferência** anual **ASEM** (Diálogo Ásia – Europa) de Directores Gerais de Imigração e Gestão dos Fluxos Migratórios, em Paris (17 e 18 de Novembro), que contou com a participação de representantes de 14 países asiáticos, 24 países europeus e da Comissão Europeia e OIM. Neste evento Portugal efectuou apresentação sobre o tema da Biometria e da Fronteira Electrónica.
- **Projecto Euromed** – Reunião de representantes de várias Universidades, de alguns países parceiros do Grupo Euromed e do SEF (Lisboa, 21 de Maio). Este grupo de trabalho reuniu investigadores de Universidades de Lisboa, Marrocos, Tunísia, Argélia, Bélgica, França, Grécia, Síria e Espanha. Apesar de não terem estado presentes representantes da Itália e Líbano, investigadores das Universidades de Bolonha e da Universidade Americana de Beirute demonstraram igualmente interesse em participar neste projecto.
- Participação na **2ª Conferência Ministerial Euro – Africana sobre Migrações e Desenvolvimento** (Paris, 25 de Novembro) e envolvimento do Serviço nos encontros relacionados com o Projecto Regional

Euromed II dedicado aos problemas relacionados com o fenómeno migratório e à formulação de recomendações políticas, práticas e operacionais.

- Participação na **3ª Conferência Europeia Sobre a Investigação em Segurança** (SRC'08), no âmbito da Presidência Francesa da União Europeia (Paris, 30 de Setembro).
- Fórum Global contra o **Tráfico de Seres Humanos** (Viena de Áustria, 13 a 15 de Fevereiro), com a participação de dois peritos do SEF.
- Participação na **13ª Conferência Metrópolis**, que constitui o mais relevante evento mundial sobre migrações (Bona, Alemanha, 27 e 31 de Outubro), incidindo especificamente sobre as relações entre as migrações e a integração de imigrantes.
- No âmbito do **Conselho da Europa**, destaque para a participação do SEF nas reuniões do Comité Director para as Migrações e do Comité Europeu para as Questões Jurídicas e a realização, em Lisboa, de uma reunião restrita entre peritos de 5 países do CDMG (Portugal, Polónia, Espanha, França e Reino Unido), no âmbito dos trabalhos da segunda série de relatórios de avaliação sobre as políticas nacionais relativas aos imigrantes em situação irregular.
- Ao nível da presença em organismos e missões internacionais, durante o ano de 2008 o SEF continuou a integrar missões de paz e assistência na Europa e na Ásia, designadamente a participação na Missão Europeia na fronteira entre a **Moldávia e a Ucrânia** (2 elementos), na missão de Paz das Nações Unidas em Timor Leste (2 elementos no respectivo Departamento de Migração) e na Agência Europeia **FRONTEX** (5 funcionários destacados). No quadro do desenvolvimento de outros instrumentos da Abordagem Global das Migrações, Portugal esteve ainda representado nas Missões sobre Migrações que se realizaram à **Nigéria, África do Sul e Arménia**.

O SEF representou Portugal nas reuniões do Processo de Budapeste, tendo, no decurso de 2008, participado em reuniões técnicas de peritos e em iniciativas desenvolvidas pelos diferentes grupos de trabalho do ICMPD, nomeadamente o **Grupo Director (Steering Group)**; o **Grupo Fluxos Ilegais e Asilo**, plataforma de troca de informação de matérias relacionadas com a imigração irregular e o asilo; o **Grupo Imigração e Políticas de Admissão**, para uma abordagem informal entre os EM's e os Estados da CEI na área das políticas de admissão; o **Grupo Mediterrâneo Ocidental (Dialogue on Mediterranean Transit Migration / MTM)**, para o estabelecimento euromediterrânico de plataformas de cooperação técnica e operacional na área da migração de trânsito entre parceiros da Organização e os países do Mediterrâneo Sul e Leste.

- **Organização Marítima Internacional (IMO)** – Agência especializada das Nações Unidas para a instituição de um sistema de colaboração entre governos sobre questões técnicas relativas à navegação comercial internacional e adopção de normas comuns relativas à segurança marítima e à navegação.
- **European Civil Aviation Conference (ECAC)** – Trata-se de uma organização intergovernamental, com sede em Paris, para promoção de um sistema de transportes aéreos mundial seguro, eficiente e sustentado, harmonizando as práticas e políticas de aviação civil entre os Estados-Membros.
- **Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO)** – Com sede em Montreal, integra a estrutura da ONU como agência especial para o desenvolvimento de princípios e técnicas de navegação aérea internacional, promoção da segurança, eficiência, economia dos serviços aéreos e para a investigação dos problemas técnicos, legais e económicos relacionados com o transporte aéreo internacional.
- **Internacional Air Transport Association (IATA)** – Associação que representa e defende os interesses da quase totalidade das

companhias aéreas do mundo, através da promoção de regras de economia de meios, segurança e eficiência.

- **General Directors Immigration Service Conference (GDISC)** – Reúne, numa base regular, os Directores Gerais dos Serviços de Imigração Europeus, tendo vindo a assumir-se como um fórum privilegiado em matéria de cooperação prática e *benchmarking* entre os Estados-Membros da União Europeia.
- **Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)** – A OSCE propõe-se promover a paz, estabilidade e cooperação entre os Estados, tendo como principais áreas de intervenção, a segurança e a gestão de fronteiras e matérias conexas, combate ao terrorismo, crime organizado, tráfico de seres humanos, narcotráfico, tráfico ilegal de armas, e a não-proliferação de armas.

Secção 4. Cooperação Internacional

No domínio da Cooperação Internacional, ocorreram múltiplas iniciativas de natureza diversa, as quais visaram estreitar as relações e o diálogo entre o SEF e outras entidades e serviços congéneres, com especial ênfase para o reforço das relações com os países Lusófonos, na área da formação e cooperação técnica. Outro ponto de destaque ao nível da Cooperação Internacional é a participação do SEF nas **Parcerias para a Mobilidade**, entre a União Europeia e alguns Estados Membros com Cabo Verde e a Moldávia.

No que respeita à **CPLP**, durante o ano de 2008, foi intensificada a cooperação do SEF com os serviços congéneres de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe⁵⁴, com especial incidência para a área da formação, como referido no capítulo próprio.

⁵⁴ Basicamente enquadrado pelos Projectos de Cooperação Técnico Policiais do MAI/IPAD.

Neste contexto, sobressai a activa participação do SEF na VII Reunião de Directores dos Serviços de Migração e Fronteira da CPLP e ainda a participação no 1º Fórum de Ministros da Administração Interna dos países da CPLP, no âmbito da qual foi apresentada a nova versão do SEF TV (Lisboa, no Centro Cultural de Belém, a 8 e 9 de Abril).

No âmbito dos **programas técnico-políciais do MAI**, financiado pelo IPAD, foi prosseguida a estratégia de reforço da capacitação institucional na área da gestão das migrações e controlo das fronteiras dos **PALOP**, designadamente através da **formação** e de missões de **assessoria técnica** aos Serviços congéneres da **Guiné-Bissau** e **São Tomé e Príncipe**, assentes no levantamento de necessidades e no efectivo conhecimento da realidade, visando a elaboração de propostas concretas de melhoria.

No domínio das **novas tecnologias** associadas à documentação de segurança e ao controlo de fronteira, a cooperação incidiu sobre a implementação de sistemas de registo e tratamento integrado de informações. Neste âmbito, para além do financiamento comunitário para desenvolver o **passaporte electrónico** em **Cabo Verde**, foi iniciada a emissão do **novo passaporte são-tomense**, de acordo com as novas regras ICAO, na sequência da implementação de um **sistema de emissão de passaporte** em **São Tomé e Príncipe**. A inauguração do novo sistema de passaportes biométricos de São Tomé e Príncipe, a 28 e 29 Fevereiro, contou com a presença do Ministro da Administração Interna.

Em estreita coordenação com autoridades responsáveis nos PALOP, o SEF deu formação e forneceu material no âmbito da **campanha** do Conselho da Europa “Não estás à venda”, sobre **tráfico de seres humanos**.

A cooperação com o **Brasil** foi enquadrada pela deslocação do Director Nacional e outros dirigentes, reforçando o diálogo com as autoridades brasileiras ao nível do controlo das fronteiras, do intercâmbio de informações e da investigação criminal. O SEF participou ainda no “V Encontro Internacional sobre os Direitos Humanos, Segurança Pública e Tráfico de Seres Humanos: Assistência Integral às Vítimas”, em São Salvador. Relativamente ao Brasil há ainda a destacar a parceria do SEF com o ICMPD num projecto, aprovado ao abrigo do Programa Temático de Cooperação com os Estados Terceiros, para a prevenção e resposta ao tráfico de seres humanos do Brasil para a Europa.

Em articulação com a ICAO, o SEF está também a desenvolver no Brasil uma acção de cooperação em matéria de fraude documental.

Da cooperação com outros organismos internacionais, salienta-se:

- Coordenação pelo SEF da negociação bilateral relativa do protocolo de implementação do **Acordo de Readmissão entre a Comunidade Europeia e a Federação Russa**, tendo acolhido em Julho 2008 delegação do Serviço Federal de Migrações da Rússia, para análise e discussão do projecto de texto.
- No quadro do **Programa Temático de Cooperação** com países terceiros nas áreas da Imigração e Asilo, o SEF desenvolveu, designadamente um Projecto-piloto de migração circular com a **Ucrânia**, em parceria com a OIM e o Banco Mundial.
- A participação na **Conferência Anual sobre Fraude e Imigração**, plataforma de diálogo transatlântico em matéria de fraude associada à imigração e controlo de fronteiras e documentos de viagem, que decorreu em Washington, em Setembro.

Secção 5. Oficiais de ligação

Em 2008 o SEF manteve oficiais de ligação no **Brasil, Cabo Verde e Senegal/Guiné-Bissau**, tendo ainda sido nomeados oficiais de ligação de imigração na **Federação Russa** (Moscovo), **Ucrânia** (Kiev) e **Angola** (Luanda). Em 2008 foi ainda aprovado, pela Comissão Europeia, o projecto do SEF para financiamento comunitário da colocação de oficiais de ligação em **Moçambique e São Tomé e Príncipe**.

A actividade dos oficiais de ligação contribui decisivamente para o reforço do diálogo e a cooperação efectiva com as entidades nacionais e locais dos respectivos países, nomeadamente no âmbito do combate, a partir da origem, da imigração ilegal e da regulação dos fluxos migratórios, na verificação e acompanhamento do processo de emissão de vistos, bem como auxiliando a investigação criminal, atentas as características transnacionais deste tipo de criminalidade.

Secção 6. Outros eventos

No decurso do período em referência, a imigração e as temáticas a ela associadas foram ainda abordadas por via de um conjunto alargado de eventos de natureza e propósitos diversos, dos quais alguns o SEF organizou ou participou, para além de outros eventos referidos no seu enquadramento específico, destacando-se, como mais significativos:

- Inauguração do Sistema RAPID no Aeroporto de Pedras Rubras, Porto, com a participação do **Presidente da República**.

- Lançamento da publicação **“O SEF e os novos desafios das Migrações”**, por ocasião da celebração do 32º aniversário do SEF, com apresentação por SE a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, Prof. Dr.^a. Maria Manuel Leitão Marques.
- No ano em apreço foi encerrada a Campanha de Sensibilização sobre **Tráfico de Seres Humanos “Não estás à venda”**. Iniciado em 2007, este projecto foi prioritariamente dirigido a estudantes do ensino secundário, profissionais da Saúde e outros agentes que actuam nas áreas problemáticas de cariz social. A campanha promoveu acções de sensibilização que alcançaram cerca de 13.000 pessoas, para além da divulgação da publicação do Conselho da Europa *“You are not for sale”*, em versão portuguesa, e de outro material de divulgação e visibilidade. Em 2008, com a colaboração das autoridades nacionais, esta campanha foi também lançada em **Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau**, procedendo-se à formação de formadores e disponibilização do material da campanha, devidamente adaptado às realidades concretas.
- No âmbito da iniciativa governamental **«Bairros Críticos»**, o SEF deslocou-se ao Bairro Cova da Moura (Amadora) promovendo algumas iniciativas em parceria com a associação local *“Moinho da Juventude”* (20 de Julho). Para além de sessões de esclarecimento sobre aspectos relevantes do novo regime legal e de sensibilização e informação da campanha **“Não estás à venda”**, destaca-se a acção do projecto **“SEF em Movimento”** (programa dirigido a pessoas com dificuldade de deslocação aos locais de atendimento do SEF – deficiências motoras, menores e idosos), entrega de Títulos de Residência e uma partida de futebol entre equipas mistas, compostas por elementos do SEF e por residentes do Bairro da Cova da Moura.

- Realização do **Congresso "A Imigração no Baixo Alentejo – perspectivar o futuro face aos novos desafios"**, co-organizado pelo SEF, pela Câmara Municipal e pelo Governo Civil de Beja; Setembro.
- Promoção de uma visita de estudo ao aeroporto de Lisboa para os alunos do Colégio O Beiral, de Lisboa (Abril), realizada no âmbito de aproximação aos cidadãos e abertura à sociedade civil.

O SEF acolheu diversas visitas por delegações estrangeiras, designadamente:

- Delegação **Angolana** – âmbito: apresentação do projecto i2 Web Based (ferramenta que permite a optimização da análise de informação a partir das bases de dados do SEF); Fevereiro
- Delegação **Espanhola** – âmbito: Rede Sea Horse (troca de informação sobre imigração entre Portugal, Espanha, Marrocos, Senegal, Cabo Verde e Mauritânia); Fevereiro.
- Delegação da República Democrática do **Congo** (RDC) – âmbito: Projecto "RD Congo- Return 2006", no qual Portugal é parceiro; participou nesta visita também uma delegação do Serviço de Imigração Belga; Abril.
- Delegação **Jordana** – âmbito: deslocação de individualidades do Reino da Jordânia; deslocação à sede do SEF e ao Aeroporto de Lisboa; Novembro.
- Delegação **Americana** – âmbito: programa Visa Waiver – Missão de Revisão; Novembro.
- Delegações da **Tunísia** e da **Albânia**.
- Delegação constituída pelos elementos do 2.º curso de formação de Magistrados do Centro de Formação Jurídica e Judiciária de **Macau**.

- No âmbito dos projectos RAPID e PEP, o SEF recebeu visitas de delegações de diversos países interessados em conhecer a solução nacional, nomeadamente da **Alemanha, Coreia, Finlândia, Bélgica, EUA, Suécia, Republica Checa** e participantes da 26ª reunião Simplifying Passenger Travel, da IATA.



PARTE III

MEDIDAS LEGISLATIVAS, ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS NO ÂMBITO DA IMIGRAÇÃO, ASILO E CONTROLO DE FRONTEIRAS

PARTE III

Medidas legislativas, administrativas e técnicas no âmbito da imigração, asilo e controlo de fronteiras

Capítulo 1 – Medidas legislativas e jurisprudência

No decurso de 2008, o mais destacado diploma legal adoptado nesta área foi a **Lei de Asilo** (Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho), que consagra o regime legal de concessão de asilo ou protecção subsidiária, bem como os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária. Em simultâneo, esta lei transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2004/83/CE, do Conselho, de 29 de Abril, e 2005/85/CE, do Conselho, de 1 de Dezembro.

Por outro lado, foi aprovado um acervo de **Portarias** concretizadoras do novo regime legal de estrangeiros, instituído pela Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho e pelo respectivo diploma regulamentar (Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro).

Segundo uma classificação temática, durante o período em referência registaram-se as seguintes alterações legislativas:

Secção 1. Admissão e controlo de fronteira

Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2008, de 27 de Novembro

Aprova medidas para a modernização da **plataforma tecnológica** de recolha e tratamento de dados de requerentes de **vistos**, simplificando procedimentos e

reforçando a sua segurança no quadro da criação de um Sistema Europeu de Informação sobre Vistos (VIS).

Portaria n.º 395/2008, de 6 de Junho

Aprova o modelo de **Declaração de Entrada**, a preencher pelos cidadãos estrangeiros que entrem no País por uma fronteira não sujeita a controlo, vindos de outro Estado membro da UE, no prazo de três dias úteis a contar da data de entrada.

Portaria n.º 553-A/2008, de 27 de Junho

Aprova as tabelas dos **serviços** prestados pelos órgãos e serviços da **Autoridade Marítima Nacional**. Revoga as tabelas I, II e III anexas à Portaria n.º 210/2007, de 23 de Fevereiro.

Secção 2. Gestão de imigração

Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2008, de 15 de Fevereiro

Define o **contingente global indicativo de oportunidades de emprego** presumivelmente não preenchidas por nacionais portugueses, trabalhadores nacionais de Estados membros da União Europeia, do Espaço Económico Europeu, de Estado terceiro com o qual a Comunidade Europeia tenha celebrado um acordo de livre circulação de pessoas, bem como por trabalhadores nacionais de Estados terceiros com residência legal em Portugal. Para efeitos do exercício de uma actividade profissional subordinada em Portugal por nacionais de Estados terceiros, serão concedidos até ao limite de 8500 vistos de residência (artigo 59º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho).

No contingente global está incluído um limite de 200 para a Região Autónoma dos Açores e de 130 para a Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 7/2008 de 3 de Janeiro

Aprova a tabela de **emolumentos consulares** a cobrar pelos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na sequência na nova lei de imigração (Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho) e das alterações ao Código do Registo Civil e Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, enquadrando ainda a requisição on-line de um conjunto de serviços consulares.

Altera a Portaria n.º 19/2003, de 11 de Janeiro, republicada pela portaria 710/2007, de 11 de Junho.

Portaria n.º 208/2008 de 27 de Fevereiro

Define os termos de facilitação do **procedimento de concessão de visto** para obtenção de autorização de residência a nacionais de Estados terceiros para **estudo, intercâmbio de estudantes, estágio profissional ou voluntariado** (artigo 62º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho), que participem em programas comunitários de promoção da mobilidade para a União Europeia (EU) ou para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Portaria n.º 397/2008, de 6 de Junho

Aprova o **modelo de vinheta autocolante para prorrogação de permanência** de cidadãos estrangeiros em território nacional, que desejem permanecer no país por período superior ao inicialmente autorizado.

Revoga a Portaria n.º 1025/99, de 22 de Novembro.

Portaria n.º 398/2008, de 6 de Junho

Aprova o modelo de **documento de viagem** a emitir para nacionais de Estados terceiros desprovidos de documento de viagem que sejam objecto de medida de expulsão.

Revoga a Portaria n.º 664/99, de 18 de Agosto.

Portaria n.º 399/2008, de 6 de Junho

Aprova o **modelo de salvo-conduto** a emitir aos cidadãos estrangeiros não residentes em Portugal que demonstrem impossibilidade ou dificuldade de sair de território nacional ou, em casos excepcionais, àqueles que provem a impossibilidade de obter outro documento de viagem.

Revoga a Portaria n.º 662/99, de 18 de Agosto.

Portaria n.º 415/2008, de 11 de Junho

Aprova o modelo de **Boletim de Alojamento** a preencher pelos cidadãos estrangeiros, incluindo os nacionais de outros Estados membros da União Europeia.

Revoga a Portaria n.º 464/94, de 1 de Julho.

Portaria n.º 1432/2008, de 10 de Dezembro

Aprova o **modelo uniforme de título de residência**, cuja emissão obedece aos requisitos e especificações técnicas definidas pelo Regulamento (CE) n.º 380/2008, do Conselho, de 18 de Abril, e pelo Regulamento (CE) n.º 1030/2002, de 13 de Junho.

Revoga as Portarias n.ºs 480/2003, de 16 de Junho, e 996/2008, de 4 de Setembro.

Secção 3. Asilo

Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho (lei de asilo)

Aprova o regime legal que estabelece as condições e procedimentos de **concessão de asilo ou protecção subsidiária** e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária, transpondo, em simultâneo, para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2004/83/CE, do Conselho, de 29 de Abril, e 2005/85/CE, do Conselho, de 1 de Dezembro.

Portaria n.º 396/2008 de 6 de Junho

Aprova o **modelo de título de viagem** para refugiados residentes no País, nos termos da lei de asilo, bem como para os refugiados abrangidos pelo disposto no parágrafo 11.º do anexo à Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, adoptada em Genebra em 28 de Julho de 1951.

Portaria n.º 758/2008, de 26 de Agosto

Aprova o **modelo de autorização de residência provisória** a emitir aos requerentes de pedido de asilo em Portugal e suas famílias, válida pelo período de quatro meses e renovável por iguais períodos até decisão final do pedido ou em caso de permanência transitória após a recusa de protecção internacional (artigo 31.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho).

Portaria n.º 760/2008, de 27 de Agosto

Aprova o **modelo de salvo-conduto** a emitir pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sempre que se verifique a decisão de transferência de um requerente de asilo para o Estado membro da União Europeia responsável pela sua tomada ou retoma a cargo.

Revoga a Portaria n.º 471/98, de 3 de Agosto.

Portaria n.º 996/2008, de 4 de Setembro

Define o **modelo de autorização de residência** concedida aos beneficiários do estatuto de refugiado e aos beneficiários de protecção subsidiária e suas famílias (idêntico ao modelo anexo à Portaria n.º 480/2003, de 16 de Junho).

Secção 4. Integração

Portaria n.º 1042/2008, de 15 de Setembro

Reconhece aos requerentes de asilo ou de protecção subsidiária e respectivos membros da família o **acesso ao Serviço Nacional de Saúde**.

Portaria n.º 925/2008, de 18 de Agosto

Aprova o regulamento do programa de integração profissional de **médicos imigrantes** para o exercício de medicina, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde Português.

Sob coordenação da Fundação Calouste Gulbenkian, este programa é executado pelo Serviço Jesuíta aos Refugiados e financiado pelo Ministério da Saúde, tendo como parceiros as Faculdades de Medicina portuguesas, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna para a agilização do processo de integração profissional de cerca de 150 médicos imigrantes.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2008, de 22 de Outubro de 2008

Define o regime aplicável aos **conselheiros para a igualdade** e aos membros das equipas interdepartamentais para a igualdade, em concretização do

disposto na estrutura da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género ((CIG) - Decreto -Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio)

Secção 5. Segurança Interna/Fiscalização e Investigação Criminal

Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto.

Aprova a Lei de **Organização da Investigação Criminal**

Revoga a Lei n.º 21/2000, de 10 de Agosto, alterada pelo Decreto -Lei n.º 305/2002, de 13 de Dezembro.

Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto.

Aprova a Lei de **Segurança Interna.**

Revoga a lei 20 /87, de 12 de Julho, alterada pela Lei 8/91, de 1 de Abril.

Secção 6. Planos Nacionais

Decreto-Lei n.º 229/2008, de 27 de Novembro.

No âmbito do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2007 - 2010), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007, de 22 de Junho, é criado o **Observatório do Tráfico de Seres Humanos**, na dependência do MAI, exercendo a sua missão em articulação com o Coordenador daquele Plano. O Observatório tem por missão, designadamente a produção, recolha, tratamento e difusão de informação e de conhecimento respeitante ao fenómeno do tráfico de pessoas e a outras formas de violência de género.

Despacho nº 19599/08, de 24 de Julho.

Cria uma **comissão técnica** de apoio ao coordenador do Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010), composta por representantes da PCM, MAI, MJ, MTSS e MNE.

Secção 7. Acordos e Cooperação Internacionais

Resolução da Assembleia da República n.º 28/2008, de 21 de Julho

Aprova o Convénio entre a República Portuguesa e o Principado de **Andorra** relativo à Entrada, Circulação, Estadia e Estabelecimento dos Seus Nacionais, assinado em Lisboa, a 23 de Julho de 2007.

Resolução da Assembleia da República n.º 55/2008, de 26 de Setembro

Aprova o Tratado entre o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, o Reino dos Países Baixos e a República Portuguesa visando a Criação da Força de **Gendarmerie Europeia (EUROGENDFOR)**, assinado em Velsen, na Holanda, em 18 de Outubro de 2007.

O objecto do presente Tratado é instituir a Força de Gendarmerie Europeia, que deverá ser operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projectável, constituída exclusivamente por elementos das forças policiais com estatuto militar das Partes, visando assegurar todas as funções policiais no âmbito das operações de gestão de crises.

Resolução da Assembleia da República n.º 58/2008, de 14 de Outubro

Aprova a Convenção de Extradicação entre a República Portuguesa e a República Democrática e Popular da **Argélia**, assinada em Argel em 22 de Janeiro de 2007 para extradicação recíproca de pessoas, segundo as regras e nas condições nela estabelecidas, para fins de procedimento criminal ou para

cumprimento de uma pena privativa da liberdade aplicada por um tribunal da Parte requerente.

Resolução da Assembleia da República n.º 59/2008, de 14 de Outubro

Aprova o Acordo de Extradicação entre a República Portuguesa e a República da **Índia**, assinado em Nova Deli em 11 de Janeiro de 2007, para extradicação recíproca de pessoas acusadas e procuradas para efeitos de aplicação ou cumprimento de uma pena pela prática de uma infracção passível de extradicação.

Decreto n.º 12/2008 de 6 de Junho

Acordo entre a República Portuguesa e a República Democrática e Popular da **Argélia** sobre supressão de vistos para titulares de passaportes diplomáticos, especiais e de serviço.

Portaria n.º 1354/2008, de 27 de Novembro

Aprova o Regulamento sobre os procedimentos organizacionais, funcionais, técnicos e a articulação entre as entidades envolvidas na organização e no funcionamento dos **Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA)** de Portugal e Espanha⁵⁶.

⁵⁶ Tal como previsto no Acordo Luso-Espanhol sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, assinado em Évora a 19 de Novembro de 2005, definindo uma cooperação directa entre as entidades envolvidas, em particular nas missões de coordenação de acções conjuntas terrestres, marítimas e aéreas, para prevenir e reprimir a criminalidade com expressão transfronteiriça, bem como na recolha e troca de informações em matéria policial e aduaneira, nomeadamente para efeitos de análise de risco respeitante à criminalidade transfronteiriça. As medidas de cooperação policial e aduaneira envolvem, pela parte Portuguesa, a articulação entre a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Polícia Judiciária, a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

Secção 7. Fundos Comunitários

Portaria n.º 78/2008, de 25 de Janeiro

Aprova o Regulamento do Financiamento pelo **Fundo Europeu para os Refugiados**, destinado ao financiamento público das acções elegíveis a desenvolver no âmbito do Fundo Europeu para os Refugiados, para o período de 1 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2013, criado pela Decisão n.º 573/2007/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Maio.

Portaria n.º 231/2008 de 10 de Março

Aprova o Regulamento que define o regime jurídico do financiamento público das acções elegíveis a desenvolver no âmbito do **Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros**, para o período de 1 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2013, criado pela Decisão n.º 2007/435/CE, do Conselho, de 25 de Junho.

Portaria n.º 79/2008, de 25 de Janeiro

Aprova o Regulamento do Financiamento pelo **Fundo para as Fronteiras Externas**.

Este Regulamento define o regime jurídico do financiamento público das acções elegíveis a desenvolver no âmbito do Fundo Europeu para as Fronteiras Externas, para o período de 1 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2013, criado pela Decisão n.º 574/2007/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Maio.

Portaria n.º 98/2008, de 31 de Janeiro

Aprova o Regulamento do Financiamento pelo **Fundo Europeu de Regresso**.

Este Regulamento define o regime jurídico do financiamento público das acções elegíveis a desenvolver no âmbito do Fundo Europeu de Regresso, para o período de 1 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2013, criado pela Decisão n.º 575/2007/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Maio.

Secção 8. Regiões Autónomas

Ao nível das competências legislativas das regiões autónomas, no âmbito da imigração e asilo, foram adoptados os seguintes diplomas regionais:

Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2008/A, de 2 de Junho

Procede à segunda alteração e republicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 30/2002/A, de 22 de Novembro, que cria o Conselho Consultivo Regional para os Assuntos da Imigração.

Decreto Legislativo Regional nº 30/2008/A, de 25 de Julho

Estabelece as competências da Região Autónoma dos Açores em matéria de emprego e trabalho para a entrada de cidadãos estrangeiros e atribuição do estatuto de residente.

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/M, de 18 de Fevereiro

Define as entidades competentes na Região Autónoma da Madeira para a aplicação do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, de harmonia com o artigo 219.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

Secção 9. Jurisprudência

Em termos de jurisprudência publicada no decurso do ano de 2008, relativa a imigração e asilo, merece referência:

O **Acórdão n.º 340/2008, do Tribunal Constitucional** (Processo n.º 447/08), de 19 de Junho de 2008, que negou provimento ao recurso da arguida, confirmando a decisão recorrida na parte aí impugnada. Este Acórdão não julgou inconstitucional a norma do artigo 188.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, na redacção anterior à Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, quando interpretada no sentido de que o juiz de instrução pode destruir o material coligido através de escutas telefónicas, quando considerado não relevante, sem que antes o arguido dele tenha conhecimento e possa pronunciar-se sobre o eventual interesse para a sua defesa; bem assim como as normas constantes da alínea o) do artigo 2.º da Lei n.º 22/2002, de 21 de Agosto, e do 2 do artigo 134.º-A do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro.

- Neste acórdão é de salientar a menção ao facto de que “a imigração ilegal não comporta, apenas, as vertentes da «entrada» e do «trânsito», mas, também, o da «permanência», como consequência da «entrada». Daí que, nesse novo regime sancionatório das infracções criminais associadas à imigração ilegal, tem cabimento a criminalização do auxílio à permanência ilegal.”

O **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça** (Processo 08P3630), de 26 de Novembro de 2008, relativo a uma pena acessória de expulsão do território nacional, por 7 anos, de arguido condenado por crime de tráfico de estupefacientes.

Neste acórdão são de sublinhar os seguintes aspectos:

- “O Artigo 30.º n.º 4, da CRP, estipula que nenhuma pena acessória envolve necessariamente a perda de direitos civis, profissionais e políticos, repercutindo-se aquele no Artigo 65.º n.º 1, do CP, impedindo a aplicação “ope legis” dos efeitos penais da condenação e das penas acessórias de expulsão, demandando uma indagação casuística da condição do condenado de forma a estabelecer-se um consistente ajustamento da acção à reacção eventualmente de desencadear.”
- “Do que se trata é de evitar o efeito automático em caso de condenação por certos crimes, por forma a impedir-se que medidas acessórias conduzam cegamente a uma estigmatização da pessoa visada e a um efeito dificultador da sua ressocialização; assim se impõe um eficaz controle jurisdicional da existência de uma culpa que dite a necessidade em nome da defesa da sociedade e do castigo do agente, é a consideração de autorizada doutrina sufragada pelos constitucionalistas Gomes Canotilho e Vital Moreira, in Constituição Anotada, ed. 1993, pág. 198 – cfr., ainda, os Acs. do TC n.º 16/84 , 91/84 , 310/85 , 75/86 e 94/86 , entre outros .
- “Este STJ, como aliás resulta do antecedente tem firmado a necessidade de ela se dever pautar por critérios de razoabilidade e proporcionalidade, com respeito pela vida familiar e profissional, só se justificando quando fortes razões de índole protectora da ordem e segurança públicas, de prevenção do crime coloquem em ruptura o equilíbrio entre aqueles valores, por isso importa indagar a sua idade, profissão, agregado familiar, tempo de permanência em território nacional, ligações ao país de acolhimento e de origem, gravidade do ilícito, etc.”
- “O crime praticado pelo arguido é de extrema gravidade, atentatório de valores fundamentais de subsistência comunitária, que nem mesmo o sentimento humanitário e de respeito pela manutenção da integridade familiar, que enforma a Lei n.º 23/07, de 4/7, que entrou a vigorar

depois da prolação do acórdão condenatório de 1.^a instância, regulamentando o regime jurídico da entrada, permanência, saúde e afastamento de estrangeiros do território nacional, pode obstar à expulsão do nosso território, como elemento pernicioso que é à ordem jurídica do país que o acolheu. "

O **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça** (Processo 08P2147), de 10 de Dezembro de 2008, que nega provimento ao recurso extraordinário de revisão de sentença condenatória em pena acessória de expulsão.

Neste acórdão são de sublinhar os seguintes aspectos:

- "A expulsão é uma medida de autodefesa da ordem jurídica, política, económica e social dos Estados que tem de conciliar-se com as liberdades e as garantias dos direitos fundamentais do homem.
- Por outras palavras, esse direito de defesa dos Estados não pode coarctar o direito à liberdade e à segurança da pessoa humana (na medida, como é óbvio, em que estas não devam ser legitimamente afectadas) – cf. Parecer da PGR n.º 146/76, de 25-11-1976, BMJ 269.º/52."
- "O direito a não ser expulso (n.º 1 do art. 33.º da CRP) é, após a revisão constitucional de 1997 (Lei 1/97, de 20-09), um dos direitos que marca a diferença de estatuto entre cidadãos portugueses e cidadãos estrangeiros. O direito à não expulsão confere aos cidadãos nacionais um direito à residência em território nacional, que se configura como um direito, liberdade e garantia."
- "Não existe um direito dos estrangeiros a entrarem e fixarem-se em Portugal – direito de imigração, como não gozam de um direito absoluto de permanecerem em território nacional, podendo ser extraditados e, verificadas certas condições, expulsos; os direitos dos estrangeiros são apenas o direito de asilo e o direito de não serem arbitrariamente

extraditados ou expulsos – Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, I, Coimbra Editora, 2007, pág. 531.”

O **Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo**, (Processo 0942/06), de 12 de Março de 2008, que reconhece a natureza não vinculativa aos pareceres da Inspeção Geral do Trabalho, previstos no artigo 55.º, n.º 1, alínea a), do DL n.º 244/98, do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto (na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro), relativos à concessão de vistos de permanência.

Secção 10. Transposição de legislação comunitária no domínio da imigração e asilo

Directiva n.º 2004/83/CE, do Conselho, de 29 de Abril, que estabelece normas mínimas relativas às condições a preencher por nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar do estatuto de refugiado ou de pessoa que, por outros motivos, necessite de protecção internacional, bem como relativas ao respectivo estatuto e ao conteúdo da protecção concedida.

Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho (Lei do Asilo)

Directiva n.º 2005/85/CE, do Conselho, de 1 de Dezembro, relativa a normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e perda do estatuto de refugiado.

Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho (Lei do Asilo)

Directiva n.º 2003/9/CE, de 27 de Janeiro, que estabelece as normas mínimas em matéria de acolhimento de requerentes de asilo nos Estados Membros.

Já transposta pela lei 20/2006, de 23 de Junho, e consolidada pela Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho (Lei do Asilo)

Secção 11. Instrumentos legais comunitários adoptados na área da imigração e asilo

a) Acordos Internacionais

Decisão n.º 2008/147/EC, do Conselho, de 28 de Janeiro, respeitante à celebração, em nome da Comunidade Europeia, do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação **Suíça** relativo aos critérios e mecanismos de determinação do Estado responsável pelo exame de um **pedido de asilo** apresentado num Estado-Membro ou na Suíça.

b) Fronteiras Externas

Regulamento (CE) n.º 296/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 que estabelece o código comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (**Código das Fronteiras Schengen**), no que diz respeito às competências de execução atribuídas à Comissão.

Decisão da Comissão nº 2008/456/CE, de 5 de Março, que estabelece normas de execução da Decisão n.º 574/2007/CE do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Fundo para as Fronteiras Externas para o período de 2007 a 2013 no âmbito do programa geral **«Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios»**, no que respeita aos sistemas de gestão e controlo dos Estados-Membros, às normas de gestão administrativa e financeira e à elegibilidade das despesas para projectos co-financiados pelo Fundo.

Recomendação da Comissão, de 25 Junho de 2008, alterando a Recomendação que estabelece o Livro de Boas Práticas da Guarda de Fronteira "Practical Handbook for Border Guards (*Schengen Handbook*)" para ser usado pelas autoridades competentes dos Estados-Membros, quando fazem o controlo de pessoas nas fronteiras.

c) Vistos

Regulamento (CE) n.º 767/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 9 de Julho de 2008, relativo ao Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) e ao intercâmbio de dados entre os Estados-Membros sobre os vistos de curta duração ("Regulamento VIS").

Regulamento (CE) n.º 380/2008, do Conselho, de 18 de Abril, que altera o Regulamento (CE) n.º 1030/2002, definindo o **modelo uniforme de título de residência** para nacionais de países terceiros.

Regulamento (CE) n.º 856/2008 do Conselho, de 24 de Julho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1683/95, que estabelece um modelo-tipo de visto, no que se refere à **numeração dos vistos**.

Decisão n.º 586/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho, que altera a Decisão n.º 896/2006/CE que estabelece um regime simplificado de **controlo de pessoas** nas fronteiras externas, baseado no reconhecimento unilateral pelos Estados-Membros para efeitos de trânsito pelos seus territórios de determinadas autorizações de residência emitidas pela Suíça e pelo Liechtenstein.

Decisão n.º 582/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho, que estabelece um regime simplificado de controlo de pessoas nas fronteiras externas baseado no reconhecimento unilateral pela Bulgária, Chipre e a Roménia de determinados documentos como equivalentes aos respectivos vistos nacionais para efeitos de trânsito pelos seus territórios.

Decisão do Conselho n.º 2008/374/CE, de 29 de Abril, que altera o anexo III, Parte I, das Instruções Consulares Comuns referente aos cidadãos de países terceiros sujeitos à obrigação de **visto de escala** aeroportuária.

Decisão do Conselho n.º 2008/633/JAI, de 23 de Junho, relativa ao acesso para consulta ao Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) por parte das autoridades designadas dos Estados-Membros e por parte da Europol para efeitos de prevenção, detecção e investigação de infracções terroristas e outras infracções penais graves.

Decisão da Comissão n.º 2008/602/CE, de 17 de Junho, que estabelece a arquitectura física e os requisitos das interfaces nacionais e da infra-estrutura de comunicação entre o **VIS Central** e as **interfaces nacionais** durante a fase de desenvolvimento.

d) Imigração

Decisão do Conselho n.º 2008/381/CE, de 14 de Maio, que cria uma Rede Europeia das Migrações (REM).

e) Schengen/SIS

Regulamento (CE) n.º 189/2008 do Conselho, de 18 de Fevereiro, relativo aos testes da segunda geração do Sistema de Informação de Schengen (**SIS II**).

Regulamento (CE) n.º 1104/2008 do Conselho, de 24 de Outubro, relativo à migração do Sistema de Informação Schengen (SIS 1+) para o Sistema de Informação Schengen de segunda geração (SIS II).

Decisão do Conselho n.º 2008/146/CE, de 28 de Janeiro, respeitante à celebração, em nome da Comunidade Europeia, do Acordo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Confederação **Suíça** relativo à associação da Confederação Suíça à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do **acervo de Schengen**.

Decisão do Conselho n.º 2008/149/JAI, de 28 de Janeiro, respeitante à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Confederação **Suíça** relativo à associação da Confederação Suíça à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do acervo de Schengen.

Decisão do Conselho n.º 2008/261/CE, de 28 de Fevereiro, respeitante à assinatura, em nome da Comunidade Europeia, e à aplicação provisória de certas disposições do Protocolo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia, a Confederação **Suíça** e o Principado do **Liechtenstein** relativo à adesão do Principado do Liechtenstein ao Acordo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo à associação da Confederação Suíça à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do acervo de Schengen.

Decisão do Conselho n.º 2008/173/CE, de 18 de Fevereiro, relativa aos testes da segunda geração do Sistema de Informação de Schengen (SIS II).

Decisão do Conselho n.º 2008/262/CE, de 28 de Fevereiro, respeitante à assinatura, em nome da Comunidade Europeia, e à aplicação provisória de certas disposições do Protocolo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia, a Confederação **Suíça** e o Principado do **Liechtenstein** relativo à adesão do Principado do Liechtenstein ao Acordo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo à associação da Confederação Suíça à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do acervo de Schengen.

Decisão do Conselho n.º 2008/328/CE, de 18 de Abril, que altera a Decisão do Comité Executivo criado pela Convenção Schengen de 1990, que altera o Regulamento Financeiro no que respeita às despesas de instalação e funcionamento da função do apoio técnico para o Sistema de Informação Schengen (C.SIS).

Decisão do Conselho n.º 2008/422/CE, de 5 Junho, relativa à desclassificação do anexo 4 do **manual SIRENE** aprovado pelo Comité Executivo instituído pela Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985 (Convenção de Schengen de 1990).

Decisão do Conselho n.º 2008/421/CE, de 5 de Junho, relativa à aplicação das disposições do acervo de **Schengen** respeitantes ao Sistema de Informação Schengen na Confederação **Suíça**.

Decisão do Conselho n.º 2008/839/JAI, de 24 de Outubro, relativa à migração do **Sistema de Informação de Schengen (SIS 1+)** para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II).

Decisão da Comissão n.º 2008/333/CE, de 4 de Março, que adopta o **manual SIRENE** e outras medidas de execução para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II).

Decisão da Comissão n.º 2008/334/JAI, de 4 de Março, que adopta o **manual SIRENE** e outras medidas de execução para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II).

Decisão n.º 1/2008, do Comité Misto UE/Suíça, estabelecido pelo Acordo concluído entre a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça, relativo à recente associação na implementação, aplicação e **desenvolvimento do acervo de Schengen** de 28 Fevereiro de 2008, alterando as suas Regras de Procedimentos.

Capítulo 2 – Medidas técnicas e administrativas

No ano de 2008, o SEF deu continuidade a uma **estratégia de modernização** através da concretização de um conjunto diversificado de medidas de natureza administrativa e técnica. A adopção destas medidas constitui um enorme contributo para a gestão da imigração e do asilo em Portugal, para o reforço da segurança nacional, assim como para a qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

O esforço empreendido na modernização do SEF assenta, essencialmente, em três eixos estratégicos – **a renovação tecnológica, a desburocratização e o reforço da qualidade** – articulados numa perspectiva global e integrada da imigração, da segurança interna e da salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Secção 1. Medidas técnicas

Nesta vertente, em 2008 sobressai o projecto de concepção, desenvolvimento e produção (fase piloto) do novo **título de residência electrónico (eTR)**. Trata-se de um projecto de importância nacional e estratégico para o SEF, com efeitos significativos em termos da segurança documental, o qual dá cumprimento à nova Lei de Estrangeiros, ao SIMPLEX e ao Plano Tecnológico do MAI.

Um segundo projecto estratégico de 2008 foi a criação do **Portal SIBA** (Sistema de Informação de Boletins de Alojamento), que simplifica e agiliza o cumprimento das obrigações legais de comunicação de alojamento de estrangeiros pelos estabelecimentos hoteleiros e similares, projecto incluído no SIMPLEX do MAI.

Já a implementação do **Sistema de Informação Inteligente ao Cidadão**, facultou uma nova ferramenta de apoio ao cidadão, integrada na SEF TV, facilitando a compreensão sobre questões referentes à entrada e permanência em Portugal. Este projecto foi exibido na Mostra Portugal Tecnológico 2008, inserido no espaço Liberdade e Segurança do MAI.

Ao nível do controlo e segurança nas fronteiras externas de fronteiras, foi alargado a todos os postos de fronteira aérea do **Sistema RAPID** (Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Documentalmente). Este projecto foi apresentado no Fórum «Missão Exportar», no Centro de Congressos de Lisboa (11 de Dezembro). De referir que o Reino Unido e a Finlândia adoptaram o sistema electrónico de Controlo de Fronteira, concebido pelo SEF e produzido pela empresa portuguesa Vision-Box. Também a introdução no **Sistema de Controlo de Fronteiras (SCF)** da **consulta automática** à base de dados da **Interpol** foi um aspecto muito relevante neste domínio.

Na vertente documental, procedeu-se ao desenvolvimento e teste da **segunda geração do Passaporte Electrónico Português (PEP)**, projecto que envolve o SEF e Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM). Este projecto foi apresentado em Praga, no evento *ePassports* 2008 (7 e 12 de Setembro de 2008).

Com o arranque da implementação do Sistema do **Workflow e Gestão Documental (SIGAP)**, visou-se a desmaterialização dos processos, monitorização e automatização da sua marcha, na perspectiva de promoção da eficiência e melhoria da qualidade no atendimento e de racionalização de recursos humanos, conforme ao Programa SIMPLEX do MAI.

Em 2008 foi dada continuidade ao complexo processo de conversão do actual Sistema Integrado de Informação (SII) no futuro **Sistema de Informação do SEF (SIISEF)**, que permitirá o aumento da produtividade dos serviços, simplificando um alargado conjunto de procedimentos, incorporando novas valências e integração com outras aplicações (nomeadamente o SIBA e o SIGAP). Neste contexto, foi possível proceder à extracção integral do Sistema da **informação estatística sobre residentes** estrangeiros, tal como foi oportunamente referido.

Em termos do desenvolvimento do novo Sistema europeu de Informação de Vistos (VIS), foi criado o **Sistema de Emissão Electrónica de Parecer Prévio** pelo SEF, no âmbito do processo de concessão de vistos consulares⁵⁷, disponível a partir de qualquer Posto Consular e o **Sistema de Recolha de Dados Biométricos**, do qual foi desenvolvida a componente de software que permitirá ao MNE proceder à recolha de dados biométricos.

Na vertente informação ao público, foi criada a **Legispédia-SEF**, nova ferramenta informativa de divulgação da Lei de Estrangeiros na Internet, combinando num instrumento multidimensional as virtudes de uma enciclopédia aliada à versão electrónica de documentos legislativos.

Relativamente ao **projecto S/Sone4ALL**, liderado pelo SEF, deve referir-se que a adesão da Suíça ao Espaço Schengen, no ano em análise, foi viabilizado através deste projecto nacional, tal como sucedera em 2007, aquando do alargamento do Espaço Europeu de Livre Circulação de Pessoas aos

⁵⁷ No caso de vistos de residência e estada temporária e por razões de interesse nacional, segurança interna ou prevenção da imigração ilegal e criminalidade conexa (art.º 53.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho).

territórios da Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, República Checa, Letónia, Lituânia, Polónia e Malta.

Secção 2. Medidas administrativas

No âmbito do plano de melhoria das condições de atendimento ao público, foi Inaugurado o **Posto Desconcentrado de Atendimento** SEF na **Reboleira**, integrado no Programa SIMPLEX do MAI, e ainda as **novas Delegações Regionais de Castelo Branco, Guarda, Viseu e Portimão**.

No domínio da cooperação transfronteiriça, o SEF deu um contributo decisivo na vertente prática do processo de criação dos **Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA)**⁵⁸ de Castro Marim, Elvas/Caia, Vilar Formoso, Quintanilha e Valença/Tui. No final de 2008 encontravam-se em funcionamento os CCPA de Vilar Formoso e de Vila Real de Santo António, decorrendo obras de adaptação nos CCPA de Quintanilha, Tui e Caia, nestes dois últimos casos da responsabilidade de Espanha. Ainda neste domínio, foi celebrado um protocolo entre o MAI, representado pelo Director Nacional do SEF, e o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade IP (ICNB) para cedência das antigas instalações da Guarda Fiscal em **Quintanilha** para instalação do **CCPA** local (Outubro 2008).

No ano em análise assinala-se a nomeação de novos **oficiais de ligação de imigração** em **Moscovo** e **Luanda** e a aprovação do projecto do SEF para financiamento comunitário da colocação de oficiais de ligação de imigração em **Moçambique** e **S. Tomé e Príncipe**.

58 Estes centros destinam-se a ampliar os mecanismos de cooperação das entidades que nos dois países estão incumbidas de missões policiais e aduaneiras: SEF, GNR, Polícia Judiciária, PSP, Direcção Geral das Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo (DGAIEC), Cuerpo Nacional de Policía e Guardia Civil.

Foram celebrados os seguintes Protocolos:

- **Protocolo** entre o **SEF, Instituto de Informática, I.P. e Instituto da Segurança Social, IP**, relativo ao tratamento automatizado de dados de carácter pessoal, no âmbito da Medida M155 “Obrigações de informação no âmbito da Lei da Imigração”, do Programa Simplex de 2008.
- **Protocolo** entre **SEF e Ordem Hospitaleira de S. João de Deus** (Outubro 2008) para a criação de um centro de instalação temporária de cidadãos estrangeiros em situação irregular sobre os quais recai processo de expulsão. Este protocolo dá continuidade ao trabalho promovido pela Unidade Habitacional de Santo António (Porto), que em 2006 iniciou um inovador projecto de acolhimento de estrangeiros, congregando as componentes policial, humana, social e de respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos.
- Protocolos com o Instituto de Turismo de Portugal, I.P. (ITP), a Associação Nacional de Freguesias (**ANAFRE**) e a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (**FCMP**), para promover a utilização do **Portal SIBA**.
- Protocolo de colaboração com a **Associação Integrar** para promover a partilha de informação em prol da comunidade estrangeira.

Em termos de **Campanhas de Informação e Esclarecimento**, sobressai a que se dedicou ao direito à **educação e legalização de menores** em idade escolar, nos termos do regime legal de estrangeiros e a campanha de sensibilização sobre as **vantagens** da titularidade do **Passaporte Electrónico**, alertando para

que, a partir de 12 de Janeiro de 2009, a isenção de visto para os EUA se restringe aos titulares de passaporte português emitido depois de 01 de Janeiro de 2001.

Foi ainda promovido um estudo de **avaliação da satisfação** do cliente e de desempenho em 31 postos de atendimento do SEF e no seu Centro de Contacto, de acordo com a metodologia EPSI (*European Performance Satisfaction Index*).

Neste âmbito, não poderá deixar de ser realçada a importância do **sistema de agendamento *on-line***, através do Portal do SEF, o papel do **Centro de Contacto do SEF**, multicanal e multilingue, que deu resposta a mais de 380.000 chamadas telefónicas em 2008. Também a continuação do projecto **"SEF em Movimento"** (programa dirigido a pessoas com dificuldade de deslocação aos locais de atendimento do SEF – deficiências motoras, menores e idosos) é merecedora de nota.



PARTE IV

ESTRUTURA E CARACTERIZAÇÃO ORGANIZACIONAL DO SEF

PARTE IV

Estrutura e caracterização organizacional do SEF

Capítulo 1 – Enquadramento e estrutura orgânica

O SEF é um **serviço de segurança**, organizado hierarquicamente na dependência do Ministério da Administração Interna, com autonomia administrativa⁵⁹. Na sua qualidade de órgão de polícia criminal, o SEF actua no processo, nos termos da lei processual penal, sob a direcção e em dependência funcional da autoridade judiciária competente, cabendo-lhe realizar as acções determinadas e os actos delegados pela mesma autoridade.

O SEF tem como **missão** controlo da circulação das pessoas nas fronteiras, da entrada, da permanência e da actividade de estrangeiros em território nacional, a prevenção e repressão da criminalidade relacionada com a imigração ilegal e o tráfico de pessoas, e instrução de processos de concessão do estatuto de refugiado.

O SEF estrutura-se verticalmente e é dirigido por um Director Nacional, coadjuvado por três Directores Nacionais Adjuntos, compreendendo os Serviços Centrais e os Serviços Descentralizados. Os Serviços estão legalmente classificados como de natureza operacional ou de apoio. Incluem-se entre os primeiros, a Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação, a Direcção Central de Fronteiras, as Direcções Regionais e Delegações, os Postos de Fronteira e os Centros de Cooperação Policial e

⁵⁹ Decreto-Lei N.º 203/2006, de 27 de Outubro e Decreto-Lei N.º 252/2000, de 16 de Outubro.

Aduaneira, prossequindo as restantes unidades funções de apoio ou complementares, no contexto das atribuições e missão do Serviço.

Capítulo 2 – Competências

Na concretização da missão que lhe está legalmente atribuída, o SEF possui competência para vigiar e fiscalizar a **circulação de pessoas nos postos de fronteira**, incluindo a zona internacional dos portos e aeroportos. No âmbito do controlo de pessoas nas fronteiras, o SEF é competente para impedir a entrada ou saída do território português das pessoas que não satisfaçam os requisitos legalmente definidos para o efeito. De igual forma, pode impedir o desembarque de passageiros e tripulantes que se encontrem indocumentados ou em situação irregular, bem como daqueles que viajem em embarcações e aeronaves provenientes de portos ou aeroportos de risco sob o aspecto sanitário, sem prévio assentimento das competentes autoridades sanitárias.

Neste contexto, cabe-lhe ainda autorizar e verificar a entrada de pessoas a bordo de embarcações e aeronaves. Por outro lado, no que se refere às fronteiras terrestres (fronteiras internas, no conceito da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen) assegura a realização de **controles móveis** e de operações conjuntas com serviços ou forças de segurança congéneres, nacionais e espanholas.

Dentro do território português o SEF controla e fiscaliza a **permanência e as actividades dos estrangeiros** em todo o território nacional e procede à investigação dos crimes de auxílio à imigração ilegal e de outros com eles conexos, nomeadamente o crime de tráfico de pessoas, sem prejuízo da competência de outras entidades. Em matéria de fiscalização das actividades dos estrangeiros em território nacional, cabe-lhe manter colaboração com as

entidades competentes para a fiscalização do cumprimento da lei reguladora do trabalho de estrangeiros.

Na vertente da regulação dos fluxos migratórios, o SEF é a autoridade competente pela concessão de **vistos** nas fronteiras e prorrogação de vistos consulares em território português. Cabe-lhe ainda emitir parecer relativamente a pedidos de vistos consulares, nos termos legalmente definidos.

É também da sua competência reconhecer o direito ao **reagrupamento familiar**, autorizar a prorrogação da permanência de estrangeiros em território nacional, emitir autorizações de residência e documentos de viagem, nos termos legalmente determinados.

No quadro do **afastamento** de estrangeiros de território nacional, tem a seu cargo a instauração, instrução e decisão de processos de expulsão administrativa, devendo dar execução às decisões de expulsão administrativas e judiciais, bem como accionar, instruir e decidir os processos de readmissão e, de igual forma, assegurar a sua execução. Pode ainda escoltar até ao seu destino pessoas que foram alvo de qualquer medida de afastamento.

Quanto ao **asilo**, o SEF é a entidade nacional competente para decidir sobre a aceitação da análise dos pedidos de asilo e para instruir os processos de concessão deste estatuto, assim como para a determinação do Estado responsável pela análise dos respectivos pedidos e da transferência dos candidatos entre os Estados Membros da União Europeia.

Na área do acesso à **nacionalidade**, compete-lhe emitir parecer no âmbito dos processos de acesso à nacionalidade portuguesa.

É ainda o SEF que assegura a gestão e a comunicação de dados relativos à Parte Nacional do Sistema de Informação Schengen (**NSIS**) e de outros sistemas de informação comuns aos Estados Membros da União Europeia, no

âmbito do controlo da circulação de pessoas, bem como os relativos à base de dados de emissão dos passaportes (SIPEP).

Pertence-lhe igualmente cooperar com as representações diplomáticas e consulares de outros Estados, devidamente acreditadas em Portugal, nomeadamente no repatriamento dos seus nacionais.

No **plano internacional**, o SEF assegura, por determinação do Governo, a representação do Estado Português no âmbito da União Europeia, ao nível dos Grupos de Trabalho e comités do Conselho e da Comissão para a área da Justiça e Assuntos Internos, designadamente no Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo (CEIFA) e no Grupo de Alto Nível de Asilo Migração (GANAM), assim como noutras organizações internacionais. Assegura também, através de oficiais de ligação, os compromissos assumidos no âmbito da cooperação internacional nos termos legalmente previstos colaborando e estabelecendo formas de cooperação com serviços congéneres estrangeiros.

Capítulo 3 – Formação e recursos humanos

Secção 1. Formação

Em 2008 a **qualificação dos recursos humanos** constituiu uma prioridade. No decurso deste ano foram promovidos **71 cursos de formação**, num total de cerca de 350 acções formativas, representando um rácio de 1,92 acções por funcionário do SEF.

As áreas temáticas de formação foram as seguintes:

- Técnica/Operacional
- Informática (utilizador)
- Informática (profissional)
- Liderança / Comportamentais / Comunicação Pessoal

- Ciências Jurídicas
- Qualidade / Organização / Administração / Recursos Humanos, Gestão Pública / Financeira / Contabilidade
- Línguas Estrangeiras
- Formação para Formadores

Na área Técnica/Operacional, evidencia-se a implementação de um **programa nacional para a prática de educação física**, bem como um conjunto alargado de formação técnico-táctica direccionada ao grupo de formadores de tiro (técnicas de intervenção em espaços confinados, curso de intervenção policial e socorrismo tático), no quadro dos objectivos operacionais das grandes Opções do Plano para 2008. No que respeita às Ciências Jurídicas, salientam-se os cursos referentes aos novos instrumentos legais relevantes para a actividade do SEF: Código das Fronteiras Schengen, Código Penal e Código Processo Penal, Direito Disciplinar; Lei de Organização de Investigação Criminal, Lei de Segurança Interna, Código de Contratação Pública, Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações e Ética e Direito Disciplinar.

Em termos de **formação externa**, no decurso de 2008 foi ministrada formação a um conjunto alargado de entidades, salientando-se a Formação PEP, visando os funcionários dos **Governos Cívís e da Região Autónoma dos Açores**.

A **nível internacional**, no âmbito do Projecto de Cooperação Técnico-Policial do MAI/IPAD, o SEF promoveu a realização de 18 acções de formação no estrangeiro, repartidas por Cabo Verde (4), Guiné Bissau (2), Moçambique (4) e Angola (8) e ainda a primeira fase do 2.º Curso de Formação Pedagógica

Inicial de Formadores e de áreas técnicas. Este curso constitui uma componente central do **novo modelo de cooperação** adoptado pelo SEF para os **PALOP**, o qual configura uma boa prática neste domínio. Este curso, realizado em Lisboa, foi frequentado por 11 formandos dos Serviços congéneres de Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Destaque também para a acção de formação sobre **Polímeros** realizada em Lisboa, sob patrocínio da FRONTEX, dirigida a Especialistas dos Estados Membros da EU.

Como já referido, em estreita coordenação com autoridades responsáveis nos PALOP, o SEF deu formação no âmbito da campanha do Conselho da Europa “ Não estás à venda”, sobre tráfico de seres humanos.

Secção 2. Recursos humanos

No final do ano de 2008, o efectivo do SEF era constituído por 1 478 **colaboradores**, com uma repartição por género muito próxima da paridade (46,75% de colaboradores do sexo feminino e 53,25% do masculino). Salienta-se que o corpo especial de investigação e fiscalização constituía cerca de 50% do efectivo global, com 709 elementos. A carreira de apoio à investigação e fiscalização (entretanto extinta no decurso da reestruturação de carreiras da administração pública), representava cerca de 26% do efectivo, com 381 colaboradores.

Quanto à admissão de pessoal, o saldo de 2008 foi positivo: 83 novas admissões e 56 saídas (reforço em 27 colaboradores). No entanto, refira-se que 83% das admissões foram operadas pela figura de requisição, o que indicia um reforço temporário, atenta a limitação temporal de permanência no organismo requisitante.

Para melhor caracterização dos recursos humanos do SEF, o **Balanço Social** referente ao ano de 2008 apresenta uma análise dos quadros exigíveis pelo Decreto-Lei n.º 196/96, de 9 de Outubro, bem como um conjunto de rácios/indicadores sociais, úteis para uma apreciação quantitativa e qualitativa mais aprofundadas.



PARTE V

OBJECTIVOS DO SERVIÇO

PARTE V

Objectivos do Serviço

1. Em 2008 o SEF **aprofundou a estratégia de actuação** empreendida nos anos anteriores. Tendo por base a gestão por objectivos, prosseguiu-se a mudança da **cultura organizacional**, norteadada pelos valores da **eficácia**, **aproximação aos cidadãos** e aumento dos níveis de controlo e de **segurança**, assente nos seguintes vectores estratégicos:

- Expansão da vertente operacional;
- Modernização estrutural e aumento da produtividade;
- Reforço das relações internacionais;
- Qualificação dos recursos humanos.

2. Por outro lado, em resposta ao novo regime jurídico de avaliação do desempenho dos Serviços, a Lei n.º 66/B, de 28 de Dezembro, densificou a perspectiva da gestão por objectivos, nomeadamente através do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), primeiro subsistema da avaliação do desempenho da administração pública.

Os objectivos estratégicos do SEF foram estabelecidos em harmonia com as grandes directrizes políticas, nomeadamente a quarta opção das Grandes Opções do Plano, o SIMPLEX de 2008 para o MAI e a carta de Missão do Director Nacional do SEF.

Neste enquadramento, os **objectivos estratégicos** para 2008 foram:

- OE 1: Fomentar a política de aproximação aos cidadãos através da melhoria das **condições de atendimento**;
- OE 2: Reforçar a segurança nacional através da melhoria do controlo e segurança nas fronteiras;
- OE 3: Melhoria na prevenção e no **combate à imigração ilegal e tráfico de seres humanos**;
- OE 4: Modernizar os procedimentos de **emissão documental** através da melhoria da sua qualidade;
- OE 5: Melhoria da qualidade da **informação estatística** no domínio do controlo de fronteira.

Para a sua prossecução, foram delineados os seguintes **objectivos operacionais** para o ano de 2008:

- OA 1: Aumentar o **agendamento automático** do atendimento em 10%, face ao ano anterior. (Eficácia)
- OA 2: Aumentar o **controlo automático de fronteiras** nos Aeroportos Internacionais em 10% face ao ano de 2007. (Eficácia)
- OA 3: Implementar o sistema de **consulta automática à base de dados da Interpol** com uma cobertura de 80% dos postos de fronteira. (Eficácia)
- OA 4: Introdução no **Título de Residência** das valências previstas no Regulamento da UE 380/08, de 18/04, com uma taxa de realização a 80% do projecto até final do ano. (Eficácia)

- OA 5: Implementar o **SCF** (Sistema de Controlo de Fronteiras) com uma taxa de 80% dos Postos de Fronteira Externa e Postos Mistos de Fronteira em 2008. (Eficácia)
- OA 6: Conceber o **sistema de informação estatístico** relativo ao controlo de fronteiras, até Julho de 2008. (Eficácia)
- OA 7: Aumento das acções de **fiscalização** em 10%, face ao ano de 2007. (Eficiência)
- OA 8: Maximização da informação associada à imigração ilegal e tráfico de pessoas, resultante da actividade do Serviço, aumentando em 10% o número de **inquéritos** iniciados por esta via. (Eficiência)
- OA 9: Diminuição do tempo médio de espera para atendimento, a nível nacional, em 5% face a 2007. (Qualidade)
- OA 10: Diminuição em 10% do prazo de decisão do **pedido** de concessão de **autorização de residência** relativamente ao prazo legal. (Qualidade)

No **Relatório de Actividades do SEF de 2008** foram detalhadamente apresentados os resultados da actividade do SEF, numa perspectiva estratégica e organizacional, documento que assume a estrutura definida pelo Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços.

Quanto aos **resultados**, saliente-se o **elevado cumprimento dos objectivos** definidos, superando em larga escala algumas das metas estabelecidas, conforme se pode constatar na tabela infra.

ILUSTRAÇÃO 52
OBJECTIVOS QUAR: DEFINIÇÃO, METAS E REALIZAÇÕES

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	TIPO - PONDERAÇÃO	RESULTADOS 2007	OBJECTIVOS 2008	RESULTADOS 2008
OA1. Aumentar o agendamento automático do atendimento em 10%, face ao ano anterior.	Eficácia 20%	7 476	8 223	73 166 agendamentos Objectivo superado
OA2. Aumentar o controlo automático de fronteiras nos Aeroportos Internacionais em 10% face ao ano de 2007.	Eficácia 15%	72 000	80 000	479 263 controlos Objectivo superado
OA3. Implementar o sistema de consulta automática à base de dados da Interpol.	Eficácia 15%	-	Cobertura de 80% dos postos de fronteira.	Instalação em todos os postos de fronteira. Objectivo atingido
OA4. Introdução no Título de Residência das valências previstas no Regulamento da UE 380/08, de 18/04.	Eficácia 20%	-	Taxa de realização a 80% do projecto até final do ano.	Processo concluído, com início da emissão de títulos a 22/12/2008 Objectivo superado
OA5. Implementar o SCF (Sistema de Controlo de Fronteiras) nos Postos de Fronteira Externa e Postos Mistos de Fronteira.	Eficácia 10%	-	Taxa de cobertura de 80%	Objectivo não atingido
OA6. Conceber o sistema de informação estatístico relativo ao controlo de fronteiras.	Eficácia 20%		Conclusão até Julho de 2008	Conclusão do projecto de concepção (início dos testes no início de 2009). Objectivo superado
OA7. Aumento das acções de fiscalização em 10%, face ao ano de 2007.	Eficiência 60%	6 727	7 475	9 734 acções de fiscalização Objectivo superado
OA8. Maximização da informação associada à imigração ilegal e tráfico de pessoas, resultante da actividade do Serviço, aumentando em 10% o número de inquéritos iniciados por esta via.	Eficiência 40%	51	56	Registados 101 inquéritos baseados em informação do SEF Objectivo superado
OA9. Diminuição do tempo médio de espera para atendimento, a nível nacional, em 5% face a 2007.	Qualidade 50%	45'45"	43'47"	Tempo médio de espera: 28'58" Objectivo superado
OA10. Diminuição em 10% do prazo de decisão do pedido de concessão de autorização de residência relativamente ao prazo legal.	Qualidade 50%	60 (Prazo legal)	54	Tempo médio de instrução: 21,34 dias Objectivo superado

Sinteticamente, os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pelo SEF em 2008 foram francamente positivos, quer na vertente operacional, quer ao nível das áreas de suporte. Salientando-se o contributo decisivo dos recursos humanos, bem como a renovação tecnológica em curso, considera-se que o SEF contribuiu de forma efectiva e determinante para o reforço da segurança interna, promovendo a eficiência do serviço público e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos.



CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Em 2008 o SEF aprofundou a estratégia definida nos anos anteriores, designadamente nos domínios da **modernização estrutural** e da **produtividade**, norteadas por uma gestão por objectivos e aposta nas novas tecnologias, na simplificação de procedimentos, na desburocratização e na racionalização de meios e recursos. Em síntese, foi prosseguido um projecto de modernização do Serviço, orientado pelos valores da **eficácia**, **aproximação aos cidadãos** e tutela dos seus direitos, numa abordagem global e integrada da realidade imigratória, com salvaguarda dos interesses subjacentes à **segurança**.

Para este efeito, constituíram termos de referência os **objectivos estratégicos** do SEF, definidos de acordo, nomeadamente com a quarta opção das **Grandes Opções do Plano** 2008, o Programa **Simplex** de 2008 para o MAI e a carta de Missão do Director Nacional.

Como ficou patente ao longo do presente relatório e, mais concretamente, no **Relatório de Actividades de 2008**, afigura-se que os resultados atingidos neste ano **concretizam plenamente** os ambiciosos objectivos enunciados para o SEF nos referidos documentos estratégicos. Bastará, porventura, referir que, no âmbito do MAI, em 2008, o SEF foi o responsável directo pela execução de nove medidas do Simplex e teve intervenção em mais outras quatro; perfazendo um total de **13 medidas**, num universo de 21 medidas endereçadas aos Serviços tutelados por este Ministério.

Na actuação do SEF no ano em análise, assumiu particular destaque a continuidade de diversos projectos de **renovação tecnológica**,

designadamente o **título de residência electrónico (eTR)** e o **Portal SIBA** (Sistema de Informação de Boletins de Alojamento), cuja relevância nacional não pode ser escamoteada.

O ano de 2008 ficou também marcado pela entrada em vigor da nova **Lei de Asilo** (Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho) e de um acervo de **Portarias** concretizadoras do novo regime legal de estrangeiros, instituído pela Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho e pelo respectivo diploma regulamentar (Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro).

Assinala-se ainda o nível global de **resultados** alcançados na **vertente operacional** do Serviço, bem como a extracção de dados estatísticos sobre a população estrangeira exclusivamente do SIIEF.

I

Pela primeira vez, a abordagem da **população estrangeira residente** em Portugal em 2008 beneficia da **extracção integral** de dados estatísticos do Sistema Integrado de Informação do SEF (SIIEF). Corolário do investimento do SEF na melhoria da qualidade da informação estatística (objectivo estratégico para o ano de 2009), trata-se de uma mais-valia substancial e duradoura em termos de **qualidade** e **fiabilidade** dos dados, cujo contributo para o conhecimento dos fenómenos migratórios em Portugal não é demais realçar.

Nestes termos, em 2008 regista-se um quantitativo populacional global de **440 277 estrangeiros residentes** (*stock* provisório), representado um **aumento de cerca de 1%**, face aos valores do ano anterior. Sem prejuízo da **quebra de série** das estatísticas da população estrangeira, estes dados do *stock* de 2008 revelam alguma **continuidade**, ainda que atenuada, na evolução positiva e

sustentada que vem caracterizando este universo populacional nos últimos anos. Dando continuidade à tendência já assinalada no relatório do ano anterior, os títulos de residência registaram um incremento de 8,6%, expressando o processo de transferência das prorrogações de autorização de permanência e de vistos de longa duração para aqueles títulos.

As nacionalidades mais representativas são, por esta ordem, o **Brasil, Ucrânia, Cabo Verde, Angola, Roménia, Guiné-Bissau e Moldávia**. Neste capítulo, a referida alteração de metodologia⁶⁰, operou mudanças significativas em termos de valores absolutos por nacionalidade, embora não se assinalem alterações radicais quanto ao posicionamento das nacionalidades mais representativas.

A alteração mais expressiva ocorreu com o **Brasil**, cuja comunidade residente atinge 106 961 indivíduos em 2008⁶¹. Por esta via, o Brasil afirma-se, de forma destacada, como a comunidade estrangeira mais representativa em Portugal, confirmando a tendência que se vinha a desenhar desde o início do presente século.

Pela primeira vez, a **Ucrânia** passa a ser a segunda comunidade estrangeira mais representativa em Portugal, atingindo uns expressivos 52 494⁶² residentes. Por seu lado, **Cabo Verde** desce para terceiro lugar (51 352)⁶³, ocupando a posição antes detida pela Ucrânia.

Outra subida expressiva foi a **Roménia**, que regista 27 771 cidadãos⁶⁴. Desta forma, a Roménia passa a ser o Estado membro da União Europeia com mais

⁶⁰ Ver "Enquadramento técnico-estatístico", Secção 3, Capítulo 1, Parte I.

⁶¹ Em 2007 os registos da aplicação INESEF contabilizavam 66 354 cidadãos brasileiros residentes.

⁶² Em 2007 os registos da aplicação INESEF contabilizavam 39 480 cidadãos ucranianos residentes.

⁶³ Idem, 63 925 cidadãos cabo-verdianos em 2007.

⁶⁴ Idem, 19 155 cidadãos romenos em 2007.

nacionais residentes em Portugal, lugar tradicionalmente ocupado pelo Reino Unido.

Angola e **Guiné-Bissau** ocupam as posições subsequentes, respectivamente com 27 619 e 24 391 residentes. Não obstante, no ano em análise, Angola regista uma descida e a Guiné-Bissau uma pequena subida.

Em sétimo lugar, entre as comunidades mais representativas, encontra-se a **Moldávia**, com um total de 21 147 residentes, que também regista um aumento não negligenciável⁶⁵.

Em **síntese**, esta realidade traduz um predomínio claro do Brasil, com decréscimo do peso dos PALOP, comunidades estrangeiras tradicionais em Portugal, em contraponto à emergência dos novos fluxos migratórios do Leste Europeu (Ucrânia e Moldávia) e a consolidação da Roménia como o Estado-Membro da UE com mais peso em Portugal, em detrimento do Reino Unido.

II

Relativamente à **vertente operacional**, em 2008 o SEF atingiu resultados globalmente muito expressivos, cuja abordagem foi já objecto de análise detalhada na Parte II deste Relatório.

No que concerne à **actividade de investigação e fiscalização**, deve destacar-se o substancial aumento de 44,7% do número de **acções de fiscalização**, que subiram de **6 727** em 2007 para **9 734** em 2008. Dá-se assim continuidade à estratégia de combate ao emprego clandestino, à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos, uma das prioridades do SEF nos anos mais recentes,

⁶⁵ Idem, 14 053 cidadãos moldavos em 2007

particularmente intensificada no ano de 2008. Estes resultados reflectiram-se de forma igualmente positiva no elevado número de processos de **contra-ordenação instaurados** (+ 67,9%) e de **medidas cautelares detectadas** (+12,4%). Nesta conformidade, também os **afastamentos** de território nacional registaram um aumento de 10,9% e as notificações para abandono voluntário subiram 10,7% face ao ano de 2007. Por outro lado, o **retorno voluntário** registou um aumento de 24,8% face ao ano anterior.

Concretamente na área da **investigação criminal**, assinala-se o predomínio da criminalidade relacionada com o auxílio à imigração ilegal, falsificação de documentos e lenocínio. Neste contexto e a título de exemplo, sublinham-se as condenações de que foi alvo uma rede composta por cidadãos do leste da Europa e portugueses, no Algarve.

Ao nível do **número de registos** no SEF sob **NUIPC**, regista-se um assinalável aumento de 91% (1015 em 2008 face a 531 em 2007). Também os processos distribuídos para investigação tiveram um aumento de 6% (**369 processos em 2008**, face a 346 em 2007).

Quanto à **nacionalidade dos arguidos**, embora prevaleçam as nacionalidades portuguesa e brasileira, regista-se o acréscimo da nacionalidade nigeriana. A América do Sul, África e o leste da Europa mantêm-se como as principais **áreas geográficas** de origem de fluxos migratórios ilegais identificadas nos processos distribuídos para investigação.

Em matéria de **controlo das fronteiras**, em 2008 o SEF controlou um total de **12 039 272 pessoas**, das quais **10 599 570** nas fronteiras aéreas e **1 439 702** nas fronteiras marítimas. Estes valores representam um aumento de 10% e 11,9%, respectivamente no número de voos e de embarcações controladas, face ao ano anterior.

Em termos de **recusas de entrada** em Portugal, assinala-se um decréscimo de 9,2% (3 598 em 2008 contra 3963 em 2007), retomando os valores registados no ano de 2006. Quanto aos fundamentos da não admissão em Portugal, salienta-se o aumento em 43,7% da ausência de motivos que justifiquem a entrada e a ausência de visto ou visto caducado.

Na **detecção de documentos** fraudulentos, denota-se uma diminuição 54%. Este decréscimo acentuado deverá associar-se à redução abissal da detecção de documentos venezuelanos, reflexo directo das medidas de controlo a montante e os esforços envidados por Portugal junto das autoridades venezuelanas, bem como ao reforço da segurança documental e a introdução de dados biométricos em documentos de viagem europeus.

Em 2008, a **pressão migratória irregular** da América Latina deteve predominância sobre a dos demais continentes, dando continuidade a um fluxo consistente já assinalado em anos precedentes. Por outro lado, à excepção do Brasil, os países da América Latina não detêm expressão em termos de processos de expulsão administrativa instaurados. Por áreas geográficas, o continente africano constitui o segundo continente em termos de proveniência de fluxos irregulares.

Em matéria de **asilo**, em 2008 registaram-se 161 pedidos de asilo; 78 formulados em território nacional e 83 no posto de fronteira do aeroporto de Lisboa, destacando-se os nacionais da República Democrática do Congo, Guiné-Conacri, Nigéria, Sri Lanka, Colômbia e Bósnia-Herzegovina. Foram concedidos 12 estatutos de refugiado e 70 autorizações de residência por razões humanitárias, maioritariamente a cidadãos de países africanos, mas também a sul-americanos e asiáticos.

No âmbito da emissão de parecer sobre pedidos de **aquisição da nacionalidade portuguesa**, destacam-se os nacionais dos países de língua oficial portuguesa, com destaque para Cabo Verde e Brasil, surgindo, porém, a República Moldava com valores próximos da Guiné-Bissau e de Angola.

No **domínio internacional**, para além da participação na consolidação da **política comum** de imigração e asilo da UE, o SEF interveio activamente na **cooperação operacional** europeia e internacional, bem como nos processos de **diálogo sobre migrações** com países terceiros.

Nesta vertente, foi dada particular atenção ao acompanhamento da política comum de imigração e asilo, expresso na participação em 288 reuniões no âmbito da **União Europeia** e de 149 participações no âmbito de diversas iniciativas internacionais **extra União Europeia**, relativos às temáticas de Asilo, Fronteiras, Migrações, Documentação de Segurança, Tráfico de Seres Humanos e Cooperação Policial. Na área extra União Europeia registou-se um acréscimo de 40 % face às participações do ano de 2007. Pelo seu significado, sobressai a participação do SEF no Diálogo sobre o Mediterrâneo Ocidental (Diálogo 5 + 5), sendo que no ano de 2008 Portugal deteve a presidência do **Diálogo 5 + 5 – Migrações**.

Destaque para a intensa participação do SEF no âmbito da partilha de responsabilidades relativas ao **controlo das fronteiras externas da União Europeia**, designadamente integrando activamente nas **operações** e participando nas demais actividades da **Agência Europeia FRONTEX**.

A presença em **organismos e missões internacionais**, durante o ano de 2008 teve como principais destaques missões na Moldávia e a Ucrânia, em Timor Leste e na Agência Europeia FRONTEX, em Varsóvia.

A **cooperação internacional** teve particular incidência com os PALOP, Brasil, países da União Europeia (em particular Espanha), Ucrânia e Estados Unidos, para além de variadíssimas visitas e contactos com entidades e serviços congéneres de um conjunto alargado de países. Nota para a **formação** e assistência aos Serviços congéneres dos PALOP. Neste âmbito, deve ainda sublinhar-se o envolvimento do SEF nas **Parcerias para a Mobilidade**, entre a União Europeia e alguns Estados Membros com Cabo Verde e Moldávia.

Ao nível da cooperação, no domínio das **novas tecnologias** associadas à documentação de segurança, sobressai o processo de desenvolvimento do **passaporte electrónico de Cabo Verde** e o início da emissão do **novo passaporte são-tomense**, de acordo com as novas regras ICAO, na sequência da implementação de um **sistema de emissão de passaporte** em **São Tomé e Príncipe**.

No decurso do período em referência, o SEF organizou ou participou num conjunto diversificado de **eventos** na área da imigração e temáticas a ela associadas, sendo de destacar, a título de exemplo, o lançamento da publicação **“O SEF e os novos desafios das Migrações”**, o encerramento a Campanha contra o **Tráfico de Seres Humanos “Não estás à venda”**(2007-2008) e o Seminário Europeu sobre Retorno Voluntário.

Em 2008 o SEF acolheu diversas visitas de **delegações estrangeiras**, designadamente de Angola, Espanha, República Democrática do Congo (RDC), Bélgica, Jordânia, Tunísia, Albânia, Macau, Coreia, Finlândia, Bélgica, EUA, Suécia, Republica Checa e Alemanha.

III

Na **vertente legislativa**, no decurso de 2008 registaram-se desenvolvimentos significativos no domínio da legislação dedicada à imigração e asilo. O acto legislativo mais relevante foi a **Lei de Asilo** (Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho), que consagra o regime legal de concessão de asilo ou protecção subsidiária, bem como os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2004/83/CE, do Conselho, de 29 de Abril, e 2005/85/CE, do Conselho, de 1 de Dezembro.

Por outro lado, no âmbito da nova Lei de Estrangeiros (**Lei 23/2007**, de 4 de Julho), em 2008 foi aprovado um acervo alargado de **Portarias**, que concretizam o regime legal vertido naquela lei e no seu diploma regulamentar (Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro).

Ainda neste contexto uma nota para os **Decretos Regulamentares Regionais** referentes à atribuição, ao nível das Regiões Autónomas, das competências em matéria de emprego e trabalho para a admissão de cidadãos estrangeiros, nos termos do artigo 219.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho (Decreto Legislativo Regional n.º 30/2008/A, de 25 de Julho e Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/M, de 18 de Fevereiro)

Pelo seu significado, não pode deixar de sublinhar-se a Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2008, de 15 de Fevereiro, definidora do **contingente global indicativo de oportunidades de emprego**, e a Portaria n.º 1042/2008, de 15 de Setembro, que reconhece aos requerentes de **asilo** ou de protecção subsidiária e suas famílias o **acesso ao Serviço Nacional de Saúde**.

Deve ainda sublinhar-se a aprovação da **Lei de Segurança Interna** (Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto) e da Lei de **Organização da Investigação Criminal** (Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto).

Ao nível das medidas técnicas e administrativas, em 2008 foi dada continuidade a um conjunto de projectos estruturantes, tendentes à **renovação tecnológica e ao reforço da qualidade dos serviços**. Pela sua relevância nacional destaca-se a concepção, desenvolvimento e produção do novo **título de residência electrónico (eTR)**, projecto de importância estratégica para o SEF e com efeitos significativos em termos da segurança documental.

Deve ainda sublinhar-se a criação do **Portal SIBA** (Sistema de Informação de Boletins de Alojamento), que agiliza o cumprimento das obrigações legais de comunicação de alojamento de estrangeiros pelos estabelecimentos hoteleiros e similares, inserido no SIMPLEX do MAI. Foi adoptado o **Sistema de Informação Inteligente ao Cidadão**, ferramenta de apoio ao cidadão, que facilita a compreensão sobre o regime de entrada e permanência em Portugal, projecto exibido na Mostra Portugal Tecnológico 2008. O arranque da **Legispédia-SEF**, dedicada à divulgação da Lei de Estrangeiros na Internet, foi também um aspecto digno de nota em termos de informação ao público. A criação do Sistema de Informação e Gestão Automatizada de Processos do SEF (**SIGAP-SEF**) constituiu outra iniciativa relevante para a melhoria das condições de atendimento ao público.

Ao nível do controlo e segurança nas fronteiras externas, o **Sistema RAPID** (Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Documentalmente) foi alargado a todos os postos de fronteira aérea e introduzido no **Sistema de Controlo de Fronteiras (SCF)** a consulta automática à base de dados da Interpol.

Na vertente documental, procedeu-se ao desenvolvimento e teste da **segunda geração do Passaporte Electrónico Português (PEP)**. No quadro do novo

Sistema europeu de Informação de Vistos (VIS), o SEF criou o **Sistema de Emissão Electrónica de Parecer Prévio**, para concessão de vistos consulares, e desenvolveu a componente de *software* do **Sistema de Recolha de Dados Biométricos** para os serviços consulares.

Cabe ainda sublinhar os efeitos duradouros do **projecto *SiSone4ALL***, que em 2008, permitiu que a Suíça reunisse os pressupostos para adesão ao Espaço Schengen, tal como sucedera no caso dos Estados membros do alargamento.

Numa vertente operacional, deve destacar-se o arranque do processo de criação dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (**CCPA**). Na vertente da **melhoria das condições de atendimento ao público**, realce para o novo Posto Desconcentrado de Atendimento do SEF na **Reboleira** e para as novas instalações para as Delegações Regionais de **Castelo Branco, Guarda, Viseu e Portimão**.

Ao nível das **campanhas de informação**, para além da já referida campanha contra o tráfico de seres humanos **"Não estás à venda"**, sublinha-se a relevância da campanha de informação e esclarecimento sobre o direito à educação e **legalização de menores em idade escolar** e a campanha de sensibilização sobre as **vantagens da titularidade de Passaporte Electrónico**.

No ano em análise foram nomeados novos **oficiais de ligação de imigração** em **Moscovo e Luanda** e a **Comissão Europeia** aprovou o projecto de financiamento comunitário para a colocação de oficiais de ligação de imigração em **Moçambique e S. Tomé e Príncipe**.

No desenvolvimento da cooperação com outras entidades, em 2008 o SEF celebrou um conjunto diversificado de **Protocolos**, destacando-se, o do **Instituto de Informática, I.P.**, e **Instituto da Segurança Social, IP**, relativo ao tratamento automatizado de dados de carácter pessoal; da **Ordem Hospitaleira de S. João de Deus**, para a criação de um centro de instalação temporária; o do Instituto de Turismo de Portugal, I.P. (ITP) e Associação Nacional de Freguesias (**ANAFRE**) e Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (**FCMP**), para promoção do Portal SIBA.

IV

Em 2008 a **qualificação dos recursos humanos** constituiu uma prioridade, tendo sido ministrado um total de **71 cursos**, correspondentes a cerca de 350 acções de formação, representando um rácio de 1,92 acções por funcionário do SEF.

Realce para a formação promovida no contexto de novos instrumentos legais relevantes, nomeadamente o Código das Fronteiras Schengen, Código Penal e Código Processo Penal, Direito Disciplinar; Lei de Organização de Investigação Criminal, Lei de Segurança Interna, Código de Contratação Pública e Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações. Saliente-se ainda a implementação de um **programa nacional para a prática de educação física**.

Em termos de **formação externa**, no decurso de 2008 foi ministrada formação a um conjunto alargado de entidades, salientando-se a Formação PEP, visando os funcionários dos Governos Cívicos e da Região Autónoma dos Açores.

Na vertente da formação na área **internacional**, destaca-se a formação aos Serviços congéneres dos PALOP. Neste âmbito, o curso de formação de

formadores emerge como uma etapa essencial do **novo modelo de cooperação** adoptado pelo **SEF** para os **PALOP**.

No âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), tal como melhor abordado no **Relatório de Actividades do SEF de 2008**, evidencia-se um **elevado cumprimento dos objectivos** definidos, os quais concorrem com os resultados atingidos ao nível da restante actuação do Serviço.

Em síntese, os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pelo SEF em 2008 foram francamente positivos, quer na vertente operacional, quer ao nível das áreas de suporte. Através do contributo decisivo dos recursos humanos e da aposta na renovação tecnológica, o SEF contribuiu de forma efectiva e determinante no reforço da segurança interna, promovendo a eficiência do serviço público e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos.



ANEXOS



ANEXO I

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo		TOTAL NACIONAL			Distrito																	
					AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO					
		Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's			
TOTAL (Distritos)	HM	440277	436020	4257	13893	13811	82	5377	4992	385	9365	9308	57	1679	1640	39	2880	2845	35			
	H	230566	228300	2266	7318	7266	52	2941	2678	263	4946	4911	35	856	828	28	1515	1490	25			
	M	209711	207720	1991	6575	6545	30	2436	2314	122	4419	4397	22	823	812	11	1365	1355	10			
EUROPA	HM	167790	166029	1761	6401	6361	40	3391	3012	379	4444	4413	31	764	738	26	1359	1326	33			
	H	92308	91248	1060	3598	3572	26	1867	1606	261	2591	2566	25	434	419	15	751	726	25			
	M	75482	74781	701	2803	2789	14	1524	1406	118	1853	1847	6	330	319	11	608	600	8			
UE (União Europeia)	TOTAL ZONA	HM	84731	83096	1635	1926	1893	33	2292	1938	354	1979	1948	31	414	388	26	624	591	33		
	H	45703	44715	988	1060	1037	23	1256	1005	251	1103	1078	25	223	208	15	335	310	25			
	M	39028	38381	647	866	856	10	1036	933	103	876	870	6	191	180	11	289	281	8			
Alemanha	HM	8187	8187		147	147		330	330		176	176		9	9		63	63				
	H	4223	4223		77	77		176	176		104	104		5	5		31	31				
	M	3964	3964		70	70		154	154		72	72		4	4		32	32				
Áustria	HM	422	422		9	9		10	10		13	13					1	1				
	H	221	221		5	5		4	4		9	9										
	M	201	201		4	4		6	6		4	4					1	1				
Bélgica	HM	1560	1560		20	20		39	39		36	36		3	3		8	8				
	H	805	805		13	13		20	20		22	22		1	1		4	4				
	M	755	755		7	7		19	19		14	14		2	2		4	4				
Bulgária	HM	6456	6165	291	268	259	9	653	527	126	44	42	2	40	32	8	73	72	1			
	H	3641	3479	162	206	200	6	297	223	74	23	21	2	21	16	5	42	41	1			
	M	2815	2686	129	62	59	3	356	304	52	21	21		19	16	3	31	31				
Chipre	HM	8	8											1	1							
	H	4	4											1	1							
	M	4	4																			
Dinamarca	HM	432	432		19	19		13	13		9	9										
	H	235	235		13	13		10	10		7	7										
	M	197	197		6	6		3	3		2	2										
Eslováquia	HM	173	173		7	7		31	31													
	H	70	70		1	1		21	21													
	M	103	103		6	6		10	10													
Eslovénia	HM	44	44					2	2		2	2					1	1				
	H	12	12					1	1													
	M	32	32					1	1		2	2					1	1				
Espanha	HM	7220	7220		304	304		69	69		274	274		156	156		54	54				
	H	3681	3681		119	119		41	41		159	159		93	93		23	23				
	M	3539	3539		185	185		28	28		115	115		63	63		31	31				
Estónia	HM	79	79		8	8		1	1													
	H	12	12		2	2																
	M	67	67		6	6		1	1													
Finlândia	HM	354	354		8	8		2	2		8	8										
	H	158	158		3	3					3	3										
	M	196	196		5	5		2	2		5	5										

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				TOTAL NACIONAL			Distrito														
							AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		França	HM	4576	4576		241	241		33	33		230	230		39	39		71	71	
			H	2329	2329		124	124		13	13		121	121		15	15		32	32	
			M	2247	2247		117	117		20	20		109	109		24	24		39	39	
		Grécia	HM	139	139		7	7					9	9							
			H	67	67		3	3					3	3							
			M	72	72		4	4					6	6							
		Holanda	HM	4364	4364		54	54		166	166		72	72		2	2		17	17	
			H	2318	2318		32	32		89	89		47	47		1	1		7	7	
			M	2046	2046		22	22		77	77		25	25		1	1		10	10	
		Hungria	HM	333	333		20	20		1	1		8	8		2	2		3	3	
			H	97	97		3	3					3	3		1	1				
			M	236	236		17	17		1	1		5	5		1	1		3	3	
		Irlanda	HM	616	616		8	8		9	9		7	7					2	2	
			H	309	309		7	7		3	3		5	5					1	1	
			M	307	307		1	1		6	6		2	2					1	1	
		Itália	HM	3915	3915		144	144		30	30		114	114		22	22		16	16	
			H	2471	2471		93	93		24	24		73	73		14	14		11	11	
			M	1444	1444		51	51		6	6		41	41		8	8		5	5	
		Letónia	HM	240	240		19	19		8	8		6	6		2	2		2	2	
			H	76	76		7	7		4	4		2	2		1	1				
			M	164	164		12	12		4	4		4	4		1	1		2	2	
		Lituânia	HM	505	505		72	72		5	5		22	22		1	1		5	5	
			H	216	216		28	28		3	3		10	10					3	3	
			M	289	289		44	44		2	2		12	12		1	1		2	2	
		Luxemburgo	HM	124	124		9	9		1	1		5	5		2	2				
			H	70	70		4	4		1	1		2	2							
			M	54	54		5	5					3	3		2	2				
		Malta	HM	17	17					1	1										
			H	8	8																
			M	9	9					1	1										
		Polónia	HM	925	925		38	38		12	12		20	20		4	4		12	12	
			H	339	339		19	19		5	5		7	7		2	2		7	7	
			M	586	586		19	19		7	7		13	13		2	2		5	5	
		Reino Unido	HM	15371	15371		82	82		144	144		102	102		14	14		62	62	
			H	7904	7904		51	51		77	77		57	57		8	8		40	40	
			M	7467	7467		31	31		67	67		45	45		6	6		22	22	
		República Checa	HM	203	203		10	10		7	7		3	3		6	6		1	1	
			H	62	62		2	2		1	1					1	1				
			M	141	141		8	8		6	6		3	3		5	5		1	1	
		Roménia	HM	27769	26425	1344	427	403	24	713	485	228	812	783	29	111	93	18	228	196	32
			H	16028	15202	826	245	228	17	461	284	177	441	418	23	59	49	10	132	108	24
			M	11741	11223	518	182	175	7	252	201	51	371	365	6	52	44	8	96	88	8
		Suécia	HM	699	699		5	5		12	12		7	7					5	5	
			H	347	347		3	3		5	5		5	5					2	2	
			M	352	352		2	2		7	7		2	2					3	3	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo			TOTAL NACIONAL			Distrito															
						AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO			
			Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	
EEE (não UE)	TOTAL ZONA	HM	410	410		9	9		3	3		11	11					1	1		
		H	221	221		7	7		2	2		8	8					1	1		
		M	189	189		2	2		1	1		3	3								
		Islândia	HM	31	31		3	3					1	1					1	1	
			H	13	13		2	2											1	1	
			M	18	18		1	1					1	1							
		Liechtenstein	HM	4	4																
			H	3	3																
			M	1	1																
		Noruega	HM	375	375		6	6		3	3		10	10							
			H	205	205		5	5		2	2		8	8							
			M	170	170		1	1		1	1		2	2							
	TOTAL ZONA	HM	1011	1011		28	28		37	37		25	25		2	2		29	29		
		H	549	549		11	11		18	18		15	15		1	1		15	15		
		M	462	462		17	17		19	19		10	10		1	1		14	14		
		Suíça	HM	1011	1011		28	28		37	37		25	25		2	2		29	29	
			H	549	549		11	11		18	18		15	15		1	1		15	15	
			M	462	462		17	17		19	19		10	10		1	1		14	14	
	Europa Central e Oriental	TOTAL ZONA	HM	81350	81226	124	4426	4419	7	1057	1032	25	2394	2394		335	335		705	705	
			H	45662	45591	71	2513	2510	3	589	579	10	1447	1447		203	203		400	400	
			M	35688	35635	53	1913	1909	4	468	453	15	947	947		132	132		305	305	
		Albânia	HM	53	51	2	1	1					2	2		1	1				
			H	26	26								1	1		1	1				
			M	27	25	2	1	1					1	1							
Bielorrússia		HM	1016	1014	2	167	165	2	9	9		28	28		3	3		1	1		
		H	485	484	1	93	92	1	5	5		14	14		1	1		1	1		
		M	531	530	1	74	73	1	4	4		14	14		2	2					
Bósnia e Herzegovina		HM	50	50		3	3					3	3		1	1		3	3		
		H	12	12											1	1		1	1		
		M	38	38		3	3					3	3					2	2		
Croácia		HM	80	78	2	1	1		1	1		3	3								
		H	28	27	1							1	1								
		M	52	51	1	1	1		1	1		2	2								
Kosovo		HM	1	1																	
		H	1	1																	
		M																			
Macedónia		HM	19	19		4	4														
		H	10	10		3	3														
		M	9	9		1	1														
Moldávia		HM	21147	21067	80	479	478	1	308	289	19	186	186		110	110		66	66		
		H	12166	12124	42	271	270	1	171	165	6	112	112		63	63		35	35		
		M	8981	8943	38	208	208		137	124	13	74	74		47	47		31	31		
Montenegro		HM	9	9																	
		H	6	6																	
		M	3	3																	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				TOTAL NACIONAL			Distrito															
							AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO			
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	
		Rússia	HM	6194	6181	13	610	607	3	63	63		208	208		17	17		29	29		
			H	2712	2703	9	289	288	1	31	31		100	100		8	8		13	13		
			M	3482	3478	4	321	319	2	32	32		108	108		9	9		16	16		
		Sérvia	HM	287	284	3	14	14					13	13		2	2					
			H	146	143	3	5	5					8	8		1	1					
			M	141	141		9	9					5	5		1	1					
		Ucrânia	HM	52494	52472	22	3147	3146	1	676	670	6	1951	1951		201	201		606	606		
			H	30070	30055	15	1852	1852		382	378	4	1211	1211		128	128		350	350		
			M	22424	22417	7	1295	1294	1	294	292	2	740	740		73	73		256	256		
		Outros da Europa	TOTAL ZONA	HM	288	286	2	12	12		2	2		35	35		13	13				
				H	173	172	1	7	7		2	2		18	18		7	7				
				M	115	114	1	5	5					17	17		6	6				
	Andorra		HM	2	2											1	1					
			H	1	1											1	1					
			M	1	1																	
	Turquia		HM	286	284	2	12	12		2	2		35	35		12	12					
			H	172	171	1	7	7		2	2		18	18		6	6					
			M	114	113	1	5	5					17	17		6	6					
	ÁFRICA		TOTAL ZONA	HM	127476	125671	1805	1680	1670	10	411	410	1	1254	1246	8	212	211	1	469	468	1
				H	66512	65686	826	922	915	7	234	233	1	640	637	3	106	105	1	247	247	
				M	60964	59985	979	758	755	3	177	177		614	609	5	106	106		222	221	1
África do Sul			HM	597	597		29	29		3	3		4	4					5	5		
			H	247	247		10	10		1	1								3	3		
			M	350	350		19	19		2	2		4	4					2	2		
Angola			HM	27619	27307	312	430	426	4	45	45		322	321	1	54	54		82	82		
			H	13703	13565	138	207	204	3	22	22		147	146	1	19	19		37	37		
			M	13916	13742	174	223	222	1	23	23		175	175		35	35		45	45		
Argélia			HM	224	223	1	11	11		13	13		6	6		1	1		1	1		
			H	170	169	1	8	8		12	12		4	4		1	1		1	1		
			M	54	54		3	3		1	1		2	2								
Benin			HM	35	35		1	1														
			H	33	33		1	1														
			M	2	2																	
Botswana			HM	5	5		1	1														
			H	3	3																	
			M	2	2		1	1														
Burkina-Faso			HM	14	14																	
			H	10	10																	
			M	4	4																	
Burundi			HM	1	1																	
			H	1	1																	
				M																		

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				TOTAL NACIONAL			Distrito													
							AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO	
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's
	Cabo Verde	HM	51353	50887	466	306	305	1	217	217		415	410	5	78	78		253	252	1
		H	24618	24428	190	156	155	1	105	105		186	185	1	39	39		135	135	
		M	26735	26459	276	150	150		112	112		229	225	4	39	39		118	117	1
	Camarões	HM	72	72		1	1					4	4							
		H	48	48		1	1					3	3							
		M	24	24								1	1							
	Chade	HM	1	1																
		H																		
		M	1	1																
	Comores	HM	2	2																
		H	1	1																
		M	1	1																
	Congo	HM	131	131		3	3					1	1							
		H	62	62								1	1							
		M	69	69		3	3													
	Congo (República Democrática)	HM	210	210		7	7					7	7					4	4	
		H	118	118		5	5					5	5					2	2	
		M	92	92		2	2					2	2					2	2	
	Costa do Marfim	HM	123	122	1	3	3					5	5					2	2	
		H	91	90	1	3	3					2	2					1	1	
		M	32	32								3	3					1	1	
	Egipto	HM	409	407	2	3	3		4	4		4	4					1	1	1
		H	358	356	2	3	3		4	4		4	4					1	1	
		M	51	51																
	Eritreia	HM	2	2																
		H	2	2																
		M																		
	Etiópia	HM	27	27		10	10					2	2					1	1	
		H	17	17		7	7					1	1							
		M	10	10		3	3					1	1					1	1	
	Gabão	HM	12	12								1	1							
		H	6	6																
		M	6	6								1	1							
	Gâmbia	HM	116	116								1	1							
		H	97	97																
		M	19	19								1	1							
	Gana	HM	213	212	1	4	4					1	1					1	1	
		H	153	152	1	3	3					1	1					1	1	
		M	60	60		1	1													
	Guiné	HM	1851	1848	3	2	2		11	11		4	4							
		H	1491	1489	2	2	2		10	10		4	4							
		M	360	359	1				1	1										
	Guiné Bissau	HM	24390	23842	548	426	424	2	45	45		190	188	2	17	17		31	31	
		H	14928	14662	266	248	246	2	37	37		111	110	1	14	14		19	19	
		M	9462	9180	282	178	178		8	8		79	78	1	3	3		12	12	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				TOTAL NACIONAL			Distrito														
							AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Guiné Equatorial	HM	12	11	1															
			H	6	5	1															
			M	6	6																
		Lesoto	HM	2	2		1	1													
			H	2	2		1	1													
			M																		
		Libéria	HM	29	29																
			H	27	27																
			M	2	2																
		Líbia	HM	24	4	20															
			H	23	3	20															
			M	1	1																
		Madagáscar	HM	16	16		1	1													
			H	9	9		1	1													
			M	7	7																
		Malawi	HM	6	6																
			H	1	1																
			M	5	5																
		Mali	HM	108	108								1	1		1	1		1	1	
			H	98	98								1	1		1	1		1	1	
			M	10	10																
		Marrocos	HM	1870	1850	20	121	121		34	34		60	60		12	12		19	19	
			H	1226	1220	6	88	88		23	23		47	47		9	9		8	8	
			M	644	630	14	33	33		11	11		13	13		3	3		11	11	
		Maurícias (Ilhas)	HM	7	7																
			H	3	3																
			M	4	4																
		Mauritânia	HM	41	41		1	1													
			H	33	33		1	1													
			M	8	8																
		Moçambique	HM	3372	3347	25	69	69		25	24	1	108	108		6	6		20	20	
			H	1444	1434	10	35	35		11	10	1	60	60		1	1		9	9	
			M	1928	1913	15	34	34		14	14		48	48		5	5		11	11	
		Namíbia	HM	12	12																
			H	5	5																
			M	7	7																
		Níger	HM	2	2																
			H																		
			M	2	2																
		Nigéria	HM	281	278	3	9	9		1	1		8	8		1	1		1	1	
			H	181	179	2	8	8		1	1		4	4					1	1	
			M	100	99	1	1	1					4	4		1	1				
		Quênia	HM	60	54	6				1	1					4	4				
			H	29	27	2															
			M	31	27	4				1	1					4	4				

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				TOTAL NACIONAL			Distrito														
							AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO		
							Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		República Centro Africana	HM	5	5					1	1										
			H	1	1																
			M	4	4					1	1										
		Ruanda	HM	20	20								1	1					1	1	
			H	9	9																
			M	11	11								1	1					1	1	
		São Tomé e Príncipe	HM	11726	11402	324	207	204	3	7	7		55	55		37	36	1	41	41	
			H	5325	5210	115	114	113	1	4	4		23	23		21	20	1	24	24	
			M	6401	6192	209	93	91	2	3	3		32	32		16	16		17	17	
		Senegal	HM	2073	2004	69	19	19		4	4		37	37					3	3	
			H	1676	1610	66	10	10		4	4		26	26					2	2	
			M	397	394	3	9	9					11	11					1	1	
		Serra Leoa	HM	54	54		5	5					2	2							
			H	45	45		3	3					2	2							
			M	9	9		2	2													
		Seychelles	HM	2	2																
			H	1	1																
			M	1	1																
		Somália	HM	1	1																
			H	1	1																
			M																		
		Suazilândia	HM	10	10								1	1							
			H	3	3																
			M	7	7								1	1							
		Sudão	HM	7	7																
			H	3	3																
			M	4	4																
		Tanzânia	HM	63	62	1															
			H	30	29	1															
			M	33	33																
		Togo	HM	83	82	1							3	3							
			H	57	56	1							1	1							
			M	26	26								2	2							
		Tunísia	HM	123	122	1	8	8					7	7					2	2	
			H	93	92	1	7	7					4	4					2	2	
			M	30	30		1	1					3	3							
		Uganda	HM	12	12								1	1							
			H	5	5								1	1							
			M	7	7																
		Zâmbia	HM	9	9								2	2							
			H	4	4								2	2							
			M	5	5																
		Zimbabwe	HM	39	39		2	2					1	1		1	1				
			H	15	15											1	1				
			M	24	24		2	2					1	1							

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo			TOTAL NACIONAL			Distrito														
						AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO		
			Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
AMÉRICA	TOTAL ZONA	HM	116067	115545	522	4657	4638	19	1256	1256		2910	2897	13	461	449	12	734	733	1
		H	53825	53537	288	2139	2131	8	641	641		1277	1271	6	175	163	12	295	295	
		M	62242	62008	234	2518	2507	11	615	615		1633	1626	7	286	286		439	438	1
	Argentina	HM	474	467	7	10	10		5	5		13	13		2	2		5	4	1
		H	245	242	3	3	3		3	3		4	4		1	1		1	1	
		M	229	225	4	7	7		2	2		9	9		1	1		4	3	1
	Bahamas	HM	1	1																
		H	1	1																
		M																		
	Barbados	HM	5	5																
		H																		
		M	5	5																
	Belize	HM	1	1																
		H																		
		M	1	1																
	Bermudas	HM	8	8																
		H	5	5																
		M	3	3																
	Bolívia	HM	107	106	1	7	7		9	9										
		H	32	31	1	3	3		4	4										
		M	75	75		4	4		5	5										
	Brasil	HM	106961	106704	257	3420	3404	16	1187	1187		2605	2594	11	435	423	12	684	684	
		H	49467	49345	122	1518	1511	7	602	602		1149	1143	6	161	149	12	277	277	
		M	57494	57359	135	1902	1893	9	585	585		1456	1451	5	274	274		407	407	
	Canadá	HM	785	716	69	46	46		15	15		19	19		3	3		8	8	
		H	436	402	34	27	27		13	13		14	14		3	3		5	5	
		M	349	314	35	19	19		2	2		5	5					3	3	
	Chile	HM	177	176	1	8	8		1	1		5	5					1	1	
		H	86	85	1	5	5		1	1		4	4					1	1	
		M	91	91		3	3					1	1							
	Colômbia	HM	591	580	11	48	48		8	8		46	46		9	9		4	4	
		H	190	181	9	9	9		3	3		12	12		2	2		1	1	
		M	401	399	2	39	39		5	5		34	34		7	7		3	3	
	Costa Rica	HM	19	19		1	1													
		H	10	10																
		M	9	9		1	1													
	Cuba	HM	802	800	2	62	62		5	5		42	42		4	4		3	3	
		H	356	356		35	35		3	3		18	18		4	4		2	2	
		M	446	444	2	27	27		2	2		24	24					1	1	
	Dominica	HM	13	13		1	1					2	2							
		H	3	3								1	1							
		M	10	10		1	1					1	1							

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				TOTAL NACIONAL			Distrito														
							AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		El Salvador	HM	21	21		4	4													
			H	7	7																
			M	14	14		4	4													
		Equador	HM	503	501	2	39	39		2	2		10	9	1	3	3		2	2	
			H	247	246	1	19	19		2	2		4	4		1	1		1	1	
			M	256	255	1	20	20					6	5	1	2	2		1	1	
		Estados Unidos da América	HM	2373	2228	145	193	193		9	9		56	56					15	15	
			H	1273	1166	107	110	110		2	2		33	33					7	7	
			M	1100	1062	38	83	83		7	7		23	23					8	8	
		Granada	HM	3	3		1	1													
			H	1	1																
			M	2	2		1	1													
		Guatemala	HM	25	22	3	1	1					1	1							
			H	11	11		1	1													
			M	14	11	3							1	1							
		Guiana	HM	4	4					1	1										
			H	3	3					1	1										
			M	1	1																
		Haiti	HM	1	1																
			H																		
			M	1	1																
		Honduras	HM	15	15		1	1		4	4		1	1							
			H	3	3					1	1										
			M	12	12		1	1		3	3		1	1							
		Jamaica	HM	15	15		5	5													
			H	7	7		3	3													
			M	8	8		2	2													
		México	HM	245	228	17	15	13	2	3	3		19	18	1				1	1	
			H	108	101	7	8	8		2	2		8	8							
			M	137	127	10	7	5	2	1	1		11	10	1				1	1	
		Nicarágua	HM	12	12																
			H	3	3																
			M	9	9																
		Panamá	HM	33	32	1	1	1					1	1							
			H	12	11	1	1	1													
			M	21	21								1	1							
		Paraguai	HM	47	46	1	2	2		1	1		2	2							
			H	14	14								1	1							
			M	33	32	1	2	2		1	1		1	1							
		Peru	HM	260	260		23	23		1	1		12	12					4	4	
			H	100	100		9	9					7	7							
			M	160	160		14	14		1	1		5	5					4	4	
		República Dominicana	HM	64	62	2	6	6					3	3							
			H	22	22																
			M	42	40	2	6	6					3	3							

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				TOTAL NACIONAL			Distrito													
							AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO	
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's
		São Vicente e Granadinas	HM	3	3															
			H	3	3															
			M																	
		Suriname	HM	5	5															
			H	2	2															
			M	3	3															
		Trindade e Tobago	HM	4	4															
			H	2	2															
			M	2	2															
	Uruguai	HM	126	125	1	13	12	1	4	4		5	5							
		H	67	66	1	7	6	1	3	3		3	3							
		M	59	59		6	6		1	1		2	2							
	Venezuela	HM	2364	2362	2	750	750		1	1		68	68		5	5		7	7	
		H	1109	1108	1	381	381		1	1		19	19		3	3				
		M	1255	1254	1	369	369					49	49		2	2		7	7	
ASIA		TOTAL ZONA		HM	28588	28425	163	1136	1123	13	307	302	5	752	747	5	241	241	316	316
				H	17746	17656	90	647	636	11	194	193	1	435	434	1	141	141	221	221
				M	10842	10769	73	489	487	2	113	109	4	317	313	4	100	100	95	95
		Afganistão	HM	1	1															
			H	1	1															
			M																	
		Arábia Saudita	HM	15	15															
			H	8	8															
			M	7	7															
		Arménia	HM	88	87	1														
			H	50	49	1														
			M	38	38															
	Azerbaijão	HM	23	23		1	1		2	2										
		H	12	12					1	1										
		M	11	11		1	1		1	1										
	Bangladesh	HM	1577	1576	1	11	10	1	4	4		41	41					32	32	
		H	1157	1156	1	9	8	1	4	4		24	24					20	20	
		M	420	420		2	2					17	17					12	12	
	Butão	HM	1	1																
		H	1	1																
		M																		
	Cazaquistão	HM	740	740		272	272		7	7		19	19		75	75		9	9	
		H	367	367		147	147		1	1		10	10		45	45		4	4	
		M	373	373		125	125		6	6		9	9		30	30		5	5	
	China	HM	13331	13313	18	574	573	1	124	124		493	492	1	144	144		119	119	
		H	7101	7090	11	298	298		64	64		257	257		75	75		69	69	
		M	6230	6223	7	276	275	1	60	60		236	235	1	69	69		50	50	
	Coreia do Norte	HM	3	3																
		H																		
		M	3	3																

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				TOTAL NACIONAL			Distrito														
							AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Coreia do Sul	HM	131	126	5							1	1					1	1	
			H	59	58	1															
			M	72	68	4						1	1					1	1		
		Emiratos Árabes Unidos	HM	1	1																
			H	1	1																
			M																		
		Filipinas	HM	475	467	8	9	9		5	4	1	1	1							
			H	90	89	1															
			M	385	378	7	9	9		5	4	1	1	1							
		Geórgia	HM	1128	1127	1	49	49		27	27		57	57		5	5		1	1	
			H	829	828	1	41	41		16	16		44	44		5	5		1	1	
			M	299	299		8	8		11	11		13	13							
		Hong-Kong	HM	16	16																
			H	6	6																
			M	10	10																
		Iémen	HM	3	3														1	1	
			H	3	3														1	1	
			M																		
		Índia	HM	5519	5457	62	75	66	9	6	5	1	33	33		10	10		118	118	
			H	4249	4202	47	46	37	9	5	5		25	25		10	10		105	105	
			M	1270	1255	15	29	29		1		1	8	8					13	13	
		Indonésia	HM	53	53		3	3					1	1							
			H	27	27		1	1					1	1							
			M	26	26		2	2													
		Irão	HM	177	176	1	10	10					6	6							
			H	91	90	1	6	6					3	3							
			M	86	86		4	4					3	3							
		Iraque	HM	30	30		1	1													
			H	18	18		1	1													
			M	12	12																
		Israel	HM	72	66	6				6	3	3	2	2					4	4	
			H	38	35	3				3	2	1							2	2	
			M	34	31	3				3	1	2	2	2					2	2	
		Japão	HM	383	361	22	11	9	2	1	1		7	7							
			H	171	161	10	4	3	1				4	4							
			M	212	200	12	7	6	1	1	1		3	3							
		Jordânia	HM	34	34		4	4		1	1										
			H	21	21		2	2		1	1										
			M	13	13		2	2													
		Kuwait	HM	2	2																
			H	1	1																
			M	1	1																
		Laos	HM	3	3																
			H																		
			M	3	3																

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				TOTAL NACIONAL			Distrito													
							AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO	
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's
		Libano	HM	57	57		3	3		1	1		2	2						
			H	38	38		3	3					1	1						
			M	19	19					1	1		1	1						
		Malásia	HM	33	33		1	1												
			H	13	13		1	1												
			M	20	20															
		Mongólia	HM	15	13	2														
			H	6	6															
			M	9	7	2														
		Myanmar (Birmânia)	HM	2	2															
			H	1	1															
			M	1	1															
		Nepal	HM	560	560					2	2		2	2					1	1
			H	390	390					2	2		2	2					1	1
			M	170	170															
		Oman	HM	2	2															
			H	2	2															
			M																	
		Palestina	HM	23	23															
			H	16	16															
			M	7	7															
		Paquistão	HM	2736	2729	7	23	23		6	6		7	7		5	5		16	16
			H	2138	2131	7	22	22		6	6		7	7		5	5		12	12
			M	598	598		1	1											4	4
		Quirguistão	HM	55	53	2	3	3					5	5					4	4
			H	33	31	2	2	2					5	5					2	2
			M	22	22		1	1											2	2
		Singapura	HM	13	13		1	1											1	1
			H	2	2		1	1												
			M	11	11														1	1
		Síria	HM	24	24		1	1												
			H	13	13		1	1												
			M	11	11															
		Sri Lanka	HM	16	16								1	1					1	1
			H	11	11								1	1					1	1
			M	5	5															
		Tailândia	HM	278	277	1	4	4		114	114		3	3					2	2
			H	139	139		1	1		91	91		1	1						
			M	139	138	1	3	3		23	23		2	2					2	2
		Taiwan	HM	18	16	2							1	1						
			H	9	7	2														
			M	9	9								1	1						
		Tajiquistão	HM	1	1															
			H	1	1															
			M																	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				TOTAL NACIONAL			Distrito														
							AVEIRO			BEJA			BRAGA			BRAGANÇA			CASTELO BRANCO		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Timor Leste	HM	77	53	24	3	3		1	1		16	12	4				1	1	
			H	35	33	2	2	2					11	10	1				1	1	
			M	42	20	22	1	1		1	1		5	2	3						
		Turquemenistão	HM	3	3																
			H	2	2																
			M	1	1																
		Uzbequistão	HM	851	851		75	75					54	54		2	2		5	5	
			H	587	587		57	57					39	39		1	1		2	2	
			M	264	264		18	18					15	15		1	1		3	3	
		Vietname	HM	18	18		2	2													
			H	9	9		2	2													
			M	9	9																
OCEÂNIA		TOTAL ZONA	HM	270	264	6	16	16		12	12		5	5		1	1		2	2	
			H	127	125	2	9	9		5	5		3	3					1	1	
			M	143	139	4	7	7		7	7		2	2		1	1		1	1	
		Austrália	HM	230	224	6	15	15		10	10		5	5		1	1		1	1	
			H	115	113	2	8	8		4	4		3	3					1	1	
			M	115	111	4	7	7		6	6		2	2		1	1				
		Fidji (Ilhas)	HM	3	3																
			H	1	1																
			M	2	2																
		Nauru	HM	1	1																
			H																		
			M	1	1																
		Nova Zelândia	HM	35	35		1	1		2	2								1	1	
			H	11	11		1	1		1	1										
			M	24	24					1	1								1	1	
		Samoa	HM	1	1																
			H																		
			M	1	1																
OUTROS		TOTAL ZONA	HM	86	86		3	3													
			H	48	48		3	3													
			M	38	38																
		Apátrida	HM	31	31																
			H	19	19																
			M	12	12																
		Desconhecido	HM	54	54		3	3													
			H	28	28		3	3													
			M	26	26																
		Reino Unido (British Subject)	HM	1	1																
			H	1	1																
			M																		

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo		Distrito																		
		COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA			
		Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	
TOTAL (Distritos)		HM	10972	10940	32	4134	4107	27	72165	71879	286	1855	1854	1	15120	15031	89	182319	180082	2237
		H	5672	5661	11	2236	2221	15	38899	38755	144	1004	1004		8118	8082	36	93527	92416	1111
		M	5300	5279	21	1898	1886	12	33266	33124	142	851	850	1	7002	6949	53	88792	87666	1126
EUROPA		HM	5030	5028	2	2175	2152	23	47851	47603	248	928	927	1	8448	8423	25	41512	41138	374
		H	2722	2722		1254	1240	14	25719	25593	126	556	556		4754	4736	18	22211	22012	199
		M	2308	2306	2	921	912	9	22132	22010	122	372	371	1	3694	3687	7	19301	19126	175
UE (União Europeia)	TOTAL ZONA	HM	2884	2882	2	963	940	23	28546	28305	241	366	366		1935	1910	25	23107	22761	346
		H	1473	1473		544	530	14	15012	14888	124	192	192		1009	991	18	12516	12339	177
		M	1411	1409	2	419	410	9	13534	13417	117	174	174		926	919	7	10591	10422	169
	Alemanha	HM	259	259		54	54		3392	3392		34	34		153	153		1522	1522	
		H	141	141		33	33		1646	1646		17	17		76	76		833	833	
		M	118	118		21	21		1746	1746		17	17		77	77		689	689	
	Áustria	HM	21	21		6	6		111	111		2	2		7	7		107	107	
		H	12	12		3	3		61	61		1	1		3	3		49	49	
		M	9	9		3	3		50	50		1	1		4	4		58	58	
	Bélgica	HM	108	108		31	31		555	555		12	12		48	48		382	382	
		H	52	52		14	14		283	283		4	4		20	20		197	197	
		M	56	56		17	17		272	272		8	8		28	28		185	185	
	Bulgária	HM	153	152	1	59	57	2	1773	1692	81	93	93		115	113	2	1815	1784	31
		H	90	90		25	24	1	985	945	40	56	56		71	69	2	974	959	15
		M	63	62	1	34	33	1	788	747	41	37	37		44	44		841	825	16
	Chipre	HM							1	1								5	5	
		H							1	1								2	2	
		M																3	3	
	Dinamarca	HM	19	19		2	2		134	134		1	1		7	7		110	110	
		H	13	13					64	64		1	1		2	2		58	58	
		M	6	6		2	2		70	70					5	5		52	52	
	Eslováquia	HM	15	15		1	1		21	21					7	7		46	46	
		H	5	5					9	9					1	1		15	15	
		M	10	10		1	1		12	12					6	6		31	31	
	Eslovénia	HM	6	6		1	1		7	7								15	15	
		H	2	2					3	3								3	3	
		M	4	4		1	1		4	4								12	12	
	Espanha	HM	314	314		127	127		512	512		47	47		101	101		2741	2741	
		H	137	137		86	86		265	265		17	17		44	44		1331	1331	
		M	177	177		41	41		247	247		30	30		57	57		1410	1410	
	Estónia	HM	6	6		1	1		13	13					1	1		34	34	
		H	1	1					2	2								6	6	
		M	5	5		1	1		11	11					1	1		28	28	
	Finlândia	HM	24	24					107	107		3	3		7	7		68	68	
		H	16	16					54	54		1	1		3	3		28	28	
		M	8	8					53	53		2	2		4	4		40	40	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
	França	HM	170	170		50	50		840	840		36	36		253	253		1360	1360		
		H	81	81		26	26		434	434		17	17		114	114		679	679		
		M	89	89		24	24		406	406		19	19		139	139		681	681		
	Grécia	HM	4	4					18	18					2	2		62	62		
		H	2	2					13	13					1	1		30	30		
		M	2	2					5	5					1	1		32	32		
	Holanda	HM	349	349		87	87		2077	2077		37	37		167	167		530	530		
		H	169	169		56	56		1041	1041		20	20		86	86		315	315		
		M	180	180		31	31		1036	1036		17	17		81	81		215	215		
	Hungria	HM	22	22		4	4		35	35					5	5		112	112		
		H	9	9					13	13								40	40		
		M	13	13		4	4		22	22					5	5		72	72		
	Irlanda	HM	9	9		4	4		365	365		2	2		23	23		102	102		
		H	3	3		2	2		174	174		2	2		14	14		58	58		
		M	6	6		2	2		191	191					9	9		44	44		
	Itália	HM	197	197		34	34		433	433		9	9		121	121		1689	1689		
		H	106	106		23	23		276	276		6	6		67	67		1037	1037		
		M	91	91		11	11		157	157		3	3		54	54		652	652		
	Letónia	HM	9	9		2	2		37	37					12	12		74	74		
		H	4	4					21	21								9	9		
		M	5	5		2	2		16	16					12	12		65	65		
	Lituânia	HM	61	61		6	6		48	48		1	1		18	18		76	76		
		H	26	26		3	3		20	20		1	1		5	5		35	35		
		M	35	35		3	3		28	28					13	13		41	41		
	Luxemburgo	HM	9	9		2	2		28	28					4	4		27	27		
		H	3	3		1	1		17	17					1	1		17	17		
		M	6	6		1	1		11	11					3	3		10	10		
	Malta	HM							1	1								9	9		
		H																5	5		
		M							1	1								4	4		
	Polónia	HM	51	51		9	9		106	106		6	6		84	84		307	307		
		H	20	20		4	4		29	29		3	3		64	64		99	99		
		M	31	31		5	5		77	77		3	3		20	20		208	208		
	Reino Unido	HM	553	553		29	29		10443	10443		10	10		309	309		1487	1487		
		H	291	291		11	11		5244	5244		7	7		153	153		804	804		
		M	262	262		18	18		5199	5199		3	3		156	156		683	683		
	República Checa	HM	17	17					35	35					5	5		60	60		
		H	2	2					14	14					3	3		19	19		
		M	15	15					21	21					2	2		41	41		
	Roménia	HM	491	490	1	449	428	21	7245	7085	160	73	73		480	457	23	10168	9853	315	
		H	277	277		252	239	13	4244	4160	84	39	39		278	262	16	5772	5610	162	
		M	214	213	1	197	189	8	3001	2925	76	34	34		202	195	7	4396	4243	153	
	Suécia	HM	17	17		5	5		209	209					6	6		199	199		
		H	11	11		5	5		99	99					3	3		101	101		
		M	6	6					110	110					3	3		98	98		

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo			Distrito																	
			COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA		
			Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
EEE (não UE)	TOTAL ZONA	HM	11	11					186	186		1	1		5	5		87	87	
		H	5	5					93	93		1	1		2	2		45	45	
		M	6	6					93	93					3	3		42	42	
	Islândia	HM							20	20					1	1		1	1	
		H							6	6										
		M							14	14					1	1		1	1	
	Liechtenstein	HM							2	2								1	1	
		H							1	1								1	1	
		M							1	1										
	Noruega	HM	11	11					164	164		1	1		4	4		85	85	
		H	5	5					86	86		1	1		2	2		44	44	
		M	6	6					78	78					2	2		41	41	
EFTA (não EEE)	TOTAL ZONA	HM	24	24		16	16		363	363		4	4		44	44		187	187	
		H	15	15		7	7		187	187		2	2		24	24		103	103	
		M	9	9		9	9		176	176		2	2		20	20		84	84	
	Suíça	HM	24	24		16	16		363	363		4	4		44	44		187	187	
		H	15	15		7	7		187	187		2	2		24	24		103	103	
		M	9	9		9	9		176	176		2	2		20	20		84	84	
	Europa Central e Oriental	HM	2070	2070		1195	1195		18736	18729	7	557	556	1	6458	6458		18050	18024	26
		H	1208	1208		702	702		10413	10411	2	361	361		3715	3715		9496	9475	21
		M	862	862		493	493		8323	8318	5	196	195	1	2743	2743		8554	8549	5
	Albânia	HM	4	4					1	1		1	1					29	27	2
		H	2	2														14	14	
		M	2	2					1	1		1	1					15	13	2
	Bielorrússia	HM	86	86		2	2		135	135		20	20		48	48		224	224	
		H	36	36		1	1		59	59		12	12		22	22		84	84	
		M	50	50		1	1		76	76		8	8		26	26		140	140	
	Bósnia e Herzegovina	HM	1	1					2	2					3	3		9	9	
		H							2	2								2	2	
		M	1	1											3	3		7	7	
	Croácia	HM	1	1					22	22					3	3		20	19	1
		H							13	13					1	1		2	1	1
		M	1	1					9	9					2	2		18	18	
	Kosovo	HM																1	1	
		H																1	1	
		M																		
	Macedónia	HM	1	1					1	1					1	1		5	5	
		H							1	1					1	1		3	3	
		M	1	1														2	2	
	Moldávia	HM	236	236		358	358		6681	6675	6	54	54		767	767		4962	4955	7
		H	139	139		214	214		3847	3845	2	36	36		443	443		2775	2770	5
		M	97	97		144	144		2834	2830	4	18	18		324	324		2187	2185	2
	Montenegro	HM							3	3								5	5	
		H							2	2								4	4	
		M							1	1								1	1	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																		
				COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA			
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	
		Rússia	HM	192	192		56	56		1277	1277		18	18		291	291		1616	1607	9	
			H	85	85		26	26		550	550		13	13		137	137		621	613	8	
			M	107	107		30	30		727	727		5	5		154	154		995	994	1	
		Sérvia	HM	9	9		1	1		56	56		1	1		5	5		118	118		
			H	6	6					27	27		1	1		1	1		60	60		
			M	3	3		1	1		29	29					4	4		58	58		
		Ucrânia	HM	1540	1540		778	778		10558	10557	1	463	462	1	5340	5340		11061	11054	7	
			H	940	940		461	461		5912	5912		299	299		3110	3110		5930	5923	7	
			M	600	600		317	317		4646	4645	1	164	163	1	2230	2230		5131	5131		
		Outros da Europa	TOTAL ZONA	HM	41	41		1	1		20	20					6	6		81	79	2
				H	21	21		1	1		14	14					4	4		51	50	1
				M	20	20					6	6					2	2		30	29	1
	Andorra		HM																	1	1	
			H																			
			M																	1	1	
	Turquia		HM	41	41		1	1		20	20					6	6		80	78	2	
			H	21	21		1	1		14	14					4	4		51	50	1	
			M	20	20					6	6					2	2		29	28	1	
	ÁFRICA		TOTAL ZONA	HM	2259	2245	14	357	357		8279	8252	27	294	294		1369	1355	14	81397	79937	1460
	H	1155		1151	4	183	183		4914	4904	10	145	145		730	723	7	42169	41489	680		
			M	1104	1094	10	174	174		3365	3348	17	149	149		639	632	7	39228	38448	780	
		África do Sul	HM	14	14		7	7		187	187		11	11		4	4		134	134		
			H	6	6		3	3		82	82		6	6		2	2		54	54		
			M	8	8		4	4		105	105		5	5		2	2		80	80		
		Angola	HM	583	577	6	64	64		1041	1041		55	55		266	262	4	17921	17665	256	
			H	271	269	2	29	29		484	484		23	23		113	111	2	9016	8911	105	
			M	312	308	4	35	35		557	557		32	32		153	151	2	8905	8754	151	
		Argélia	HM	6	6		3	3		58	58		1	1		5	5		62	61	1	
			H	3	3		2	2		45	45					5	5		48	47	1	
			M	3	3		1	1		13	13								14	14		
		Benin	HM							3	3					1	1		21	21		
			H							3	3								21	21		
			M													1	1					
	Botswana	HM							1	1								1	1			
		H																1	1			
		M							1	1												
	Burkina-Faso	HM							1	1					4	4		8	8			
		H							1	1					2	2		7	7			
		M													2	2		1	1			
	Burundi	HM																1	1			
		H																1	1			
M																						

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
	Cabo Verde	HM	756	755	1	157	157		3579	3573	6	157	157		574	568	6	31916	31549	367	
		H	356	355	1	82	82		1948	1945	3	79	79		291	288	3	14837	14687	150	
		M	400	400		75	75		1631	1628	3	78	78		283	280	3	17079	16862	217	
	Camarões	HM	3	3					4	4					1	1		33	33		
		H	3	3					4	4					1	1		20	20		
		M																13	13		
	Chade	HM																1	1		
		H																			
		M																1	1		
	Comores	HM							1	1											
		H							1	1											
		M																			
	Congo	HM	5	5					4	4		4	4		2	2		75	75		
		H	1	1					2	2		1	1					42	42		
		M	4	4					2	2		3	3		2	2		33	33		
	Congo (República Democrática)	HM	2	2					8	8		3	3		10	10		128	128		
		H	1	1					1	1					6	6		77	77		
		M	1	1					7	7		3	3		4	4		51	51		
	Costa do Marfim	HM	1	1		3	3		8	8		1	1					49	48	1	
		H	1	1		3	3		7	7								35	34	1	
		M							1	1		1	1					14	14		
	Egipto	HM	6	6		1	1		57	57					7	7		253	251	2	
		H	4	4		1	1		41	41					7	7		232	230	2	
		M	2	2					16	16								21	21		
	Eritreia	HM							1	1								1	1		
		H							1	1								1	1		
		M																			
	Etiópia	HM							6	6								5	5		
		H							6	6								3	3		
		M																2	2		
	Gabão	HM																5	5		
		H																2	2		
		M																3	3		
	Gâmbia	HM	1	1					27	27								77	77		
		H	1	1					22	22								65	65		
		M							5	5								12	12		
	Gana	HM	15	15		1	1		31	31					2	2		99	98	1	
		H	12	12		1	1		23	23					1	1		68	67	1	
		M	3	3					8	8					1	1		31	31		
	Guiné	HM	12	12		1	1		461	460	1	2	2		1	1		1229	1227	2	
		H	10	10		1	1		354	353	1	2	2		1	1		1011	1010	1	
		M	2	2					107	107								218	217	1	
	Guiné Bissau	HM	358	357	1	42	42		1683	1678	5	24	24		87	85	2	17761	17289	472	
		H	214	214		26	26		1232	1228	4	9	9		50	50		10764	10534	230	
		M	144	143	1	16	16		451	450	1	15	15		37	35	2	6997	6755	242	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo			Distrito																	
			COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA		
			Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Guiné Equatorial	HM												1	1		7	6	1
			H												1	1		4	3	1
			M															3	3	
		Lesoto	HM						1	1										
			H						1	1										
			M																	
		Libéria	HM						2	2								19	19	
			H						2	2								19	19	
			M																	
		Libia	HM															23	3	20
			H															22	2	20
			M															1	1	
		Madagáscar	HM	1	1				3	3								9	9	
			H	1	1													5	5	
			M						3	3								4	4	
		Malawi	HM						1	1								5	5	
			H						1	1										
			M															5	5	
		Mali	HM	5	5				3	3					1	1		68	68	
			H	5	5				2	2					1	1		63	63	
			M						1	1								5	5	
		Marrocos	HM	56	56	9	9		460	447	13	13	13		233	233		294	289	5
			H	45	45	3	3		269	268	1	8	8		160	160		168	163	5
			M	11	11	6	6		191	179	12	5	5		73	73		126	126	
		Maurícias (Ilhas)	HM						1	1								4	4	
			H						1	1								2	2	
			M															2	2	
		Mauritânia	HM	3	3				9	9								25	25	
			H	1	1				6	6								22	22	
			M	2	2				3	3								3	3	
		Moçambique	HM	141	138	3	32	32	174	174		15	15		77	77		1810	1793	17
			H	59	58	1	12	12	69	69		11	11		26	26		779	772	7
			M	82	80	2	20	20	105	105		4	4		51	51		1031	1021	10
		Namíbia	HM	1	1				2	2								1	1	
			H						1	1										
			M	1	1				1	1								1	1	
		Níger	HM															1	1	
			H																	
			M															1	1	
		Nigéria	HM	3	3				23	22	1							175	173	2
			H	1	1				13	12	1							118	117	1
			M	2	2				10	10								57	56	1
		Quénia	HM				1	1	6	6		2	2		4	4		30	27	3
			H						4	4		1	1		2	2		17	16	1
			M				1	1	2	2		1	1		2	2		13	11	2

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo			Distrito																	
			COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA		
			Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		República Centro Africana	HM															4	4	
			H															1	1	
			M															3	3	
		Ruanda	HM												3	3		10	10	
			H															5	5	
			M												3	3		5	5	
		São Tomé e Príncipe	HM	227	224	3	31	31	152	151	1	5	5		73	71	2	7506	7267	239
			H	106	106		16	16	68	68		3	3		49	47	2	3337	3251	86
			M	121	118	3	15	15	84	83	1	2	2		24	24		4169	4016	153
		Senegal	HM	50	50		3	3	242	242					5	5		1410	1341	69
			H	45	45		3	3	195	195					5	5		1164	1098	66
			M	5	5				47	47								246	243	3
		Serra Leoa	HM						3	3								38	38	
			H						2	2								33	33	
			M						1	1								5	5	
		Seychelles	HM																	
			H																	
			M																	
		Somália	HM															1	1	
			H															1	1	
			M																	
		Suazilândia	HM															3	3	
			H															1	1	
			M															2	2	
		Sudão	HM															6	6	
			H															3	3	
			M															3	3	
		Tanzânia	HM	1	1				3	3					2	2		40	40	
			H	1	1				3	3					2	2		17	17	
			M															23	23	
		Togo	HM	3	3				7	7								62	61	1
			H	3	3				6	6								41	40	1
			M						1	1								21	21	
		Tunísia	HM	5	5		2	2	20	20		1	1		4	4		40	39	1
			H	5	5		1	1	10	10		1	1		4	4		30	29	1
			M				1	1	10	10								10	10	
		Uganda	HM						1	1					2	2		4	4	
			H						1	1					1	1		2	2	
			M												1	1		2	2	
		Zâmbia	HM						1	1								4	4	
			H						1	1								1	1	
			M															3	3	
		Zimbabwe	HM	1	1				4	4								18	18	
			H						2	2								9	9	
			M	1	1				2	2								9	9	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo			Distrito																	
			COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA		
			Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
AMÉRICA	TOTAL ZONA	HM	2960	2952	8	1338	1334	4	13043	13034	9	400	400		4259	4224	35	46207	45897	310
		H	1392	1387	5	641	640	1	6379	6373	6	154	154		2044	2034	10	20598	20421	177
		M	1568	1565	3	697	694	3	6664	6661	3	246	246		2215	2190	25	25609	25476	133
	Argentina	HM	11	11		6	6		100	100		4	4		16	14	2	161	157	4
		H	5	5		4	4		49	49		3	3		5	5		89	86	3
		M	6	6		2	2		51	51		1	1		11	9	2	72	71	1
	Bahamas	HM																1	1	
		H																1	1	
		M																		
	Barbados	HM																		
		H																		
		M																		
	Belize	HM																		
		H																		
		M																		
	Bermudas	HM																		
		H																		
		M																		
	Bolívia	HM	6	6					3	3					2	2		52	51	1
		H	3	3					1	1								14	13	1
		M	3	3					2	2					2	2		38	38	
	Brasil	HM	2686	2678	8	1297	1297		11982	11973	9	357	357		4033	4003	30	43774	43670	104
		H	1249	1244	5	621	621		5878	5872	6	131	131		1953	1944	9	19445	19396	49
		M	1437	1434	3	676	676		6104	6101	3	226	226		2080	2059	21	24329	24274	55
	Canadá	HM	24	24					162	162		1	1		38	38		178	110	68
		H	12	12					84	84		1	1		21	21		90	57	33
		M	12	12					78	78					17	17		88	53	35
	Chile	HM	17	17		5	5		25	25					3	3		60	60	
		H	9	9		3	3		12	12					2	2		26	26	
		M	8	8		2	2		13	13					1	1		34	34	
	Colômbia	HM	17	17		4	4		88	88		4	4		11	11		164	155	9
		H	7	7		2	2		37	37		1	1		5	5		57	49	8
		M	10	10		2	2		51	51		3	3		6	6		107	106	1
	Costa Rica	HM	2	2		1	1		2	2					2	2		6	6	
		H	1	1					1	1					1	1		5	5	
		M	1	1		1	1		1	1					1	1		1	1	
	Cuba	HM	43	43					111	111					34	34		274	273	1
		H	24	24					41	41					9	9		110	110	
		M	19	19					70	70					25	25		164	163	1
	Dominica	HM							1	1					1	1		3	3	
		H																2	2	
		M							1	1					1	1		1	1	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
El Salvador	HM									4	4								9	9	
	H									2	2								3	3	
	M									2	2								6	6	
Equador	HM	2	2							107	107					4	4		177	176	1
	H									56	56								83	82	1
	M	2	2							51	51					4	4		94	94	
Estados Unidos da América	HM	63	63		3	3				281	281		24	24		54	54		871	762	109
	H	36	36		2	2				137	137		13	13		24	24		473	396	77
	M	27	27		1	1				144	144		11	11		30	30		398	366	32
Granada	HM									2	2										
	H									1	1										
	M									1	1										
Guatemala	HM	1	1		3	3				2	2								8	8	
	H									1	1								3	3	
	M	1	1		3	3				1	1								5	5	
Guiana	HM									1	1								1	1	
	H									1	1								1	1	
	M																				
Haiti	HM																				
	H																				
	M																				
Honduras	HM									2	2								1	1	
	H																				
	M									2	2								1	1	
Jamaica	HM									4	4					1	1		4	4	
	H									1	1								2	2	
	M									3	3					1	1		2	2	
México	HM	7	7		3	2	1			10	10					19	16	3	98	90	8
	H	7	7		2	1	1			3	3					7	6	1	43	39	4
	M				1	1				7	7					12	10	2	55	51	4
Nicarágua	HM									5	5								3	3	
	H									2	2								1	1	
	M									3	3								2	2	
Panamá	HM									2	2					3	3		11	10	1
	H									1	1					1	1		5	4	1
	M									1	1					2	2		6	6	
Paraguai	HM									3	3					1	1		21	20	1
	H									1	1					1	1		7	7	
	M									2	2								14	13	1
Peru	HM	9	9		1	1				14	14					6	6		91	91	
	H	4	4							6	6					2	2		26	26	
	M	5	5		1	1				8	8					4	4		65	65	
República Dominicana	HM	2	2							3	3					2	2		19	17	2
	H									2	2								10	10	
	M	2	2							1	1					2	2		9	7	2

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		São Vicente e Granadinas	HM																1	1	
			H																1	1	
			M																		
		Suriname	HM													1	1		3	3	
			H													1	1		1	1	
			M																2	2	
		Trindade e Tobago	HM	1	1					3	3										
			H							2	2										
			M	1	1					1	1										
		Uruguai	HM	6	6		7	7		18	18		1	1		2	2		41	41	
			H	2	2		2	2		11	11					2	2		18	18	
			M	4	4		5	5		7	7		1	1					23	23	
		Venezuela	HM	63	63		8	8		108	108		9	9		26	26		175	174	1
			H	33	33		5	5		49	49		5	5		10	10		82	82	
			M	30	30		3	3		59	59		4	4		16	16		93	92	1
ÁSIA		TOTAL ZONA	HM	710	702	8	262	262		2901	2899	2	232	232		1033	1018	15	13066	12979	87
			H	399	397	2	156	156		1840	1838	2	149	149		585	584	1	8487	8434	53
			M	311	305	6	106	106		1061	1061		83	83		448	434	14	4579	4545	34
		Afganistão	HM																		
			H																		
			M																		
		Arábia Saudita	HM							2	2								13	13	
			H							1	1								7	7	
			M							1	1								6	6	
		Arménia	HM							6	6					16	16		45	45	
			H							3	3					9	9		28	28	
			M							3	3					7	7		17	17	
		Azerbaijão	HM							6	6					1	1		2	2	
			H							4	4								1	1	
			M							2	2					1	1		1	1	
		Bangladesh	HM	27	27					133	133		1	1		3	3		879	879	
			H	17	17					105	105		1	1		2	2		658	658	
			M	10	10					28	28					1	1		221	221	
		Butão	HM																1	1	
			H																1	1	
			M																		
		Cazaquistão	HM	35	35		2	2		26	26		5	5		27	27		85	85	
			H	20	20		1	1		12	12		2	2		11	11		22	22	
			M	15	15		1	1		14	14		3	3		16	16		63	63	
		China	HM	389	389		202	202		1272	1272		108	108		428	428		4795	4789	6
			H	198	198		114	114		701	701		61	61		215	215		2535	2532	3
			M	191	191		88	88		571	571		47	47		213	213		2260	2257	3
		Coreia do Norte	HM																1	1	
			H																		
			M																1	1	

por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Coreia do Sul	HM	1	1				2	2					4	4		113	108	5	
			H	1	1										2	2		52	51	1	
			M						2	2					2	2		61	57	4	
		Emiratos Árabes Unidos	HM						1	1											
			H						1	1											
			M																		
		Filipinas	HM	6	6		5	5	51	51					21	15	6	294	293	1	
			H				1	1	9	9								68	67	1	
			M	6	6		4	4	42	42					21	15	6	226	226		
		Geórgia	HM	14	14		29	29	194	194		6	6		78	78		234	233	1	
			H	10	10		28	28	139	139		6	6		48	48		161	160	1	
			M	4	4		1	1	55	55					30	30		73	73		
		Hong-Kong	HM						10	10								5	5		
			H						4	4								2	2		
			M						6	6								3	3		
		Iémen	HM						2	2											
			H						2	2											
			M																		
		Índia	HM	45	45		11	11	617	615	2	104	104		100	99	1	3725	3684	41	
			H	32	32		7	7	485	483	2	74	74		77	76	1	2898	2867	31	
			M	13	13		4	4	132	132		30	30		23	23		827	817	10	
		Indonésia	HM	1	1				4	4					1	1		18	18		
			H						1	1								4	4		
			M	1	1				3	3					1	1		14	14		
		Irão	HM	13	13				46	46					2	2		60	60		
			H	8	8				23	23					1	1		29	29		
			M	5	5				23	23					1	1		31	31		
		Iraque	HM	1	1				1	1								20	20		
			H	1	1													12	12		
			M						1	1								8	8		
		Israel	HM	4	4				8	8								25	25		
			H	2	2				6	6								15	15		
			M	2	2				2	2								10	10		
		Japão	HM	23	20	3			23	23					9	9		180	165	15	
			H	8	6	2			11	11					3	3		77	72	5	
			M	15	14	1			12	12					6	6		103	93	10	
		Jordânia	HM				1	1	2	2		1	1					20	20		
			H						2	2		1	1					12	12		
			M				1	1										8	8		
		Kuwait	HM						1	1								1	1		
			H															1	1		
			M						1	1											
		Laos	HM															2	2		
			H																		
			M															2	2		

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo			Distrito																	
			COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA		
			Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Líbano	HM	1	1				5	5		1	1		1	1		34	34	
			H	1	1				3	3		1	1					24	24	
			M						2	2					1	1		10	10	
		Malásia	HM	1	1	1	1		6	6		1	1					8	8	
			H						5	5		1	1					1	1	
			M	1	1	1	1		1	1								7	7	
		Mongólia	HM															12	10	2
			H															4	4	
			M															8	6	2
		Myanmar (Birmânia)	HM															1	1	
			H																	
			M															1	1	
		Nepal	HM	3	3				126	126					4	4		389	389	
			H	3	3				87	87					1	1		272	272	
			M						39	39					3	3		117	117	
		Oman	HM															2	2	
			H															2	2	
			M																	
		Palestina	HM	2	2													17	17	
			H	2	2													12	12	
			M															5	5	
		Paquistão	HM	13	13	4	4		173	173		2	2		79	79		1925	1918	7
			H	11	11	2	2		128	128		1	1		51	51		1521	1514	7
			M	2	2	2	2		45	45		1	1		28	28		404	404	
		Quirguistão	HM						1	1		1	1		1	1		19	17	2
			H						1	1					1	1		10	8	2
			M									1	1					9	9	
		Singapura	HM	1	1				2	2								3	3	
			H						1	1										
			M	1	1				1	1								3	3	
		Síria	HM	1	1				2	2								3	3	
			H	1	1													2	2	
			M						2	2								1	1	
		Sri Lanka	HM	1	1				1	1								9	9	
			H	1	1				1	1								5	5	
			M															4	4	
		Tailândia	HM	1	1				50	50		1	1		4	4		52	52	
			H						6	6					2	2		13	13	
			M	1	1				44	44		1	1		2	2		39	39	
		Taiwan	HM						1	1								14	12	2
			H															7	5	2
			M						1	1								7	7	
		Tajiquistão	HM			1	1													
			H			1	1													
			M																	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																			
				COIMBRA			ÉVORA			FARO			GUARDA			LEIRIA			LISBOA				
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's		
		Timor Leste	HM	16	11	5	3	3		2	2					8		8	10	5	5		
			H	4	4		2	2		2	2								5	5			
			M	12	7	5	1	1							8		8	5			5		
		Turquemenistão	HM																3	3			
			H																2	2			
			M																1	1			
		Uzbequistão	HM	109	109		2	2		125	125		1	1		246	246		37	37			
			H	78	78					97	97		1	1		162	162		19	19			
			M	31	31		2	2		28	28					84	84		18	18			
		Vietname	HM	2	2		1	1											10	10			
			H	1	1														5	5			
			M	1	1		1	1											5	5			
		OCEÂNIA		TOTAL ZONA	HM	5	5		2	2		83	83		1	1		7	7		87	81	6
					H	2	2		2	2		41	41					2	2		37	35	2
					M	3	3					42	42		1	1		5	5		50	46	4
Austrália	HM			5	5		1	1		72	72		1	1		7	7		66	60	6		
	H			2	2		1	1		38	38					2	2		32	30	2		
	M			3	3					34	34		1	1		5	5		34	30	4		
Fidji (Ilhas)	HM									2	2								1	1			
	H									1	1												
	M									1	1								1	1			
Nauru	HM																		1	1			
	H																						
	M																		1	1			
Nova Zelândia	HM						1	1		8	8								19	19			
	H						1	1		2	2								5	5			
	M									6	6								14	14			
Samoa	HM							1	1														
	H																						
	M							1	1														
OUTROS		TOTAL ZONA	HM	8	8					8	8				4	4		50	50				
			H	2	2					6	6				3	3		25	25				
			M	6	6					2	2				1	1		25	25				
		Apátrida	HM							2	2				2	2		20	20				
			H							2	2				2	2		11	11				
			M															9	9				
		Desconhecido	HM	8	8					5	5				2	2		30	30				
			H	2	2					3	3				1	1		14	14				
			M	6	6					2	2				1	1		16	16				
		Reino Unido (British Subject)	HM							1	1												
			H							1	1												
			M																				

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo		Distrito																		
		PORTALEGRE			PORTO			SANTARÉM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL			
		Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	
TOTAL (Distritos)	HM	2654	2649	5	26439	26298	141	22996	22575	421	48529	48188	341	2567	2545	22	1807	1802	5	
	H	1428	1427	1	13657	13579	78	12642	12391	251	24887	24717	170	1453	1440	13	870	867	3	
	M	1226	1222	4	12782	12719	63	10354	10184	170	23642	23471	171	1114	1105	9	937	935	2	
EUROPA	HM	1629	1629		10051	10034	17	12180	11776	404	12184	12088	96	1174	1153	21	842	838	4	
	H	935	935		5658	5647	11	6930	6684	246	6905	6849	56	738	726	12	477	474	3	
	M	694	694		4393	4387	6	5250	5092	158	5279	5239	40	436	427	9	365	364	1	
UE (União Europeia)	TOTAL ZONA	HM	939	939		4704	4689	15	3088	2725	363	5280	5194	86	655	635	20	434	430	4
	H	510	510		2557	2548	9	1694	1474	220	3062	3010	52	415	404	11	239	236	3	
	M	429	429		2147	2141	6	1394	1251	143	2218	2184	34	240	231	9	195	194	1	
	Alemanha	HM	34	34		680	680		156	156		309	309		26	26		13	13	
	H	19	19		375	375		86	86		162	162		16	16		8	8		
	M	15	15		305	305		70	70		147	147		10	10		5	5		
	Áustria	HM	3	3		37	37		8	8		19	19					1	1	
	H				22	22		4	4		10	10								
	M	3	3		15	15		4	4		9	9					1	1		
	Bélgica	HM	14	14		74	74		46	46		82	82		7	7		8	8	
	H	9	9		41	41		25	25		42	42		2	2		5	5		
	M	5	5		33	33		21	21		40	40		5	5		3	3		
	Bulgária	HM	98	98		267	266	1	153	149	4	460	444	16	21	21		32	32	
	H	71	71		156	156		82	79	3	288	278	10	11	11		19	19		
	M	27	27		111	110	1	71	70	1	172	166	6	10	10		13	13		
	Chipre	HM				1	1													
	H																			
	M				1	1														
	Dinamarca	HM				56	56		5	5		11	11							
	H				31	31		3	3		8	8								
	M				25	25		2	2		3	3								
	Eslováquia	HM				15	15		8	8		13	13					2	2	
	H				6	6		5	5		5	5								
	M				9	9		3	3		8	8					2	2		
	Eslovénia	HM				4	4		1	1										
	H				2	2														
	M				2	2		1	1											
	Espanha	HM	115	115		1126	1126		150	150		381	381		294	294		152	152	
	H	44	44		611	611		63	63		202	202		211	211		76	76		
	M	71	71		515	515		87	87		179	179		83	83		76	76		
	Estónia	HM				5	5		1	1		2	2							
	H				1	1														
	M				4	4		1	1		2	2								
	Finlândia	HM	1	1		42	42		5	5		7	7		5	5				
	H				15	15		3	3		5	5		1	1					
	M	1	1		27	27		2	2		2	2		4	4					

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				PORTALEGRE			PORTO			SANTARÉM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		França	HM	23	23		474	474		169	169		185	185		65	65		50	50	
			H	12	12		255	255		93	93		101	101		34	34		27	27	
			M	11	11		219	219		76	76		84	84		31	31		23	23	
		Grécia	HM				11	11		4	4		4	4		1	1				
			H				4	4		2	2		1	1							
			M				7	7		2	2		3	3		1	1				
		Holanda	HM	71	71		145	145		182	182		174	174		23	23		7	7	
			H	37	37		102	102		100	100		96	96		13	13		4	4	
			M	34	34		43	43		82	82		78	78		10	10		3	3	
		Hungria	HM	2	2		70	70		7	7		12	12							
			H	1	1		16	16													
			M	1	1		54	54		7	7		12	12							
		Irlanda	HM	3	3		18	18		8	8		9	9							
			H	1	1		10	10		4	4		4	4							
			M	2	2		8	8		4	4		5	5							
		Itália	HM	38	38		418	418		91	91		208	208		21	21		17	17	
			H	20	20		285	285		64	64		146	146		14	14		10	10	
			M	18	18		133	133		27	27		62	62		7	7		7	7	
		Letónia	HM				24	24		3	3		25	25		1	1				
			H				9	9		2	2		11	11							
			M				15	15		1	1		14	14		1	1				
		Lituânia	HM	19	19		74	74		32	32		22	22		3	3		3	3	
			H	10	10		22	22		12	12		15	15		3	3		2	2	
			M	9	9		52	52		20	20		7	7					1	1	
		Luxemburgo	HM	1	1		3	3		3	3		2	2					10	10	
			H	1	1		2	2		1	1		2	2					5	5	
			M				1	1		2	2								5	5	
		Malta	HM				1	1					1	1							
			H										1	1							
			M				1	1													
		Polónia	HM	3	3		146	146		23	23		50	50		2	2		4	4	
			H	1	1		42	42		7	7		11	11					2	2	
			M	2	2		104	104		16	16		39	39		2	2		2	2	
		Reino Unido	HM	91	91		470	470		297	297		148	148		80	80		16	16	
			H	45	45		262	262		151	151		78	78		40	40		8	8	
			M	46	46		208	208		146	146		70	70		40	40		8	8	
		República Checa	HM	3	3		24	24		4	4		13	13							
			H				10	10					6	6							
			M	3	3		14	14		4	4		7	7							
		Roménia	HM	419	419		454	440	14	1365	1365	359	3117	3047	70	104	84	20	119	115	4
			H	239	239		241	232	9	765	765	217	1852	1810	42	69	58	11	73	70	3
			M	180	180		213	208	5	600	600	142	1265	1237	28	35	26	9	46	45	1
		Suécia	HM	1	1		65	65		367	8		26	26		2	2				
			H				37	37		222	5		16	16		1	1				
			M	1	1		28	28		145	3		10	10		1	1				

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo			Distrito																	
			PORTALEGRE			PORTO			SANTARÉM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL		
			Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
EEE (não UE)	TOTAL ZONA	HM	1	1		19	19		9	9		16	16		7	7				
		H	1	1		15	15		6	6		14	14		2	2				
		M				4	4		3	3		2	2		5	5				
		Islândia	HM			3	3													
			H			3	3													
			M																	
		Liechtenstein	HM			1	1													
			H			1	1													
			M																	
		Noruega	HM	1	1	15	15		9	9		16	16		7	7				
			H	1	1	11	11		6	6		14	14		2	2				
			M			4	4		3	3		2	2		5	5				
	TOTAL ZONA	HM	6	6		61	61		23	23		33	33		6	6		9	9	
		H	4	4		36	36		15	15		22	22		4	4		6	6	
		M	2	2		25	25		8	8		11	11		2	2		3	3	
		Suíça	HM	6	6	61	61		23	23		33	33		6	6		9	9	
			H	4	4	36	36		15	15		22	22		4	4		6	6	
			M	2	2	25	25		8	8		11	11		2	2		3	3	
		TOTAL ZONA	HM	683	683	5214	5212	2	9058	9017	41	6845	6835	10	506	505	1	399	399	
			H	420	420	3019	3017	2	5214	5188	26	3798	3794	4	317	316	1	232	232	
			M	263	263	2195	2195		3844	3829	15	3047	3041	6	189	189		167	167	
Europa Central e Oriental	Albânia	HM				3	3		9	9		1	1							
		H				1	1		5	5		1	1							
		M				2	2		4	4										
	Bielorrússia	HM	13	13		102	102		41	41		55	55					2	2	
		H	6	6		56	56		18	18		27	27					1	1	
		M	7	7		46	46		23	23		28	28					1	1	
	Bósnia e Herzegovina	HM	4	4		5	5		1	1		7	7					4	4	
		H	2	2								2	2							
		M	2	2		5	5		1	1		5	5					4	4	
	Croácia	HM	1	1		11	11		9	9		2	2					1	1	
		H	1	1		4	4		3	3										
		M				7	7		6	6		2	2					1	1	
	Kosovo	HM																		
		H																		
		M																		
	Macedónia	HM				5	5													
		H				1	1													
		M				4	4													
	Moldávia	HM	349	349		578	577	1	2519	2480	39	2991	2984	7	63	63		23	23	
		H	209	209		371	370	1	1484	1460	24	1690	1687	3	36	36		17	17	
		M	140	140		207	207		1035	1020	15	1301	1297	4	27	27		6	6	
	Montenegro	HM										1	1							
		H																		
		M										1	1							

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				PORTALEGRE			PORTO			SANTARÉM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Rússia	HM	15	15		626	626		348	348		530	529	1	48	48		25	25	
			H	9	9		299	299		147	147		239	239		26	26		12	12	
			M	6	6		327	327		201	201		291	290	1	22	22		13	13	
		Sérvia	HM				30	30		6	6		9	8	1						
			H				14	14		3	3		6	5	1						
			M				16	16		3	3		3	3							
		Ucrânia	HM	301	301		3854	3853	1	6125	6123	2	3249	3248	1	395	394	1	344	344	
			H	193	193		2273	2272	1	3554	3552	2	1833	1833		255	254	1	202	202	
			M	108	108		1581	1581		2571	2571		1416	1415	1	140	140		142	142	
	Outros da Europa	TOTAL ZONA	HM				53	53		2	2		10	10							
			H				31	31		1	1		9	9							
			M				22	22		1	1		1	1							
		Andorra	HM																		
			H																		
			M																		
		Turquia	HM				53	53		2	2		10	10							
			H				31	31		1	1		9	9							
			M				22	22		1	1		1	1							
ÁFRICA		TOTAL ZONA	HM	141	141		4309	4275	34	1320	1308	12	21114	20894	220	247	247		224	223	1
			H	70	70		2324	2312	12	660	656	4	10415	10318	97	135	135		93	93	
			M	71	71		1985	1963	22	660	652	8	10699	10576	123	112	112		131	130	1
		África do Sul	HM				60	60		11	11		17	17		2	2		1	1	
			H				28	28		3	3		3	3		1	1		1	1	
			M				32	32		8	8		14	14		1	1				
		Angola	HM	41	41		1237	1227	10	423	423		4673	4642	31	47	47		44	44	
			H	20	20		622	619	3	191	191		2301	2279	22	26	26		12	12	
			M	21	21		615	608	7	232	232		2372	2363	9	21	21		32	32	
		Argélia	HM				28	28		6	6		21	21					1	1	
			H				19	19		4	4		15	15					1	1	
			M				9	9		2	2		6	6							
		Benin	HM				1	1		1	1		7	7							
			H				1	1		1	1		6	6							
			M										1	1							
		Botswana	HM																2	2	
			H																2	2	
			M																		
		Burkina-Faso	HM							1	1										
			H																		
			M							1	1										
		Burundi	HM																		
			H																		
			M																		

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				PORTALEGRE			PORTO			SANTARÉM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Cabo Verde	HM	77	77		1360	1352	8	338	338		9855	9786	69	138	138		109	108	1
			H	37	37		618	618		182	182		4801	4770	31	69	69		30	30	
			M	40	40		742	734	8	156	156		5054	5016	38	69	69		79	78	1
		Camarões	HM				20	20		1	1		3	3							
			H				11	11		1	1		3	3							
			M				9	9													
		Chade	HM																		
			H																		
			M																		
		Comores	HM										1	1							
			H																		
			M										1	1							
		Congo	HM				2	2		3	3		23	23					4	4	
			H				2	2		1	1		8	8					2	2	
			M							2	2		15	15					2	2	
		Congo (República Democrática)	HM				11	11		3	3		21	21		2	2		3	3	
			H				7	7		1	1		11	11					2	2	
			M				4	4		2	2		10	10		2	2		1	1	
		Costa do Marfim	HM				7	7		2	2		37	37					4	4	
			H				6	6		1	1		28	28					4	4	
			M				1	1		1	1		9	9							
		Egipto	HM				28	28		7	7		19	19		1	1		2	2	
			H				23	23		7	7		15	15		1	1		1	1	
			M				5	5					4	4					1	1	
		Eritreia	HM																		
			H																		
			M																		
		Etiópia	HM				1	1													
			H																		
			M				1	1													
		Gabão	HM				3	3		1	1		1	1					1	1	
			H				2	2					1	1					1	1	
			M				1	1		1	1										
		Gâmbia	HM							1	1		9	9							
			H							1	1		8	8							
			M										1	1							
		Gana	HM				52	52					7	7							
			H				39	39					4	4							
			M				13	13					3	3							
		Guiné	HM				23	23		9	9		47	47							
			H				16	16		5	5		32	32							
			M				7	7		4	4		15	15							
		Guiné Bissau	HM	8	8		484	476	8	192	184	8	2708	2660	48	14	14		14	14	
			H	7	7		324	318	6	112	110	2	1494	1473	21	9	9		11	11	
			M	1	1		160	158	2	80	74	6	1214	1187	27	5	5		3	3	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo		Distrito																	
		PORTALEGRE			PORTO			SANTARÉM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL		
		Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Guiné Equatorial	HM				1	1			1	1		2	2				
			H											1	1				
			M				1	1			1	1							
		Lesoto	HM																
			H																
			M																
		Libéria	HM				1	1					5	5					
			H				1	1					3	3					
			M										2	2					
		Líbia	HM				1	1											
			H				1	1											
			M																
		Madagáscar	HM				1	1		1	1								
			H				1	1		1	1								
			M																
		Malawi	HM																
			H																
			M																
		Mali	HM				11	11		4	4		12	12					
			H				9	9		2	2		12	12					
			M				2	2		2	2								
		Marrocos	HM	3	3		308	308		60	60		102	100	2	29	29	19	19
			H				240	240		37	37		58	58		21	21	13	13
			M	3	3		68	68		23	23		44	42	2	8	8	6	6
		Maurícias (Ilhas)	HM							1	1								
			H																
			M							1	1								
		Mauritânia	HM				1	1				2	2						
			H				1	1				2	2						
			M																
		Moçambique	HM	5	5		234	232	2	103	103		458	457	1	2	2	8	8
			H	1	1		92	92		34	34		195	194	1	1	1	4	4
			M	4	4		142	140	2	69	69		263	263		1	1	4	4
		Namíbia	HM									2	2						
			H																
			M									2	2						
		Niger	HM				1	1											
			H																
			M				1	1											
		Nigéria	HM				25	25		1	1		24	24		1	1		
			H				14	14		1	1		14	14		1	1		
			M				11	11					10	10					
		Quénia	HM	1	1		4	2	2	1	1		2	1	1				
			H	1	1		2	1	1	1	1								
			M				2	1	1				2	1	1				

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				PORTALEGRE			PORTO			SANTARÉM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		República Centro Africana	HM																		
			H																		
			M																		
		Ruanda	HM				5	5													
			H				4	4													
			M				1	1													
		São Tomé e Príncipe	HM	4	4		233	230	3	127	123	4	2900	2832	68	10	10		3	3	
			H	2	2		106	105	1	58	56	2	1315	1293	22	5	5		3	3	
			M	2	2		127	125	2	69	67	2	1585	1539	46	5	5				
		Senegal	HM	2	2		134	134		10	10		119	119					7	7	
			H	2	2		117	117		9	9		65	65					4	4	
			M				17	17		1	1		54	54					3	3	
		Serra Leoa	HM										5	5							
			H										4	4							
			M										1	1							
		Seychelles	HM				1	1					1	1							
			H				1	1													
			M										1	1							
		Somália	HM																		
			H																		
			M																		
		Suazilândia	HM				2	2					4	4							
			H										2	2							
			M				2	2					2	2							
		Sudão	HM																		
			H																		
			M																		
		Tanzânia	HM				1		1	3	3		13	13							
			H				1		1	1	1		5	5							
			M							2	2		8	8							
		Togo	HM							1	1		6	6					1	1	
			H							1	1		4	4					1	1	
			M										2	2							
		Tunísia	HM				19	19		6	6		3	3		1	1		1	1	
			H				15	15		5	5		3	3		1	1		1	1	
			M				4	4		1	1										
		Uganda	HM				3	3					1	1							
			H																		
			M				3	3					1	1							
		Zâmbia	HM				1	1		1	1										
			H																		
			M				1	1		1	1										
		Zimbabwe	HM				5	5		1	1		4	4							
			H				1	1					2	2							
			M				4	4		1	1		2	2							

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo			Distrito																	
			PORTALEGRE			PORTO			SANTAREM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL		
			Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
AMÉRICA	TOTAL ZONA	HM	696	691	5	9206	9135	71	8238	8234	4	13264	13245	19	903	903		557	557	
		H	297	296	1	3998	3954	44	4297	4297		6412	6400	12	444	444		186	186	
		M	399	395	4	5208	5181	27	3941	3937	4	6852	6845	7	459	459		371	371	
	Argentina	HM	9	9		50	50		22	22		29	29		2	2		3	3	
		H	5	5		25	25		12	12		17	17					1	1	
		M	4	4		25	25		10	10		12	12		2	2		2	2	
	Bahamas	HM																		
		H																		
		M																		
	Barbados	HM				4	4											1	1	
		H																		
		M				4	4											1	1	
	Belize	HM										1	1							
		H																		
		M										1	1							
	Bermudas	HM																		
		H																		
		M																		
	Bolívia	HM				9	9		6	6		6	6							
		H				2	2		2	2		3	3							
		M				7	7		4	4		3	3							
	Brasil	HM	665	661	4	8276	8240	36	7986	7982	4	12928	12913	15	839	839		482	482	
		H	284	284		3527	3511	16	4186	4186		6262	6253	9	420	420		161	161	
		M	381	377	4	4749	4729	20	3800	3796	4	6666	6660	6	419	419		321	321	
	Canadá	HM	1	1		27	27		47	47		20	20		1	1		1	1	
		H	1	1		15	15		28	28		12	12		1	1				
		M				12	12		19	19		8	8					1	1	
	Chile	HM	2	2		20	19	1	5	5		14	14		2	2		2	2	
		H	1	1		7	6	1	2	2		5	5		2	2		1	1	
		M	1	1		13	13		3	3		9	9					1	1	
	Colômbia	HM	4	4		68	67	1	26	26		45	45		10	10		7	7	
		H				21	21		7	7		15	15		2	2				
		M	4	4		47	46	1	19	19		30	30		8	8		7	7	
	Costa Rica	HM				3	3		1	1		1	1							
		H							1	1		1	1							
		M				3	3													
	Cuba	HM				111	110	1	22	22		52	52		7	7		9	9	
		H				62	62		10	10		21	21		3	3		5	5	
		M				49	48	1	12	12		31	31		4	4		4	4	
	Dominica	HM													1	1		1	1	
		H																		
		M													1	1		1	1	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				PORTALEGRE			PORTO			SANTARÉM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		El Salvador	HM				1	1		1	1		1	1							
			H							1	1										
			M				1	1				1	1								
		Equador	HM				92	92		11	11		16	16				9	9		
			H				47	47		4	4		10	10				4	4		
			M				45	45		7	7		6	6				5	5		
		Estados Unidos da América	HM	9	9		218	187	31	62	62		51	48	3	19	19		23	23	
			H	3	3		141	114	27	28	28		23	21	2	9	9		9	9	
			M	6	6		77	73	4	34	34		28	27	1	10	10		14	14	
		Granada	HM																		
			H																		
			M																		
		Guatemala	HM							2	2		7	7							
			H							1	1		5	5							
			M							1	1		2	2							
		Guiana	HM				1	1													
			H																		
			M				1	1													
		Haiti	HM																		
			H																		
			M																		
		Honduras	HM	2	2		4	4													
			H	1	1		1	1													
			M	1	1		3	3													
		Jamaica	HM				1	1													
			H				1	1													
			M																		
		México	HM	3	2	1	25	24	1	10	10		19	19					2	2	
			H	1		1	11	11		3	3		8	8					1	1	
			M	2	2		14	13	1	7	7		11	11					1	1	
		Nicarágua	HM				1	1					2	2							
			H																		
			M				1	1					2	2							
		Panamá	HM				2	2					7	7							
			H										2	2							
			M				2	2					5	5							
		Paraguai	HM				7	7		3	3		5	5		2	2				
			H				1	1		1	1		2	2							
			M				6	6		2	2		3	3		2	2				
		Peru	HM				45	45		12	12		16	16		3	3		1	1	
			H				23	23		6	6		6	6		1	1		1	1	
			M				22	22		6	6		10	10		2	2				
		República Dominicana	HM				14	14		2	2		2	2		2	2		5	5	
			H				7	7								1	1		1	1	
			M				7	7		2	2		2	2		1	1		4	4	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				PORTALEGRE			PORTO			SANTARÉM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		São Vicente e Granadinas	HM				1	1		1	1										
			H				1	1		1	1										
			M																		
		Suriname	HM							1	1										
			H																		
			M							1	1										
		Trindade e Tobago	HM																		
			H																		
			M																		
		Uruguai	HM				11	11		1	1		7	7		1	1		4	4	
			H				10	10		1	1		6	6					1	1	
			M				1	1					1	1		1	1		3	3	
		Venezuela	HM	1	1		215	215		17	17		35	34	1	14	14		7	7	
			H	1	1		96	96		3	3		14	13	1	5	5		1	1	
			M				119	119		14	14		21	21		9	9		6	6	
ÁSIA	TOTAL ZONA	HM	186	186		2857	2838	19	1249	1248	1	1957	1951	6	243	242	1	184	184		
		H	125	125		1670	1659	11	749	748	1	1147	1142	5	136	135	1	114	114		
		M	61	61		1187	1179	8	500	500		810	809	1	107	107		70	70		
		Afeganistão	HM									1	1								
			H										1	1							
			M																		
		Arábia Saudita	HM																		
			H																		
			M																		
		Arménia	HM				4	4		2	2		6	6		2	1	1			
			H				1	1					4	4		1		1			
			M				3	3		2	2		2	2		1	1				
		Azerbaijão	HM							4	4		2	2		4	4				
			H							2	2		1	1		3	3				
			M							2	2		1	1		1	1				
		Bangladesh	HM	16	16		202	202		1	1		127	127		20	20				
			H	8	8		146	146		1	1		96	96		14	14				
			M	8	8		56	56					31	31		6	6				
		Butão	HM																		
			H																		
			M																		
		Cazaquistão	HM	4	4		99	99		25	25		23	23		16	16		2	2	
			H	2	2		53	53		11	11		11	11		7	7		2	2	
			M	2	2		46	46		14	14		12	12		9	9				
		China	HM	112	112		1740	1733	7	827	827		1140	1138	2	138	138		140	140	
			H	67	67		928	923	5	468	468		599	597	2	67	67		78	78	
			M	45	45		812	810	2	359	359		541	541		71	71		62	62	
		Coreia do Norte	HM																		
			H																		
			M																		

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				PORTALEGRE			PORTO			SANTARÉM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Coreia do Sul	HM				4	4		1	1		1	1							
			H				1	1		1	1		1	1							
			M				3	3													
		Emiratos Árabes Unidos	HM																		
			H																		
			M																		
		Filipinas	HM				16	16		14	14		37	37							
			H				3	3		1	1		6	6							
			M				13	13		13	13		31	31							
		Geórgia	HM	39	39		103	103		182	182		53	53		4	4		11	11	
			H	37	37		80	80		127	127		39	39		4	4		9	9	
			M	2	2		23	23		55	55		14	14					2	2	
		Hong-Kong	HM				1	1													
			H																		
			M				1	1													
		Iémen	HM																		
			H																		
			M																		
		Índia	HM	11	11		272	266	6	63	62	1	248	247	1	16	16		4	4	
			H	9	9		188	185	3	46	45	1	181	181		13	13		2	2	
			M	2	2		84	81	3	17	17		67	66	1	3	3		2	2	
		Indonésia	HM				2	2		9	9		12	12		1	1				
			H				1	1		9	9		10	10							
			M				1	1					2	2		1	1				
		Irão	HM				16	16					16	15	1						
			H				9	9					8	7	1						
			M				7	7					8	8							
		Iraque	HM							4	4		3	3							
			H							1	1		3	3							
			M							3	3										
		Israel	HM	3	3		13	10	3				6	6							
			H	1	1		5	3	2				3	3							
			M	2	2		8	7	1				3	3							
		Japão	HM	1	1		70	70		13	13		30	28	2	8	8		1	1	
			H	1	1		29	29		9	9		15	13	2	5	5				
			M				41	41		4	4		15	15		3	3		1	1	
		Jordânia	HM				2	2		1	1		2	2							
			H				2	2					1	1							
			M							1	1		1	1							
		Kuwait	HM																		
			H																		
			M																		
		Laos	HM																		
			H																		
			M																		

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito																	
				PORTALEGRE			PORTO			SANTARÉM			SETÚBAL			VIANA DO CASTELO			VILA REAL		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Líbano	HM				2	2		1	1		4	4		1	1				
			H				2	2					3	3							
			M							1	1		1	1		1	1				
		Malásia	HM				12	12		1	1		1	1							
			H				5	5													
			M				7	7		1	1		1	1							
		Mongólia	HM				3	3													
			H				2	2													
			M				1	1													
		Myanmar (Birmânia)	HM							1	1										
			H							1	1										
			M																		
		Nepal	HM				16	16								16	16				
			H				13	13								9	9				
			M				3	3								7	7				
		Oman	HM																		
			H																		
			M																		
		Palestina	HM										4	4							
			H										2	2							
			M										2	2							
		Paquistão	HM				160	160		86	86		183	183		7	7		5	5	
			H				132	132		67	67		127	127		7	7		4	4	
			M				28	28		19	19		56	56					1	1	
		Quirguistão	HM				1	1					13	13					7	7	
			H				1	1					5	5					6	6	
			M										8	8					1	1	
		Singapura	HM				3	3					1	1							
			H																		
			M				3	3					1	1							
		Síria	HM				3	3		3	3		5	5		1	1				
			H				2	2		1	1		3	3							
			M				1	1		2	2		2	2		1	1				
		Sri Lanka	HM				1	1					1	1							
			H				1	1					1	1							
			M																		
		Tailândia	HM				13	12	1	4	4		23	23		2	2		1	1	
			H				4	4		1	1		19	19		1	1				
			M				9	8	1	3	3		4	4		1	1		1	1	
		Taiwan	HM				1	1													
			H				1	1													
			M																		
		Tajiquistão	HM																		
			H																		
			M																		

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

[illegible]

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo		Distrito									
		VISEU			MADEIRA			AÇORES			
		Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	
TOTAL (Distritos)		HM	4585	4566	19	7201	7178	23	3740	3730	10
		H	2526	2514	12	3911	3896	15	2160	2157	3
		M	2059	2052	7	3290	3282	8	1580	1573	7
EUROPA		HM	2206	2187	19	3975	3960	15	1246	1243	3
		H	1337	1325	12	2146	2135	11	725	725	
		M	869	862	7	1829	1825	4	521	518	3
UE (União Europeia)	TOTAL ZONA	HM	1017	998	19	2752	2739	13	826	825	1
	H	596	584	12	1451	1442	9	456	456		
	M	421	414	7	1301	1297	4	370	369	1	
Alemanha	HM	75	75		430	430		325	325		
	H	34	34		203	203		181	181		
	M	41	41		227	227		144	144		
Áustria	HM	3	3		46	46		18	18		
	H	2	2		26	26		10	10		
	M	1	1		20	20		8	8		
Bélgica	HM	23	23		32	32		32	32		
	H	13	13		18	18		20	20		
	M	10	10		14	14		12	12		
Bulgária	HM	322	315	7	8	8		9	9		
	H	214	211	3	5	5		5	5		
	M	108	104	4	3	3		4	4		
Chipre	HM										
	H										
	M										
Dinamarca	HM	2	2		33	33		11	11		
	H	2	2		16	16		7	7		
	M				17	17		4	4		
Eslováquia	HM	1	1		4	4		2	2		
	H				1	1		1	1		
	M	1	1		3	3		1	1		
Eslovénia	HM	1	1		2	2		2	2		
	H							1	1		
	M	1	1		2	2		1	1		
Espanha	HM	94	94		129	129		80	80		
	H	49	49		68	68		42	42		
	M	45	45		61	61		38	38		
Estónia	HM				5	5		2	2		
	H										
	M				5	5		2	2		
Finlândia	HM	1	1		61	61		5	5		
	H	1	1		21	21		4	4		
	M				40	40		1	1		

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito								
				VISEU			MADEIRA			AÇORES		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		França	HM	94	94		147	147		46	46	
			H	46	46		83	83		22	22	
			M	48	48		64	64		24	24	
		Grécia	HM				10	10		7	7	
			H				7	7		1	1	
			M				3	3		6	6	
		Holanda	HM	50	50		119	119		35	35	
			H	27	27		59	59		17	17	
			M	23	23		60	60		18	18	
		Hungria	HM	2	2		26	26		2	2	
			H				10	10		1	1	
			M	2	2		16	16		1	1	
		Irlanda	HM	2	2		37	37		8	8	
			H	1	1		16	16		4	4	
			M	1	1		21	21		4	4	
		Itália	HM	70	70		195	195		48	48	
			H	49	49		123	123		30	30	
			M	21	21		72	72		18	18	
		Letónia	HM				5	5		11	11	
			H							6	6	
			M				5	5		5	5	
		Lituânia	HM	6	6		27	27		4	4	
			H	2	2		15	15		1	1	
			M	4	4		12	12		3	3	
		Luxemburgo	HM	13	13		4	4		1	1	
			H	10	10		2	2		1	1	
			M	3	3		2	2				
		Malta	HM							4	4	
			H							2	2	
			M							2	2	
		Polónia	HM	11	11		31	31		6	6	
			H	1	1		15	15		1	1	
			M	10	10		16	16		5	5	
		Reino Unido	HM	47	47		899	899		88	88	
			H	32	32		496	496		49	49	
			M	15	15		403	403		39	39	
		República Checa	HM	2	2		11	11		2	2	
			H				4	4				
			M	2	2		7	7		2	2	
		Roménia	HM	195	183	12	377	364	13	63	62	1
			H	112	103	9	220	211	9	40	40	
			M	83	80	3	157	153	4	23	22	1
		Suécia	HM	3	3		114	114		15	15	
			H	1	1		43	43		10	10	
			M	2	2		71	71		5	5	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo			Distrito								
			VISEU			MADEIRA			AÇORES		
			Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
EEE (não UE)	TOTAL ZONA	HM	8	8		31	31		5	5	
		H	4	4		13	13		2	2	
		M	4	4		18	18		3	3	
		Islândia	HM			1	1				
			H			1	1				
			M								
		Liechtenstein	HM								
			H								
			M								
		Noruega	HM	8	8	30	30		5	5	
			H	4	4	12	12		2	2	
			M	4	4	18	18		3	3	
	TOTAL ZONA	HM	30	30		58	58		26	26	
		H	17	17		34	34		13	13	
		M	13	13		24	24		13	13	
		Suíça	HM	30	30	58	58		26	26	
			H	17	17	34	34		13	13	
			M	13	13	24	24		13	13	
	Europa Central e Oriental	TOTAL ZONA	HM	1148	1148	1126	1124	2	388	386	2
			H	718	718	644	642	2	253	253	
			M	430	430	482	482		135	133	2
		Albânia	HM						1	1	
			H						1	1	
			M								
		Bielorrússia	HM	30	30	46	46		4	4	
			H	16	16	32	32		1	1	
			M	14	14	14	14		3	3	
		Bósnia e Herzegovina	HM	1	1	3	3				
			H	1	1	1	1				
			M			2	2				
		Croácia	HM			4	4		1		1
			H			3	3				
			M			1	1		1		1
		Kosovo	HM								
			H								
			M								
		Macedónia	HM			2	2				
			H			1	1				
			M			1	1				
		Moldávia	HM	174	174	200	200		43	43	
			H	108	108	114	114		31	31	
			M	66	66	86	86		12	12	
		Montenegro	HM								
			H								
			M								

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito								
				VISEU			MADEIRA			AÇORES		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Rússia	HM	70	70		114	114		41	41	
			H	30	30		51	51		26	26	
			M	40	40		63	63		15	15	
		Sérvia	HM				21	19	2	2	2	
			H				12	10	2	2	2	
			M				9	9				
		Ucrânia	HM	873	873		736	736		296	295	1
			H	563	563		430	430		192	192	
			M	310	310		306	306		104	103	1
	Outros da Europa	TOTAL ZONA	HM	3	3		8	8		1	1	
			H	2	2		4	4		1	1	
			M	1	1		4	4				
		Andorra	HM									
			H									
			M									
		Turquia	HM	3	3		8	8		1	1	
			H	2	2		4	4		1	1	
			M	1	1		4	4				
		TOTAL ZONA	HM	758	758		584	584		798	796	2
			H	397	397		422	422		551	551	
			M	361	361		162	162		247	245	2
ÁFRICA		África do Sul	HM	3	3		97	97		8	8	
			H	1	1		38	38		5	5	
			M	2	2		59	59		3	3	
		Angola	HM	166	166		63	63		62	62	
			H	78	78		46	46		39	39	
			M	88	88		17	17		23	23	
		Argélia	HM							1	1	
			H							1	1	
			M									
		Benin	HM									
			H									
			M									
		Botswana	HM									
			H									
			M									
		Burkina-Faso	HM									
			H									
			M									
		Burundi	HM									
			H									
			M									

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito								
				VISEU			MADEIRA			AÇORES		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Cabo Verde	HM	366	366		112	112		590	589	1
			H	188	188		79	79		400	400	
			M	178	178		33	33		190	189	1
		Camarões	HM	2	2							
			H	1	1							
			M	1	1							
		Chade	HM									
			H									
			M									
		Comores	HM									
			H									
			M									
		Congo	HM	5	5							
			H	2	2							
			M	3	3							
		Congo (República Democrática)	HM	1	1							
			H									
			M	1	1							
		Costa do Marfim	HM							1	1	
			H									
			M							1	1	
		Egipto	HM	5	5		11	11				
			H	3	3		11	11				
			M	2	2							
		Eritreia	HM									
			H									
			M									
		Etiópia	HM	2	2							
			H									
			M	2	2							
		Gabão	HM									
			H									
			M									
		Gâmbia	HM									
			H									
			M									
		Gana	HM									
			H									
			M									
		Guiné	HM				33	33		16	16	
			H				28	28		15	15	
			M				5	5		1	1	
		Guiné Bissau	HM	34	34		207	207		65	65	
			H	21	21		177	177		49	49	
			M	13	13		30	30		16	16	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito								
				VISEU			MADEIRA			AÇORES		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Guiné Equatorial	HM									
			H									
			M									
		Lesoto	HM									
			H									
			M									
		Libéria	HM				2	2				
			H				2	2				
			M									
		Libia	HM									
			H									
			M									
		Madagáscar	HM									
			H									
			M									
		Malawi	HM									
			H									
			M									
		Mali	HM							1	1	
			H							1	1	
			M									
		Marrocos	HM	23	23		12	12		3	3	
			H	15	15		11	11		3	3	
			M	8	8		1	1				
		Maurícias (Ilhas)	HM				1	1				
			H									
			M				1	1				
		Mauritânia	HM									
			H									
			M									
		Moçambique	HM	57	57		13	13		15	14	1
			H	28	28		7	7		10	10	
			M	29	29		6	6		5	4	1
		Namíbia	HM				6	6				
			H				4	4				
			M				2	2				
		Níger	HM									
			H									
			M									
		Nigéria	HM	2	2					7	7	
			H	1	1					4	4	
			M	1	1					3	3	
		Quénia	HM	2	2		1	1		1	1	
			H				1	1				
			M	2	2					1	1	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito								
				VISEU			MADEIRA			AÇORES		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		República Centro Africana	HM									
			H									
			M									
		Ruanda	HM									
			H									
			M									
		São Tomé e Príncipe	HM	85	85		7	7		16	16	
			H	54	54		4	4		13	13	
			M	31	31		3	3		3	3	
		Senegal	HM	1	1		17	17		10	10	
			H	1	1		14	14		10	10	
			M				3	3				
		Serra Leoa	HM							1	1	
			H							1	1	
			M									
		Seychelles	HM									
			H									
			M									
		Somália	HM									
			H									
			M									
		Suazilândia	HM									
			H									
			M									
		Sudão	HM				1	1				
			H									
			M				1	1				
		Tanzânia	HM									
			H									
			M									
		Togo	HM									
			H									
			M									
		Tunísia	HM	4	4							
			H	4	4							
			M									
		Uganda	HM									
			H									
			M									
		Zâmbia	HM									
			H									
			M									
		Zimbabwe	HM				1	1		1	1	
			H									
			M				1	1		1	1	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

DPF - Núcleo de Planeamento

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo			Distrito								
			VISEU			MADEIRA			AÇORES		
			Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
AMÉRICA	TOTAL ZONA	HM	1274	1274		2255	2247	8	1449	1445	4
		H	603	603		1108	1104	4	745	743	2
		M	671	671		1147	1143	4	704	702	2
	Argentina	HM	11	11		9	9		6	6	
		H	8	8		7	7		3	3	
		M	3	3		2	2		3	3	
	Bahamas	HM									
		H									
		M									
	Barbados	HM									
		H									
		M									
	Belize	HM									
		H									
		M									
	Bermudas	HM							8	8	
		H							5	5	
		M							3	3	
	Bolívia	HM	2	2		3	3		2	2	
		H									
		M	2	2		3	3		2	2	
	Brasil	HM	1154	1154		1255	1250	5	916	913	3
		H	548	548		633	632	1	462	460	2
		M	606	606		622	618	4	454	453	1
	Canadá	HM	6	6		16	15	1	172	172	
		H	4	4		9	8	1	96	96	
		M	2	2		7	7		76	76	
	Chile	HM	3	3		2	2		2	2	
		H	1	1		2	2		2	2	
		M	2	2							
	Colômbia	HM	8	8		18	17	1	2	2	
		H	2	2		5	4	1	2	2	
		M	6	6		13	13				
	Costa Rica	HM									
		H									
		M									
	Cuba	HM	5	5		6	6		12	12	
		H	1	1		1	1		7	7	
		M	4	4		5	5		5	5	
	Dominica	HM				3	3				
		H									
		M				3	3				

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito								
				VISEU			MADEIRA			AÇORES		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		El Salvador	HM							1	1	
			H							1	1	
			M									
		Equador	HM	7	7		20	20		2	2	
			H	2	2		13	13		1	1	
			M	5	5		7	7		1	1	
		Estados Unidos da América	HM	56	56		52	51	1	314	313	1
			H	33	33		27	26	1	163	163	
			M	23	23		25	25		151	150	1
		Granada	HM									
			H									
			M									
		Guatemala	HM									
			H									
			M									
		Guiana	HM									
			H									
			M									
		Haiti	HM				1	1				
			H									
			M				1	1				
		Honduras	HM									
			H									
			M									
		Jamaica	HM									
			H									
			M									
		México	HM	3	3		4	4		4	4	
			H				2	2		2	2	
			M	3	3		2	2		2	2	
		Nicarágua	HM							1	1	
			H									
			M							1	1	
		Panamá	HM				6	6				
			H				2	2				
			M				4	4				
		Paraguai	HM									
			H									
			M									
		Peru	HM	3	3		18	18		1	1	
			H				9	9				
			M	3	3		9	9		1	1	
		República Dominicana	HM	1	1		3	3				
			H				1	1				
			M	1	1		2	2				

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito								
				VISEU			MADEIRA			AÇORES		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		São Vicente e Granadinas	HM									
			H									
			M									
		Suriname	HM									
			H									
			M									
		Trindade e Tobago	HM									
			H									
			M									
		Uruguai	HM	2	2		3	3				
			H				1	1				
			M	2	2		2	2				
		Venezuela	HM	13	13		836	836		6	6	
			H	4	4		396	396		1	1	
			M	9	9		440	440		5	5	
ASIA	TOTAL ZONA	HM	344	344		366	366		246	245	1	
		H	188	188		224	224		139	138	1	
		M	156	156		142	142		107	107		
		Afeganistão	HM									
			H									
			M									
		Arábia Saudita	HM									
			H									
			M									
		Arménia	HM				7	7				
			H				4	4				
			M				3	3				
		Azerbaijão	HM	1	1							
			H									
			M	1	1							
		Bangladesh	HM	20	20		26	26		34	34	
			H	14	14		18	18		20	20	
			M	6	6		8	8		14	14	
		Butão	HM									
			H									
			M									
		Cazaquistão	HM	3	3		4	4		2	2	
			H	2	2		2	2		2	2	
			M	1	1		2	2				
		China	HM	259	259		181	181		146	145	1
			H	135	135		95	95		77	76	1
			M	124	124		86	86		69	69	
		Coreia do Norte	HM				1	1		1	1	
			H									
			M				1	1		1	1	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito								
				VISEU			MADEIRA			AÇORES		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Coreia do Sul	HM	1	1		1	1		1	1	
			H	1	1							
			M				1	1		1	1	
		Emiratos Árabes Unidos	HM									
			H									
			M									
		Filipinas	HM	5	5		7	7		4	4	
			H				2	2				
			M	5	5		5	5		4	4	
		Geórgia	HM	4	4		26	26		12	12	
			H	3	3		20	20		11	11	
			M	1	1		6	6		1	1	
		Hong-Kong	HM									
			H									
			M									
		Iémen	HM									
			H									
			M									
		Índia	HM	38	38		13	13		10	10	
			H	28	28		10	10		8	8	
			M	10	10		3	3		2	2	
		Indonésia	HM	1	1							
			H									
			M	1	1							
		Irão	HM	1	1		2	2		5	5	
			H	1	1		1	1		2	2	
			M				1	1		3	3	
		Iraque	HM									
			H									
			M									
		Israel	HM				1	1				
			H				1	1				
			M									
		Japão	HM				4	4		2	2	
			H				3	3		2	2	
			M				1	1				
		Jordânia	HM									
			H									
			M									
		Kuwait	HM									
			H									
			M									
		Laos	HM							1	1	
			H									
			M							1	1	

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito								
				VISEU			MADEIRA			AÇORES		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Libano	HM	1	1							
			H									
			M	1	1							
		Malásia	HM	1	1							
			H									
			M	1	1							
		Mongólia	HM									
			H									
			M									
		Myanmar (Birmânia)	HM									
			H									
			M									
		Nepal	HM							1	1	
			H									
			M							1	1	
		Oman	HM									
			H									
			M									
		Palestina	HM									
			H									
			M									
		Paquistão	HM				27	27		15	15	
			H				24	24		11	11	
			M				3	3		4	4	
		Quirguistão	HM									
			H									
			M									
		Singapura	HM	1	1							
			H									
			M	1	1							
		Siria	HM	2	2		3	3				
			H	1	1		2	2				
			M	1	1		1	1				
		Sri Lanka	HM				1	1				
			H									
			M				1	1				
		Tailândia	HM	1	1		2	2		1	1	
			H									
			M	1	1		2	2		1	1	
		Taiwan	HM				1	1				
			H				1	1				
			M									
		Tajiquistão	HM									
			H									
			M									

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
por nacionalidade, segundo o sexo e por distritos

2008 (dados provisórios)

Nacionalidade e Sexo				Distrito								
				VISEU			MADEIRA			AÇORES		
				Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's	Sub-total	TR's	VLD's
		Timor Leste	HM				1	1		4	4	
			H									
			M				1	1		4	4	
		Turquemenistão	HM									
			H									
			M									
		Uzbequistão	HM	4	4		57	57		7	7	
			H	3	3		41	41		6	6	
			M	1	1		16	16		1	1	
		Vietname	HM	1	1		1	1				
			H									
			M	1	1		1	1				
OCEÂNIA		TOTAL ZONA	HM	2	2		20	20		1	1	
			H				10	10				
			M	2	2		10	10		1	1	
		Austrália	HM	1	1		18	18		1	1	
			H				9	9				
			M	1	1		9	9		1	1	
		Fidji (Ilhas)	HM									
			H									
			M									
		Nauru	HM									
			H									
			M									
		Nova Zelândia	HM	1	1		2	2				
			H				1	1				
			M	1	1		1	1				
		Samoa	HM									
			H									
			M									
OUTROS		TOTAL ZONA	HM	1	1		1	1				
			H	1	1		1	1				
			M									
		Apátrida	HM	1	1							
			H	1	1							
			M									
		Desconhecido	HM				1	1				
			H				1	1				
			M									
		Reino Unido (British Subject)	HM									
			H									
			M									



ANEXO II

LISTA DE CONTACTOS DO SEF

LISTA DE CONTACTOS

SERVIÇOS CENTRAIS

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua Conselheiro José Silvestre Ribeiro, 4 1649-007 Lisboa	Tel: +351 217 115 000 Fax :+351 217 140 332 sef@sef.pt
Passos Manuel	Rua Passos Manuel, 40 1069-069 Lisboa	Tel: +351 213 189 900 Fax +351 213 524 828

DIRECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua Marquês da Praia e Monforte, 10 Apartado 259 9500-089 Ponta Delgada	Tel: +351 296 302 230 Fax:+351 296 284 422 dir.acores@sef.pt
Delegação Regional Angra do Heroísmo	Alto das Covas, Sé Apartado 104 9702-220 Angra do Heroísmo	Tel: +351 295 403 180 Fax:+351 295 403 199 del.aheroismo@sef.pt
Delegação Regional da Horta	Rua S. João, nº 46 9900-129 Horta	Tel: +351 292 293 115 Fax:+351 292 391 788 del.horta@sef.pt
Delegação Regional do Pico	Avenida Machado Serpa - Nv Edifício, 9950-321 Madalena (Pico)	Tel: +351 292 622 001 Fax:+351 292 623 552 del.pico@sef.pt
Aeroporto das Lajes	Aeroporto Civil das Lajes Ilha Terceira 9760-251 Lajes VPV	Tel: +351 295 542 161 Fax:+351 295 542 162 pf005.lajes@sef.pt
Aeroporto Santa Maria	Aeroporto Santa Maria 9580-908 Vila do Porto	Tel: +351 296 886 650 Fax:+351 296 886 660 pf006.smaria@sef.pt
Aeroporto Ponta Delgada	Aeroporto João Paulo II Ponta Delgada 9500-749 Ponta Delgada	Tel: +351 296 287 020 Fax:+351 296 285 338 pf007.pdelgada@sef.pt
Porto de Ponta Delgada	Av. Infante D. Henrique (Marina) – Ponta Delgada 9500-150 Ponta Delgada	Tel: +351 296 286 623 Fax:+351 296 287 738 pf209.pdelgada@sef.pt
Cais de Sta. Cruz da Horta	Cais de Santa Cruz da Horta 9900-172 Horta	Tel: +351 292 392 043 Fax:+351 292 392 089 pf211.horta@sef.pt
Cais de Vila do Porto – Santa Maria	Cais de Vila do Porto – Santa Maria 9580 Vila do Porto	Tel: +351 296 882 211 Fax:+351 296 882 866
Porto de Angra/Praia da Vitória	Edifício da Marina Praia da Vitoria 9670-571 Praia da Vitoria	Tel: +351 295 542 148 Fax:+351 295 513 666 pf224.pvitoria@sef.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DO ALGARVE

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua Luis de Camões, 5 8000-388 Faro	Tel: +351 289 888 300 Fax: +351 289 888 301 dir.algarve@sef.pt
Delegação Regional de Albufeira	Rua da Igreja Nova, nº 13 – A 8200-137 Albufeira	Tel: +351 289 513 344 Fax: +351 289 589 955 del.albufeira@sef.pt
Delegação Regional de Portimão	Quinta do Morais, lote 11, Fracção A 8500-774 Portimão	Tel: +351 282 405 330 Fax: +351 282 405 339 del.portimao@sef.pt
Delegação Regional de Tavira	Rua Dr. Augusto Carlos Palma, 13 8800-345 Tavira	Tel: +351 281 380 060 Fax: +351 281 325 362 del.tavira@sef.pt
Aeroporto de Faro	Aeroporto de Faro 8001-701 Faro	Tel: +351 289 817 044 Fax: +351 289 702 436 pf002.faro@sef.pt
Porto de Olhão/Faro	Edifício da Capitania do Porto de Olhão Avenida 5 de Outubro 8000 Faro	Tel: +351 289 704 547 Fax: +351 289 702 436 pf217.olhaofaro@sef.pt
Marina de Vilamoura	Marina de Vilamoura 8125-401 Quarteira	Tel: +351 289 314 857 Fax: +351 289 314 421 pf214.vilamoura@sef.pt
Marina de Portimão	Marina de Portimão Edifício da Administração Ponta da Areia 8500-845 Lagos	Tel: +351 282 426 291 Fax: +351 282 423 369 pf215.portimao@sef.pt
Posto de Atendimento de Portimão	Rua D. Carlos I, 77 Edifício da Segurança Social 8500-502 Portimão	Tel: +351 282 423 024 Fax: +351 282 423 105
Marina de Lagos	Marina de Lagos Edifício da Administração 8600-780 Lagos	Tel: +351 282 792 333 Fax: +351 282 792 334 pf216.lagos@sef.pt
Posto Misto de Vila Real de Stº António (Castro Marim)	A22 Praça da Fronteira, km 131 Apartado 132 8950 Castro Marim	Tel: +351 281 531 734 Fax: +351 281 531 888 pm.castromarim@sef.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DO CENTRO

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua Venâncio Rodrigues, 25-31 3000-409 Coimbra	Tel: +351 239 853 500 Fax: +351 239 853 529 dir.centro@sef.pt
Loja do Cidadão de Coimbra	Avenida Central Projectada à Avenida Fernão de Magalhães, 16-20 3000 Coimbra	Tel: +351 239 863 383 Fax: +351 293 863 386
Delegação Regional de Aveiro	Rua Batalhão Caçadores Dez, 75 3810-064 Aveiro	Tel: +351 234 403 930 Fax: +351 234 422 920 del.aveiro@sef.pt
Loja do Cidadão de Aveiro	Rua Dr. Orlando de Oliveira, n.º 41-47 Forca-Vouga 3800-004 Aveiro	Tel: +351 234 405 871 Fax: +351 234 405 873
Delegação Regional de Castelo Branco	Rua Prof.Dr.Faria de Vasconcelos, Lt 6- R/C 6000-266 Castelo Branco	Tel: +351 272 349 500 Fax: +351 272 349 519 del.cbranco@sef.pt
Delegação Regional de Espinho	Rua 19, nº 342, 3º, sala 3.2 4500-255 Espinho	Tel: +351 227 341 165 Fax: +351 272 312 562 del.espinho@sef.pt
Delegação Regional da Figueira da Foz	Doca de Recreio Apartado 2142 3080-902 Figueira da Foz	Tel: +351 233 424 228 Fax: +351 223 428 270 del.ffoz@sef.pt
Delegação Regional da Guarda	Rua Paiva Couceiro, nº 22 6300-593 Guarda	Tel: +351 271 232 700 Fax: +351 271 232 729 del.guarda@sef.pt
Delegação Regional de Leiria	Lg. Manuel Arriaga, 3 2400-177 Leiria	Tel: +351 244 848 300 Fax: +351 244 848 301 del.leiria@sef.pt
Delegação Regional de Viseu	Rua Alexandre Herculano, 562 F 3510-035 Viseu	Tel: +351 232 467 740 Fax: +351 232 467 749 del.viseu@sef.pt
Loja do Cidadão de Viseu	Quinta das Mesuras Avenida Rei D. Duarte, lote 8-10 3500-613 Viseu	Tel: +351 232 484 962 Fax: +351 232 484 963
Porto da Figueira da Foz	Doca de Recreio 3080-016 Figueira da Foz	Tel: +351 233 424 228 Fax: +351 233 423.278 pf206.ffoz@sef.pt
Porto de Aveiro	Terminal Norte do Porto de Aveiro Edifício 11 Sala 3 Forte da Barra 3830-565 Gafanha da Nazaré	Tel: +351 234 367 010 Fax: +351 234 398 236 pf207.aveiro@sef.pt
Posto Misto de Vilar Formoso	Largo da Fronteira 6355-272 Vilar Formoso	Tel: +351 271 513 265 Fax: +351 271 513 565 pm.vformoso@sef.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DE LISBOA, VALE DO TEJO E ALENTEJO

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Av. António Augusto de Aguiar, 20 1069-119 Lisboa	Tel: +351 213 585 500 Fax: +351 213 144 053 dir.lisboa@sef.pt
Matinha	R. Dr. Estêvão Vasconcelos, 58 1900-665 Lisboa	Tel: +351 218 614 000 Fax: +351 218 614 070
Posto de Atendimento da Reboleira/Amadora	Avenida D. Carlos I Edifício da CP – Loja 2, 3 e 4 2720-161 Amadora	Tel: +351 214 953 212 Fax: +351 214 962 216
Loja do Cidadão dos Restauradores	Praça dos Restauradores, 18/22 Cinema Eden 1250-188 Lisboa	Fax: +351 213 262 912
Loja do Cidadão de Odivelas	Odivelas Parque, Loja 2048 Estrada de Paiã, Casal do Troca 2675-626 Odivelas	Tel: +351 211 526 115 Fax: +351 211 526 117
CNAI de Lisboa	Rua Álvaro Coutinho, n.º 14 1150-025 Lisboa	Tel: +351 218 106 100 Fax: +351 218 106 154
Centro de Informação em cada Rosto Igualdade	Portas de Benfica, Castelo Sul 1500-498 Lisboa	Tel: +351 214 742 393 Fax: +351 214 741 979
Delegação Regional de Beja	Travessa da Banha, 17 7800-396 Beja	Tel: +351 284 324 376 Fax: +351 284 321 534 del.beja@sef.pt
Delegação Regional de Cascais	Rua da Misericórdia, 1 2750-434 Cascais	Tel: +351 214 823 520 Fax: +351 214 866 208 del.cascais@sef.pt
Delegação Regional Évora	Rua do Machede, 61 7000-864 Évora	Tel: +351 266 788 190 Fax: +351 266 788 198 del.evora@sef.pt
Delegação Regional de Portalegre	Av. Sto. António, 12 7300-074 Portalegre	Tel: +351 245 205 536 Fax: +351 245 205 505 del.portalegre@sef.pt
Delegação Regional de Santarém	Edifício do Governo Civil 2000-118 Santarém	Tel: +351 243 305 130/3 Fax: +351 243 305 144 del.santarem@sef.pt
Delegação Regional de Setúbal	Av. Luísa Tody nº 36, 38 A e 40 2900-450 Setúbal	Tel: +351 265 545 320 Fax: +351 265 545 368 del.setubal@sef.pt
Loja do Cidadão de Setúbal	Avenida Bento Gonçalves, n.º 30-D 2910-431 Setúbal	Fax: +351 265 550 303
Aeroporto de Lisboa	Aeroporto de Lisboa 1700-008 Lisboa	Tel: +351 218 437 567 Fax: +351 218 474 239
Gare Marítima de Alcântara	Edifício da Gare Marítima de Alcântara da Rocha do Conde D'Óbidos 1350-352 Lisboa	Tel: +351 213 913 680 Fax: +351 231 913 699 pf201.plisboa@sef.pt
Porto de Setúbal	Centro de Despacho Rápido de Navios Cais das Fontainhas – Porto de Setúbal 2910-081 Setúbal	Tel: +351 265 571 287 Fax: +351 265 571 230 pf203.setubal@sef.pt

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Porto de Sines	Avenida Vasco da Gama Edifício do Porto de Recreio de Sines 7520-101 Sines	Tel: +351 269 632 025 Fax: +351 269 636 131 pf205.sines@sef.pt
Porto de Peniche	Porto de Pesca de Peniche Edifício da Docapesca, 3º Piso 2520-630 Peniche	Tel: +351 262 783 005 Fax: +351 262 783 006 pf218.peniche@sef.pt
Porto da Nazaré	Rua do Porto de Abrigo da Nazaré Torre de Controlo 2450-075 Nazaré	Tel: +351 262 560 370 Fax: +351 262 568 426 pf220.nazare@sef.pt
Marina de Cascais	Marina de Cascais Casa de São Bernardo 2750-800 Cascais	Tel: +351 214 834 767 Fax: +351 214 834 769 pf227.cascais@sef.pt
Porto de Sesimbra	A abrir brevemente	pf228.sesimbra@sef.pt
Unidade de Apoio ao Posto Misto de Caia	Estrada do Caia – Elvas 7350-443 Elvas	Tel: +351 268 641 157 Fax: +351 268 641 164 apcaia@sef.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua Nova do Rochinha, 1-B 9054-519 Funchal	Tel: +351 291 214 150 Fax: +351 291 214 188 dir.madeira@sef.pt
Loja do Cidadão do Funchal	Avenida Arriaga Edifício Arriaga, n.º 42-A 9000-064 Funchal	Tel: +351 291 212 200
Delegação Regional de Porto Santo	Aeroporto de Porto Santo 9400-035 Porto Santo	Tel: +351 291 982 360 Fax: +351 291 982 026 del.psanto@sef.pt
Aeroporto do Funchal (Sta. Catarina)	Aeroporto Internacional da Madeira 9100-105 Santa Cruz	Tel: +351 291 524 122 Fax: +351 291 524 121 pf004.funchal@sef.pt
Aeroporto Porto Santo	Aeroporto do Porto Santo Ilha de Porto Santo 9400-035 Porto Santo	Tel: +351 291 983 877 Fax: +351 291 982 026 pf008.psanto@sef.pt
Porto do Funchal	Marina do Funchal 9000-055 Funchal	Tel: +351 291 236 594 Fax: +351 291 236 836 pf208.funchal@sef.pt
Porto de Porto Santo	Estrada do Penedo, nº 223 Edifício Posto de Fronteira 9400-080 Porto Santo	Tel: +351 291 982 911 Fax: +351 291 982 912 pf223.psanto@sef.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DO NORTE

SERVIÇOS	MORADA	CONTACTOS
Sede	Rua D. João IV, 536 Apartado 4819 4013 Porto Codex	Tel: +351 225 898 710 Fax: +351 225 898 762 dir.norte@sef.pt
CNAI do Porto	Rua do Pinheiro, n.º 9 4050-484 Porto	Tel: +351 222 071 274 Fax: +351 222 073 812
Loja do Cidadão do Porto	Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862, 1º Torre das Antas 4350-158 Porto	Tel: +351 225 19 35 Fax: +351 225 19 37
Delegação Regional de Braga	Rua Mário Valença, 66 Nogueira 4715-206 Braga	Tel: +351 253 680 040 Fax: +351 253 612 917 del.braga@sef.pt
Loja do Cidadão de Braga	Rua dos Granjinhos, nº 6 4700-990 Braga	Tel: +351 253 205 798 Fax: +351 253 205 799
Delegação Regional de Bragança	Largo de São João Edifício do Governo Civil R/c Dto. 5301-864 Bragança	Tel: +351 273 300 010 Fax: +351 273 300 019 del.braganca@sef.pt
Delegação Regional de Viana do Castelo	Rua José Espregueira, 145 4900-459 Viana do Castelo	Tel: +351 258 824 375 Fax: +351 258 828 181 del.vcastelo@sef.pt
Delegação Regional de Vila Real	Lg Conde de Amarante Edifício do Governo Civil 5000 – 529 Vila Real	Tel: +351 259 378 324 Fax: +351 259 328 390 del.vreal@sef.pt
Aeroporto Francisco Sá Carneiro	Pedras Rubras 4470-995 Maia	Tel: +351 229 414 877 Fax: +351 229 414 876 pf003.porto@sef.pt
Porto de Leixões	Porto de Leixões – Edifício Clube de Vela Avenida da Liberdade 4451-851 Leça da Palmeira	Tel: +351 229 965 119 Fax: +351 229 940 068 pf202.leixoes@sef.pt
Posto Marítimo de Viana do Castelo	Cais Comercial do Cabedelo 4900-056 Darque – Viana do Castelo	Tel: +351 258 331 311 Fax: +351 258 331 318 pf204.vcastelo@sef.pt
Porto da Póvoa do Varzim	Edifício da Marina da Póvoa do Varzim Molhe Sul 4490-670 Póvoa do Varzim	Tel: +351 252 688 121 pf222.pvarzim@sef.pt
Posto Misto de Tuy	Avenida de Portugal – Tuy 36700 Tuy - Pontevedra	Tel: 00 34 986 604 342 Fax: 00 34 986 604 357 pm.tuy@sef.pt

Este relatório foi elaborado pelo Departamento de Planeamento e Formação -
Núcleo de Planeamento do SEF

Chefe do Departamento

João Ataíde

Chefe do Núcleo

Maria José Torres

Apoio Técnico

Alexandra Ramos Bento

Luís Azambuja Martins

Rui Machado

Pedro Dias

Pedro Sousa (DCI)

Apoio Administrativo

Carla Francisco

Junho de 2009

O DPF - NP agradece o apoio e a colaboração prestada pela Direcção do SEF, da Direcção Central de Informática, bem como dos demais Departamentos do Serviço, sem a qual a elaboração deste relatório não teria sido possível. A publicação do relatório foi co-financiada pela Comissão Europeia, no âmbito da Rede Europeia das Migrações (REM).



WWW.SEF.PT

RUA CONSELHEIRO JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO Nº.4
1649-007 LISBOA

TELEFONE: 217 715 000

FAX: 217 140 332



PORTUGAL
REDE EUROPEIA DAS MIGRAÇÕES